

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS**  
**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**ÉRIKA FLÁVIA SOARES DA COSTA**

**A DIMENSÃO INVESTIGATIVA DO PROCESSO FORMATIVO DO/A**  
**ASSISTENTE SOCIAL EM ALAGOAS**

**Maceió**  
**2018**

**ÉRIKA FLÁVIA SOARES DA COSTA**

**A DIMENSÃO INVESTIGATIVA DO PROCESSO FORMATIVO DO/A  
ASSISTENTE SOCIAL EM ALAGOAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Lúcia Prêdes Trindade

**Maceió  
2018**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
Bibliotecária: Betânia Almeida dos Santos

C837d Costa, Érika Flávia Soares da  
A dimensão investigativa do processo formativo do/a assistente social em Alagoas / Érika Flávia Soares da Costa. – 2018.  
127 f. : il.

Orientadora: Rosa Lúcia Prédes Trindade.  
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Maceió, 2018.

Bibliografia: f. 122-127.

1. Serviço social – Formação profissional. 2. Serviço social - Alagoas.  
3. Serviço social – Pesquisa investigativa . 4. Assistente social – Perfil profissional. I. Título.

CDU: 364(813)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PPGSS

---

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Érika Flávia Soares Costa**, intitulada "**A dimensão investigativa no processo formativo do/a Assistente Social em Alagoas**", apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 04 de outubro de 2018, às 17h, no Miniauditório da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Banca Examinadora

Profa. Dra. Rosa Lúcia Prêdes Trindade  
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)

Profa. Dra. Maria Virginia Borges Amaral  
Examinadora interna (PPGSS- FSSO - UFAL)

Prof. Dr. Japson Gonçalves Santos Silva  
Examinador externo (UFAL)

## AGRADECIMENTOS

Hoje meu *mood* é só gratidão!

É com emoção que inicio a escrita desses singelos agradecimentos. Confesso que essa, para mim, é uma das partes mais delicadas da escrita e não por acaso dediquei um longo tempo para realizar o exercício de retrospectiva desde a minha chegada à capital do estado de Alagoas em Março de 2016 até o momento presente que, por sua vez, marca o encerramento desse importantíssimo ciclo em minha trajetória acadêmica.

Essa conquista não é fruto exclusivo do meu trabalho individual, ela possui indispensáveis interfaces, pois, foi na construção coletiva, embasada no diálogo, na escuta, na reflexão e no debate que pude construir, desconstruir e reconstruir cada conceito, noção e ideias que hoje me formam pessoal e academicamente.

Rememorar o início de tudo me fez perceber o quão inexperiente cheguei nesse universo de conhecimentos, entretanto, o final do processo tem demonstrado que do estado inexperiente para o de maturidade ainda preciso dedicar-me bastante, pois, a cada inferência realizada surgem novas indagações.

Começo agradecendo pela minha base. Aos meus pais maravilhosos – Júlio e Edilene - eu agradeço do fundo do meu ser, pois, sem o apoio constante e as intercessões de ambos eu teria tido grandes dificuldades em me manter firme nessa jornada. Aos meus irmãos – Erik e Laís -, obrigada pelo companheirismo de sempre, vocês são partes essenciais de quem eu sou.

Agradeço à Day por todo o apoio, amor e carinho dedicado desde o processo de seleção e, especialmente, por ter topado encarar essa aventura comigo, não sei se conseguiria manter minhas taxas metabólicas em dias - haha. Obrigada, essa conquista também é sua!

Agradeço o constante apoio da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, minha primeira casa dentro da Universidade Federal de Alagoas. À todos os professores que me nivelaram para esse momento, minha eterna gratidão.

Minha gratidão aos meus colegas de turma, foram grandes momentos compartilhados. No entanto, sou mais grata à vida por me presentear com grandes amigas, que ultrapassaram os limites da sala de aula. Eduarda (que está comigo desde a graduação), Nathália e Gabriela, vocês foram e são incríveis em minha história, acreditem, cada momento de alegria e aperreio eu tenho registrado na memória. Essa vitória é nossa!

Aos queridos professores que compõem o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFAL, meu imenso obrigada! Foi com vocês que eu aprendi o quão importante é o

compromisso que assumimos desde o dia em que cruzamos pela primeira vez a porta da sala do conselho. A responsabilidade em carregar o título de mestra já começa a pesar, mas, sigo confiante na formação recebida por este corpo docente que, de longe, revela-se um dos mais competentes que eu pude conhecer!

Obrigada a todos os funcionários da Universidade que prontamente me receberam e acolheram cada demanda que apresentei durante o curso. Quitéria, cito seu nome em representação dos demais não diretamente mencionados. Grata!

Meu agradecimento especial à minha orientadora, Profa. Dra. Rosa Prêdes, por ter aceitado o meu projeto, ainda tão incipiente, por ter acreditado no potencial do mesmo. Sou grata pelo voto de confiança dado e pela acolhida no Grupo de Pesquisa Mercado de Trabalho e Serviço Social. Foi no seio do grupo que pude aprender e compartilhar muito do que hoje sistematizo na presente dissertação de mestrado. Obrigada por toda a paciência, pelo empenho e pela compreensão nos momentos mais difíceis do processo, que não foram poucos! Obrigada, obrigada e obrigada!

Minhas companheiras de máscaras cirúrgicas (Renatinha, Thay e Bia), muito obrigada pela parceria no processo de pesquisa, nosso trabalho de formiguinha no Acervo Documental da FSSO foi essencial para o amadurecimento do objeto da presente pesquisa. Grata não somente pela força no processo, mas, por toda a amizade e consideração.

Agradeço de coração à banca, composta pelo Prof. Dr. Japson Gonçalves o qual tive o prazer de ser aluna na graduação e pela Profa. Dra. Virgínia Amaral com a qual também tive o privilégio de aprender bastante enquanto discente do programa. Obrigada a ambos por terem aceitado de bom grado o convite em compartilhar comigo das suas importantíssimas considerações e sugestões, que concebo serem primordiais para o melhoramento do trabalho.

Sou grata à Juliana Herculano por todo o amor e confiança em mim (às vezes até mais do que eu mesma tenho). Você tem sido fundamental, essencialmente nessa reta final. Obrigada!

Por fim, não poderia me furtar de agradecer oficialmente ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFAL, pelas inúmeras possibilidades dispensadas durante o processo de formação. Bem como, sou grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pelo fomento (bolsa) recebido em regime integral durante todo o processo, primordial para a minha manutenção no programa.

Que venham os novos desafios!

*Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence.*

- Bertolt Brecht

## RESUMO

A presente dissertação discute a dimensão investigativa no processo de formação em graduação de assistentes sociais no estado de Alagoas e reflete acerca do perfil profissional pretendido e expresso ao longo das décadas nos diversos projetos de formação profissional admitidos pelo Serviço Social. Para tanto, a investigação percorreu o lastro histórico em contexto social, político e econômico – Brasil e Alagoas – por meio de pesquisa bibliográfica e documental, tendo como fonte um conjunto de livros, artigos, Projetos Pedagógicos do Curso de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas, documentos correspondentes à história do Serviço Social em Alagoas desde a Escola Pe. Anchieta até a saída do curso e inserção na UFAL, tais materiais consultados no Acervo Documental da Faculdade de Serviço Social da UFAL. Os materiais pesquisados e estudados em documentos datam da década de 1970 aos anos 2000, tratados sob forma de leitura, seleção de conteúdos centrais no debate, anotações em quadros e esquemas, análise e reflexão da literatura. O problema de pesquisa foi motivado pelas indagações de qual seria a contribuição da pesquisa na formação profissional e de como esta se relaciona com a construção do perfil do/a assistente social, bem como, quais as concepções de pesquisa que permeiam o ensino superior e a formação em Serviço Social ao longo da história da profissão. Nesse sentido, a produção aqui apresentada compreende o lugar que a dimensão investigativa ocupa na formação profissional, considerando as modificações históricas, os projetos profissionais assumidos desde as primeiras Escolas de Serviço Social, bem como, identifica os espaços de discussão fomentados pelas entidades representativas da profissão e o debate teórico-metodológico ao longo das décadas.

**Palavras-chave:** Formação em Serviço Social. Dimensão Investigativa. Produção de Conhecimento. Projetos Profissionais. Perfis Profissionais.

## ABSTRACT

This work discusses the investigative dimension in the process of graduation of social workers in the state of Alagoas and reflects on the professional profile sought and expressed over the decades in the various professional training projects admitted by Social Work. For that, the research went through the historical background in social, political and economic context - Brazil and Alagoas - through bibliographical and documentary research, having as source a set of books, articles, Pedagogical Projects of the Social Work Course at the Federal University of Alagoas, documents corresponding to the history of the Social Work in Alagoas from the School "Padre Anchieta" until the exit of the course and insertion in UFAL, such materials consulted in the Documentary Collection of the College of Social Service of UFAL. The materials used in this research and studied in documents date from the 1970s to the 2000s, treated in the form of reading, selection of central contents in the debate, notes in tables and schemes, literature analysis and reflection. The research problem was motivated by questions about the contribution of research to professional training and how it relates to the construction of the profile of the social worker, as well as the research conceptions that permeate higher education and training in Social Work over the history of the profession. In this sense, the production presented in this work includes the place that the research dimension occupies in professional training, considering the historical changes, the professional projects undertaken since the first Social Service Schools, as well as, identifies the spaces of discussion fomented by the representative entities of the profession and the theoretical-methodological debate through the decades.

**Keywords:** Training in Social Work. Investigative Dimension. Knowledge Production. Professional Projects. Professional Profiles.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. PESQUISA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>13</b>
2.1 A pesquisa e a produção de conhecimento nas Ciências Sociais .....	13
2.2 O Serviço Social e a produção de conhecimento .....	22
2.3 A pesquisa e a dimensão investigativa na formação profissional de graduação em Serviço Social no Brasil .....	30
<b>3. FORMAÇÃO SUPERIOR EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E ALAGOAS NO PROCESSO DE RENOVAÇÃO CRÍTICA: uma análise histórica dos diferentes projetos profissionais .....</b>	<b>45</b>
3.1 Contexto brasileiro e alagoano anterior à renovação crítica do Serviço Social .....	45
3.2 A renovação crítica do Serviço Social na década de 1980 .....	55
3.3 Serviço Social na década de 1990 e o contexto neoliberal .....	82
3.4 O Serviço Social nos anos 2000 e a reestruturação da Universidade .....	97
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>122</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente texto cumpre a função de expor os resultados da pesquisa realizada no Mestrado em Serviço Social (PPGSS-UFAL) sobre *A dimensão investigativa no processo formativo do/a assistente social em Alagoas*, vinculada à linha de pesquisa Questão Social, Direitos Sociais e Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Mercado de Trabalho do Serviço Social que integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, por sua vez, coordenado pela Professora Dr<sup>a</sup> Rosa Lúcia Prêdes Trindade.

Esta dissertação apresenta o resultado da investigação do processo de pesquisa concernente ao objeto de análise que correspondeu à dimensão investigativa no processo de formação profissional de graduação em Serviço Social. As inquietações partiram<sup>1</sup> do pressuposto de que se fazia necessário compreender a contribuição da pesquisa na formação profissional e como esta se relaciona com a construção do perfil do/a assistente social. Desta indagação outras foram sendo maturadas e provocadas no sentido de instigar o estudo na direção das concepções de pesquisa que permearam o ensino superior e a formação em Serviço Social no Brasil e em Alagoas ao longo das décadas de 1970, 1980, 1990 e anos 2000 e do debate teórico-metodológico nesse bojo. As problematizações acima mencionadas motivaram, no curso do Mestrado, o aprofundamento do estudo, através das disciplinas afins e inserção no grupo de Pesquisa Mercado de Trabalho do Serviço Social. Em especial o Grupo de Pesquisa teve papel fundamental no amadurecimento das questões e nas reflexões realizadas coletiva e individualmente.

Nesse sentido, o problema de pesquisa expressa-se pelas seguintes indagações: Qual a contribuição da pesquisa na formação profissional e como esta se relaciona com a construção do perfil do/a assistente social? Quais as concepções de pesquisa que permeiam o ensino

---

<sup>1</sup>Na realidade, o interesse que antecedeu a própria inserção no programa de pós-graduação surgiu de desdobramentos de estudos realizados para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – Unidade de Ensino de Palmeira dos Índios, no ano de 2015, o qual possuía como título: Formação acadêmica e exercício profissional do/a assistente social: a pesquisa como mediação na relação indissociável entre a teoria e a prática. O resultado do mesmo demonstrou que havia muito mais a pesquisar e a compreender no campo da formação profissional, especialmente no que toca à dimensão investigativa e como esta situa-se na história do Serviço Social brasileiro e alagoano. Após inserção no curso de Mestrado, Os trabalhos realizados como conclusão de cada disciplina foram de extrema relevância para a construção do que agora apresenta-se em formato de dissertação, assim como, a inserção e participação nas discussões promovidas pelo grupo de pesquisa, os eventos e momentos que proporcionaram o debate do Serviço Social como um todo e àqueles especificamente voltados para a formação profissional e as produções individuais e coletivas no âmbito do grupo.

superior e a formação em Serviço Social ao longo da história?. Fez-se necessário identificar, historicamente, como se situa a dimensão investigativa na formação profissional e como esta se relaciona com a construção do perfil do/a assistente social. Bem como, foi analisada a pesquisa<sup>2</sup> nos diferentes projetos de formação profissional do/a assistente social, bem como, estudou a conjuntura sócio-econômica e política do país nas décadas supracitadas, no sentido de perceber os impactos desta na educação superior e como o Serviço Social recebe e responde a tais modificações históricas. Também analisou como se deu a construção dos projetos de formação profissional inserida no plano histórico, identificando o debate teórico-metodológico e fazendo a distinção das diferentes concepções sobre a dimensão investigativa nos referidos projetos.

Na pesquisa considerou-se o contexto social, político e econômico expresso nacionalmente, bem como as particularidades da conjuntura regional de Alagoas, na medida em que os cursos de Serviço Social em Alagoas foram tomados como expressão empírica do objeto de estudo. Também foi de extrema relevância refletir acerca da dinamicidade dos movimentos realizados pela profissão desde suas primeiras inquietações no sentido de romper com as bases teórico-metodológicas tradicionais até os momentos posteriores em que assume novos posicionamentos e refuncionaliza seu perfil profissional, tanto em resposta ao contexto quanto como fruto de seu amadurecimento enquanto profissão que se consolida e legitima historicamente através de sua organização enquanto profissão interventiva e área de conhecimento.

No processo de investigação adotou-se metodologia que se utiliza de pesquisa bibliográfica e documental, possuindo como fonte um conjunto de livros, artigos, Projetos Pedagógicos do Curso de Serviço Social na UFAL, documentos correspondentes à história do Serviço Social em Alagoas desde a Escola Pe. Anchieta até a saída do curso e inserção na Universidade Federal de Alagoas, tais documentos consultados no Acervo Documental da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. O material pesquisado e estudado em documentos data da década de 1970 aos anos 2000, sob forma de leitura, seleção de conteúdos centrais no debate, anotações em quadros e esquemas, análise e reflexão da literatura. A produção da dissertação também contou com a importante contribuição do grupo de pesquisa - já mencionado - no que disse respeito à extensa pesquisa histórica realizada em comemoração aos 60 anos de Serviço Social em Alagoas e publicada pela Editora

---

<sup>2</sup> Investigação Científica materializada através da inserção desta como disciplina no currículo de graduação em Serviço Social.

Universitária – EDUFAL compoendo a coletânea do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

A pesquisa bibliográfica corroborou para a análise da conjuntura nacional e alagoana no sentido de situar as demandas e exigências que cada período histórico estudado preconizava para a formação profissional em Serviço Social. As fontes bibliográficas utilizadas foram cuidadosamente lidas, fichadas, resumidas, esboçadas em textos prévios, servindo de guia para a elaboração do sumário de pesquisa que, por sua vez, intencionou contemplar os conteúdos necessários para a investigação do objeto de pesquisa. A pesquisa documental revelou-se como essencial para compreender as particularidades do curso de Serviço Social em Alagoas desde a década de 1970 aos dias atuais, serviu também de guia para as análises essenciais para a compreensão dos perfis profissionais que historicamente pretendeu-se formar e as motivações para os mesmos.

Os trabalhos realizados como conclusão de cada disciplina do curso foram de extrema relevância para a construção do que agora apresenta-se em formato de dissertação, assim como, a inserção e participação nas discussões promovidas pelo grupo de pesquisa, os eventos e momentos que proporcionaram o debate do Serviço Social como um todo e àqueles especificamente voltados para a formação profissional e as produções individuais e coletivas no âmbito do grupo.

O presente resultado de pesquisa estrutura-se em duas seções. Na primeira seção intitulada Pesquisa e formação profissional na área do Serviço Social realizou-se o retorno histórico na compreensão de pesquisa e produção de conhecimento nas Ciências Sociais no Serviço Social, bem como, refletiu-se acerca da pesquisa e a dimensão investigativa na formação profissional de graduação em Serviço Social no Brasil.

A segunda seção nomeada Formação superior em Serviço Social no Brasil e em Alagoas no processo de renovação profissional: uma análise histórica dos diferentes projetos profissionais, sinaliza a formação profissional do Serviço Social no Brasil e em Alagoas antes do processo de renovação crítica (até a década de 1970), expõe como constituiu-se até a década de 1970 a formação profissional do Serviço Social no Brasil e em Alagoas, sob bases conservadoras e os elementos que serviram de bases para um posterior fomento à renovação crítica. Posteriormente, explana cada década em suas particularidades, desde a década de 1980 e as modificações ocorridas no Serviço Social para o estado de Alagoas, como a década de 1990 e os impactos do neoliberalismo para o contexto de formação superior e em Serviço Social no estado, bem como, os horizontes traçados pela reestruturação da Universidade Pública nos anos 2000 e como esse fenômeno atinge a formação em Serviço Social da capital

ao interior do estado de Alagoas. Nesse sentido, o estudo proporciona a apreensão da relação histórica que se estabelece entre a dimensão investigativa no processo de formação superior em Serviço Social para o estado de Alagoas.

Cada momento histórico refuncionaliza a prática profissional, as demandas do próprio modo de produção exigem da profissão readaptação que, por sua vez, busca sintonizar a formação e os métodos utilizados na prática profissional às necessidades da classe dominante e do próprio Estado. Nesse trilha histórico, a produção aqui apresentada busca compreender o lugar que a dimensão investigativa ocupou e ocupa na formação profissional, considerando as modificações históricas, os projetos profissionais assumidos pela profissão desde as primeiras Escolas de Serviço Social, bem como, identificar os espaços de discussão fomentados pelas entidades representativas da profissão e o debate teórico-metodológico ao longo das décadas.

Assim como Paulo Netto (2011), outros estudiosos da área concordam com o fato de as décadas que antecederam os anos 1980 apresentaram elementos impulsionadores para a construção de um currículo que passa a questionar e revisar a própria diretriz curricular para o contexto, inserida no contexto de autocracia burguesa. Este foi sem dúvidas um momento de significativos impactos para a formação em Serviço Social e, trouxe consigo, modificações provenientes de um realinhamento do sistema educacional regido por uma lógica maior que a regional – Alagoas. O momento exigiu organização da categoria e forneceu bases para o fomento da produção acadêmica esta que, por sua vez, buscava um novo referencial teórico metodológico que pudesse ir além das exigências do regime vigente, que fosse capaz de romper com as bases conservadoras e constituir-se sobre uma perspectiva teórico-metodológica de cunho crítico.

Nesse caso, a presente investigação atingiu seu grau de relevância no contexto de debates, uma vez que, no processo de aproximações sucessivas conheceu e discutiu os períodos históricos e as mudanças pelas quais passou a profissão para alcançar amadurecimento teórico e legitimação profissional.

## **2 PESQUISA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL**

A presente seção apresenta o resultado da análise da contribuição da pesquisa e a produção do conhecimento nas Ciências Sociais e no campo da formação profissional em Serviço Social. O debate justifica-se e faz-se necessário para que o problema de pesquisa possa ser contemplado, uma vez que se intenciona com o mesmo compreender qual a contribuição da investigação na formação profissional. Importante salientar que no decorrer da história, concepções de pesquisa permearam a formação superior em Serviço Social e impactaram de alguma forma cada momento histórico.

Para tanto, a seção analisa o lugar que a pesquisa ocupou/ocupa nas Ciências Sociais, bem como, a dimensão investigativa no âmbito da formação profissional do Serviço Social. Leva-se em consideração a história das Ciências Sociais num campo maior que é o conhecimento científico como um todo, mas também faz alusão a forma como o Serviço Social se aproxima das Ciências Sociais, bebendo de suas fontes e matrizes teóricas. Assim como, o texto discute a perspectiva teórico-metodológica assumida pela profissão na contemporaneidade e como a mesma possui mediações necessárias - e essenciais - para a compreensão do movimento da sociedade, ao mesmo tempo em que dispõe de instrumentos que possam responder às necessidades objetivas e exigências do capitalismo.

### **2.1 A pesquisa e a produção de conhecimento nas Ciências Sociais**

As Ciências Sociais apresentam vertentes diferentes do conhecimento, o que o campo irá denominar de matrizes teóricas, quais sejam o Positivismo e o Marxismo, teorias estas que auxiliam na compreensão do mundo, explicação das relações sociais estabelecidas no mesmo e que em linhas gerais apontam para a origem de um tradicional dualismo idealismo-materialismo.

A palavra Positivismo foi utilizada inicialmente, por Augusto Comte (1798-1857), na França para definir uma diretriz filosófica marcada pela “adoração” à ciência e pela sacralização do método científico. Contudo, as bases positivistas foram lançadas muito antes com o advento dos fundamentos empiristas a partir do ideário de chegada do Estado Moderno desde o século XVI (XAVIER, 2014, p. 2).

A modernidade trouxe muitas mudanças para a sociedade, para as relações

estabelecidas entre os sujeitos e, principalmente, no campo do conhecimento científico. Como salientado por Xavier (2014) na citação acima, a “adoração” da ciência que marca o Positivismo, juntamente à sacralização do método científico, apontam para a tendência dessa matriz teórica em pensar a sociedade sob a ótica de regimento das leis naturais, invariáveis, que não dependem da ação humana, ou seja, para o Positivismo a vida social está sob a harmonia natural, a sociedade sendo assimilada pela natureza e estudada pelos mesmos métodos e processos que são utilizados nas ciências da natureza. Ao sistematizar esse breve conceito, nota-se que o Positivismo trata as ciências humanas no sentido de aplicar os mesmos métodos aplicados para as ciências naturais, ou seja, ignora as diferenças que existem entre natureza e materialismo histórico, esse é o parâmetro de investigação científica utilizado pela referida matriz teórica.

Em suma, o positivismo, através do método científico-natural procura explicar as esferas sociais humanas, utilizando-se das mesmas categorias explicativas das ciências físicas e biológicas, tais como: materialismo, evolucionismo, mecanicismo, naturalismo, determinismo, neutralidade científica, entre outras. Portanto, o positivismo, num sentido metodológico, evoca o primado da ciência natural, isto é, o único método capaz de nos proporcionar o conhecimento é o método das ciências naturais. É neste sentido que a corrente positivista sugere que o método das ciências naturais (relação causa e efeito) seja aplicado também às ciências humanas e tende a considerar, a partir de uma tradição iluminista, os fatos empíricos como única base e meio para se chegar ao conhecimento verdadeiro e a fé na racionalidade científica como solução dos problemas humanos (XAVIER, 2014, p. 5).

Ao retratar o direcionamento dado pela matriz teórica positivista no que diz respeito à forma de lidar com os problemas sociais, é possível notar que esse modelo científico-natural da objetividade positivista não é pertinente para as ciências sociais, uma vez que a sociedade não é imutável e não funciona mecanicamente como o corpo humano. Xavier (2014) acrescenta que assim como Weber, Marx rejeita a concepção de uma ciência neutra da sociedade, em outras palavras, que não esteja sujeita a julgamentos de valores, que seja isenta dos pressupostos políticos e sociais como pretende o Positivismo.

Alguns contrapontos que podem ser identificados entre o Positivismo e o Marxismo são bem claros, como por exemplo, o fato de o Positivismo negar ou ignorar o condicionamento histórico-social do conhecimento, no momento em que não considera a questão da relação entre conhecimento científico e classes sociais. Já o Marxismo sinaliza que a história da humanidade e a história da luta de classes sociais. Ou seja, os pontos de partida de cada matriz teórica tornam-se antagônicos.

Tratar da pesquisa nas ciências sociais pressupõe a reflexão do que seria o ato de pesquisar, de quais seriam as implicações que esta ação traz para a vida dos sujeitos sociais e o que os motiva ao movimento investigativo. Alguns autores irão concordar que o ato da investigação compõe a essência do ser humano, que este apresenta enquanto uma necessidade inerente e natural, tendência em tentar compreender o que acontece em seu entorno.

Tudo o que vê, tudo o que toca, tudo o que sente é objeto de sua incessante pesquisa. Esta curiosidade, este interesse insaciável pelo conhecimento tem levado a humanidade à elucidação de inúmeros fenômenos, não apenas físicos ou naturais, mas também os de caráter social. Ao longo das eras, as várias correntes de pensamento e seus processos de pesquisa que buscaram a elaboração do conhecimento, culminaram em relevantes descobertas científicas, baseadas principalmente nas relações sociais humanas através da história (ALVES et al., 2017).

O surgimento das necessidades coletivas - cada vez mais complexas que àquelas necessidades individualizadas - é a mola propulsora que leva o sujeito – dentro do campo histórico - à desvelar a realidade social através das próprias experiências sociais acumuladas. Alves et al. (2017) acrescenta que a compreensão do mundo em que tais sujeitos estão inseridos, mais especificamente a compreensão dessa realidade social e as mais diversas particularidades que a envolve, bem como as transformações que as moldam, é de extrema relevância para a produção do conhecimento.

Quando se fala em pesquisa, em produzir conhecimento a partir desse movimento de aproximação do sujeito com o objeto de investigação especificamente, vale compreender que tal processo traz peculiaridades e dificuldades. Acerca desse esclarecimento o trecho abaixo vai um pouco mais à fundo.

Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. A esse ritmo denominamos *ciclo da pesquisa*, ou seja, um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações (MINAYO, 2002, p. 25-26, grifos da autora).

Uma das particularidades do fazer pesquisa apontada pela autora sugere um esforço

contínuo por parte do pesquisador, uma vez que a realidade<sup>3</sup> não se apresenta na sua aparência e sim, desvela-se paulatinamente através das aproximações sucessivas, as quais revelam a cada passo do investigador que mais interrogações se colocam ao lado das respostas obtidas.

A história das Ciências Sociais demonstra que mudanças marcaram o campo do conhecimento científico de acordo com cada período histórico. A pesquisa, por exemplo, acabou por ser afetada pelo ritmo frenético ditado pela globalização e a era da informação, este que sugere uma absorção cada dia maior de conhecimentos por todos os sujeitos sociais, dos iletrados aos mais intitulados. Sobre o contexto mencionado, vale observar as considerações feitas abaixo.

A absorção de volumes estratosféricos de informações não implica necessariamente que todas as “verdades” ditas incontestáveis possam ser tratadas de tal forma, nem que suas aplicações práticas sobre a realidade sejam possíveis. As discussões sobre o valor do conhecimento científico para a sociedade são levantadas desde o Renascimento, através do confronto contínuo de duas concepções. Uma dessas concepções é o *ideal de reconhecimento desinteressado*, cujo fundamento está, como denota o próprio enunciado, no desinteresse em aplicar na prática suas explicações sobre a realidade. A ciência demonstra sua importância na elaboração de estudos com o intuito de expandir o conhecimento da humanidade sobre a realidade, independente de sua aplicabilidade sobre ela. A segunda concepção é denominada de *utilitarista* da ciência, que contrapondo-se à anteriormente citada, defende as aplicações práticas dos conhecimentos. A produção do conhecimento é feita para o atendimento de finalidades imediatas e práticas, conferindo a verdade de uma teoria científica (ALVES et al., 2017, p. 3, grifos dos autores).

Existe um padrão estabelecido pela modernidade, um padrão que corresponde à centralidade e à objetividade do pensamento moderno. Tonet (2013) relata que a transição de um mundo imerso no cenário medieval para um mundo moderno apontou o abandono do que era central – o objeto – e o que toma o seu lugar, a centralidade do sujeito. O autor destaca que tal mudança do paradigma permanece, nas mais diferentes faces, até os dias de hoje. Em outros termos, tal transição acarretou profundas consequências no que tange à atividade teórica e prática.

---

<sup>3</sup> Nesse sentido, cabe pontuar a pesquisa também no campo do Serviço Social, extremamente necessária por possibilitar o conhecimento da realidade social que demanda intervenção profissional.

Uma das áreas em que se refletiu fortemente esse conjunto de transformações foi a área do conhecimento. A emergência de uma nova forma de sociabilidade, de um novo mundo, impunha também a estruturação de uma nova forma de produzir conhecimento. Como se sabe, o conhecimento não é um fim em si mesmo, mas uma mediação para a intervenção sobre o mundo, tanto natural quanto social. Então, quem estabelece, no sentido ontológico, os objetivos do conhecimento é o mundo (social), especialmente a partir da sua base material. O mundo da comunidade primitiva, a partir do trabalho de coleta, põe determinadas demandas para o conhecimento. Do mesmo modo, o mundo fundado no trabalho escravo, no trabalho servil e no trabalho proletário. Os indivíduos traduzem, direta ou indiretamente, as possibilidades postas pelo mundo. Ora, o objetivo primordial posto pela matriz desse novo mundo, que é essa nova forma de produzir a riqueza material – capitalista – é a produção das coisas como mercadorias de forma a gerar lucros. Juntamente com isso, trata-se de organizar a sociedade a partir e em função desta forma de produzir a riqueza material, pois ela é considerada a forma mais adequada à convivência humana (TONET, 2013, p.35).

Ao referir-se ao contexto no qual estão inseridas as Ciências Sociais, faz-se relevante fundamentar o estudo na história e chamar a atenção para as ditas revoluções científicas manifestadas entre os séculos XVI e XVII, estas que se destacam por serem marcos do pensamento moderno. Denomina-se revolução justamente pelo fato de modificar radicalmente a forma de o homem ver e explicar o mundo do qual faz parte. O que até então era explicado através das crenças religiosas e a fé passa a ser explicado através da observação e experimentação, ou seja, no desenvolvimento científico da investigação (SIMIONATO, 2009).

A modernidade institui, assim, um novo modelo explicativo do real, fundado no primado da razão, ou seja, na capacidade do homem em formular teorias científicas a partir de leis objetivas. Essa forma de pensar está na base do projeto epistemológico da tradição racionalista inaugurada por Descartes e da perspectiva empirista iniciada por Francis Bacon. Será, no entanto, o filósofo alemão Immanuel Kant quem ampliará as reflexões acerca das possibilidades da razão na organização e sistematização dos dados empíricos de forma mais científica. Buscando superar as concepções dogmáticas de seus antecessores, Kant discute a vinculação entre razão e experiência e as possibilidades de cada uma no processo do conhecimento (SIMIONATO, 2009, p.2).

Tonet (2013) contribui ao salientar que a construção de um novo padrão de cientificidade estava atrelada diretamente à crítica do padrão greco-medieval, uma vez que de acordo com os pensadores modernos, a maneira como os medievais viam o mundo e produziam conhecimento não mais contemplava a realidade que se colocava na base material desse novo mundo - capitalista. A sua velha maneira de produzir o conhecimento dito

verdadeiro, porém, sem contar com a verificação empírica não mais era possível de ser aceita. O mesmo autor acrescenta,

O conhecimento científico da realidade social se configurou, de forma mais propriamente dita, a partir do século XIX, com a sociologia, a história, a economia, a ciência política etc. Ou seja, após a consolidação das ciências da natureza como caminho para a produção de conhecimento científico. Ora, dado o sucesso dessas ciências para o conhecimento e a transformação da natureza, o impacto das ciências humanas foi enorme (TONET, 2013, p.48).

Ao considerar a história, o século XVIII e o dito período iluminista sucederam-se de maneira a centrar na capacidade da consciência individual e autônoma a maneira de pensar o mundo, valorizando o pensar subjetivista. Vai ser com Hegel que uma proposta de pensamento – revolucionária – muda a maneira de compreender a realidade (SIMIONATO, 2009).

Pensando a história da sociedade de classes, pode-se contar com marcos históricos mais precisos, que sinalizam a transição do século XVIII para o século XIX, qual seja um destes, a constituição do Estado burguês. Tal constituição traz consigo importantes modificações nas mais diversas esferas da sociedade (Ibidem). É justamente atrelado às mudanças trazidas por este novo contexto que a modernização alcança a sociedade em todas as suas dimensões, inclusive – e especialmente – na dimensão da produção do conhecimento (SIMIONATO, 2009).

Como já salientado no início do item, a modernidade trouxe em seu bojo a possibilidade do estabelecimento de duas grandes matrizes do conhecimento teórico, quais sejam: a matriz positivista, que aponta para as suas vertentes funcionalismo, estruturalismo e estrutural-funcionalismo; e a matriz Dialética a qual é considerada – no dado estudo – sua expressão através da teoria social de Marx<sup>4</sup> que, vale destacar, conviveu com o positivismo. Duas matrizes que apresentavam características distintas, enquanto o positivismo tinha como sua base a razão instrumental ou fenomênica, o marxismo apresenta a razão dialética ou razão

---

<sup>4</sup> Pelo fato de não adentrarmos no mérito da discussão aprofundada do campo da Dialética, faz-se necessário um breve esclarecimento quanto o ponto de partida que se tem tomado, ao considerar para o debate a dialética marxista. Segundo Barra (2007), a dialética marxista vem para tentar superar a dialética hegeliana. Faz-se necessário também esclarecer que a dialética hegeliana não foi desenvolvida apenas Marx, mas, contou com outros pensadores do campo da filosofia e das ciências sociais, trazendo no seio do debate algumas questões centrais como: “indivíduo e histórica; classes sociais e grupos sociais; sociedade civil e Estado; estruturas e dominação e apropriação; soberania e hegemonia; classes subalternas e classes dominantes; reforma e revolução; capitalismo e socialismo” (p. 2). Assim como essas questões vieram à tona no estudo desses importantes pensadores, tendo como um deles Marx, outras como a aparência e a essência, parte e todo, presente e passado, singular e universal foram essenciais para os momentos de reflexão da dialética, uma vez que seu princípio explicativo fundamental é o da contradição.

ontológica como alternativa às do positivismo (Ibidem).

No transcurso histórico, a razão moderna se consolida e é no século XX que as grandes narrativas e as grandes teorias sociais se consagram. As transformações que a sociedade sofria no contexto mencionado serviram para desafiar veementemente o conhecimento e os modelos utilizados para interpretar o mundo (SIMIONATO, 2009).

A crise geral do capitalismo, desencadeada na transição entre os anos 1960 e 1970, e as respostas articuladas pelo grande capital provocaram mudanças significativas em diferentes esferas da vida social. A crise das ideologias, o proclamado fim das utopias, devido ao colapso do socialismo real nos países do Leste europeu, e o questionamento dos paradigmas teóricos, políticos e históricos colocaram em debate o projeto da modernidade. Além disso, as grandes promessas da era moderna, como a elevação da humanidade a estágios superiores de vida e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, não haviam se concretizado. É nesse cenário que ganha centralidade, no âmbito das ciências humanas e sociais, a chamada “crise dos paradigmas”, relacionada, principalmente, aos modelos clássicos de conhecimento da realidade. A grande polêmica dirige-se contra o marxismo, entendido, equivocadamente, como um modelo determinístico e insuficiente para captar as expressões da subjetividade, da cultura, do simbólico, do imaginário, do cotidiano e das representações sociais. A “razão dialética” colocada em xeque, teria se esgotado, cedendo lugar ao irracionalismo e ao relativismo. Ampliou-se, a partir de então, o embate entre modernidade e pós-modernidade, destacando-se a novidade dos chamados “novos paradigmas” como caminhos analíticos alternativos para se fazer ciência e se conhecer a realidade social (SIMIONATO, 2009, p.5).

A autora traz dados históricos relevantes para a compreensão do momento atual vivido pelas Ciências Sociais. É importante ter claro que todo o debate fomentado acerca da chamada pós-modernidade, da dita “crise dos paradigmas” não ocorreu ao acaso. Quando contextualizada a questão da crise do capitalismo e as consequências trazidas pela mesma, através de importantes mudanças nas mais diversas esferas da vida social, impossível não retomar a motivação para estas mudanças. O acirramento das contradições internas no modo de produção capitalista corroboraram para que as mudanças<sup>5</sup>, tais como, a forma de organização até então considerada hegemônica – fordismo – no processo de trabalho fosse flexibilizada, ou seja, transmutou sua base de produção em massa para uma produção que não mais visava o consumo em massa. Seguindo o caminho das modificações na produção, Santos (2007) aponta que uma das consequências claras foi o aumento dos índices de desemprego, quebrando o ciclo de produção/consumo e, conseqüentemente, impactando decisivamente as

---

<sup>5</sup> A crise capitalista e as mudanças advindas desta não são objeto do presente trabalho, entretanto, toma-se a mesma como marco importante para compreender as determinantes do objeto de pesquisa. Nesse sentido, não será realizada uma análise aprofundada, por razões de tempo e espaço, porém, no decorrer da sistematização e argumentação elementos fundamentais do plano histórico que envolvem temática irão tomando lugar.

taxas de lucro capitalistas.

Os impactos apontados no parágrafo anterior se fizeram cenário principal para as modificações no campo das Ciências Sociais. Portanto, resgatando as ideias da última citação, ao passo que a denominada pós-modernidade rejeita completamente a concepção de essência, descarte a da existência de um conhecimento dito universalmente verdadeiro. Também não se faz ao acaso o fato de o descarte da possibilidade dessa existência citada anteriormente resultar na afirmação de que é impossível transformar o mundo em sua integralidade. Assim como, existe uma explicação para a rejeição – por parte da pós-modernidade - à existência de uma lógica própria da realidade social embasada em qualquer categoria, mas especificamente na categoria trabalho. Como consequência do explicitado, torna-se impossível conceber a possibilidade da existência de uma lógica própria da realidade social se baseada apenas em dados imediatistas (TONET, 2013).

Embora a pós-modernidade, enquanto ideia, não seja recente, sua expressão no âmbito do conhecimento pode ser verificada com maior intensidade a partir da metade dos anos 1970. No campo filosófico, as primeiras reflexões aparecem na obra *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard. Nela, o autor concebe a sociedade não como um todo orgânico ou um espaço de conflitos, mas como uma “rede de comunicações linguísticas”, uma “multiplicidade de jogos”, não mais apreendidas através das formas de conhecimento próprias do pensamento moderno. A realidade e a experiência humana são constituídas apenas por signos de linguagem, e sua interpretação não se abre a outras possibilidades analíticas. Ainda no início da década de 1970, Michael Foucault é outro autor que desenvolve vários argumentos a favor da pós-modernidade e contra os paradigmas totalizantes. Suas reflexões abordam especialmente a noção de poder situada na esfera do Estado, deslocando-a para o terreno da micropolítica e de suas expressões em instituições, contextos e situações particulares. No debate contemporâneo, sob perspectivas distintas, outros autores também se destacam na defesa da pós-modernidade, como Boaventura de Souza Santos, Michel Mafessoli, Jacques Derrida, Jean Baudrillard, Ulrich Beck, dentre outros (SIMIONATO, 2009, p. 6).

Em função das transformações societárias decorridas das últimas décadas do século XX, bem como, seus impactos no início do século seguinte, sob a dominância do capitalismo financeiro e seu posicionamento hegemônico, agravaram-se os problemas e as contradições nas mais diversas esferas da vida social. A autora salienta que, a razão dialética que até o momento afirmava-se como instrumento de análise da realidade, acaba por ser desqualificada em detrimento das tendências fragmentárias e dos sistemas globalizantes utilizados para explicar o mundo.

A produção do conhecimento passa a centrar-se nas “práticas discursivas”, no superdimensionamento do cotidiano, na tematização sobre os “novos sujeitos sociais”, enfeixados na ideia de um novo paradigma que toma a realidade como um “caleidoscópio de micro-objetos” incapazes de ser captados a partir das perspectivas teóricas totalizantes. No campo das ciências sociais, desencadeiam-se polêmicas metodológicas, buscando-se convencer que as abordagens individualistas e culturalistas permitem uma aproximação maior com o mundo vivido pelos sujeitos sociais. Prioriza-se a esfera da cultura como chave das análises dos fenômenos contemporâneos, deslocada, no entanto, da totalidade social. Os denominados “novos paradigmas” assumem, como bandeiras epistemológicas, “trabalhar não a realidade, mas as suas representações”; não o universal, e sim o singular, o micro, o pontual; não as questões macro, de estrutura, mas o cotidiano, os fragmentos; não o futuro, e sim o presente; não o público, mas a intimidade (SIMIONATO, 2009, p.7).

De acordo com a descrição da autora supramencionada e os elementos que a mesma utiliza para caracterizar o pensamento pós-moderno, cabe pontuar que o mesmo está relacionado a um novo tipo de hegemonia ideológica<sup>6</sup>, expressa no estágio atual do capitalismo. Tal pensamento tem por subsídio teorias da fragmentação e do efêmero, de tudo o que é descontinuado, o que acaba por reforçar a alienação e reificação do presente. Esse processo provoca algo extremamente problemático para o processo de investigação, pois, acaba por fazer com que o pesquisador perca de vista os nexos ontológicos que vão compor a realidade social e o faz desviar da compreensão da totalidade da vida social (Ibidem).

Importa perceber o movimento contraditório da história, as transformações pelas quais passou a sociedade, mais expressamente em se tratando daquelas ocorridas nos anos 1970, que trouxeram o projeto restaurador da ordem capitalista, qual esteja este embasado em três suportes: a flexibilização do campo da produção, à exemplo das relações de trabalho; a desregulamentação das relações na área do comércio e dos circuitos financeiros; bem como, a privatização do que é público (MATIAS; NÓBREGA; SILVA, 2018). De acordo com as mesmas autoras, o contexto denota forte tendência neoliberal e acerca da sua função confere-se o trecho abaixo.

---

<sup>6</sup>Importante salientar que o movimento descrito nas Ciências Sociais – na materialização da crise dos paradigmas – impactava também o Serviço Social de forma a impulsionar os estudos na área e fomentá-los no sentido de com maior frequência abordar o tema da crise dos paradigmas, bem como outras discussões no âmbito da pós-modernidade da sociedade contemporânea. Tal cenário convive com o momento de revisão curricular da profissão. Para maior aprofundamento na temática pós-modernidade e Serviço Social, vale conferir Santos (2007).

O neoliberalismo desempenha função ativa nas respostas para as tensões sociais, no sentido de manter a ordem social, com o significativo apoio dos meios de comunicação, falseando a história, naturalizando as desigualdades e moralizando a “questão social”, ao passo que incita a população a apoiar práticas fascistas, com o uso da força, o armamento, a xenofobia, os linchamentos e a ideologia do medo em tempos de paz formal (MATIAS; NÓBREGA; SILVA, 2018, p. 113).

Em se tratando da ofensiva neoliberal, as autoras ainda contribuem na discussão acrescentando um subproduto da mesma, ou seja, o avanço inegável do pensamento pós-moderno que veio para renovar o movimento funcional à manutenção da ordem burguesa. O que isso vem a ser é justamente uma tendência a desmontar o projeto da Modernidade, de maneira à marginalizar a totalidade e as categorias universalizantes, nesse sentido, cabe salientar o discurso do fim das metanarrativas, com o intuito final de fortalecer e legitimar a ideia do discurso científico.

## **2.2 O Serviço Social e a produção de conhecimento**

E, dentro do contexto explanado em relação ao breve histórico das ciências sociais nos marcos da modernidade e da pós-modernidade, cabe situar o Serviço Social. Se refletido do ponto de vista do Serviço Social brasileiro, pode-se concordar com Simionato (2009) à respeito do processo sócio-histórico da profissão, que contou com a matriz teórica positivista e esta imprimiu sua marca na formação profissional como uma das expressões da razão moderna, esta por sua vez, passou a compor o arcabouço teórico-metodológico da profissão, em um momento específico que a mesma buscava qualificação técnico-científica que fosse capaz de dar respostas às exigências da modernização da sociedade e do próprio Estado, tudo isso tendo como pano de fundo um capitalismo monopolista em processo de consolidação no país (SIMIONATO, 2009).

É imprescindível ter claro que a dimensão investigativa e o conhecimento da realidade, nos limites do Serviço Social, possuem uma trajetória histórica e a pesquisa na área representa fator de extrema importância para a fundamentação e legitimação do exercício profissional do/a assistente social.

Antes mesmo da aproximação do Serviço Social à teoria social de Marx, o Positivismo teve lugar hegemônico na profissão e não foi ao acaso. Cabe salientar que, o Positivismo foi uma das teorias sociais que fomentaram os primeiros progressos da profissão no Brasil em

construir seu referencial teórico, o mesmo possui em comum com o Serviço Social as suas raízes conservadoras. Tais raízes se expressam através da naturalização da pobreza. Um adendo precisa ser feito no que toca ao projeto profissional enraizado no conservadorismo, pois, este se deu pela ligação com a teoria social da Igreja (CHAGAS, 2015). Acerca do projeto profissional conservador, considera-se o que a mesma autora destaca na citação abaixo.

A opção hegemônica do Serviço Social brasileiro, até o período de renovação em meados da década de 1960, era de vinculação a um projeto profissional conservador, ligado a uma direção social burguesa, de manutenção da hegemonia das classes dominantes e uma opção teórica positivista-funcionalista. Considera-se importante ressaltar este fato, dado que o Serviço Social brasileiro passou a declarar possuir um projeto profissional apenas nos idos de 1990, quando ganha hegemonia um projeto crítico no seio da categoria de assistentes sociais no Brasil. O fato é, entretanto, que antes da conquista da hegemonia do projeto profissional crítico existia um projeto profissional conservador, embora este não fosse declarado (CHAGAS, 2015, p. 171).

Ao pensar a mudança de perspectiva teórico-metodológica no Serviço Social ao longo das décadas, percebesse a tremenda inflexão realizada pela profissão, uma vez que o marxismo está situado num campo estritamente antagônico ao campo do positivismo, uma vez que o último dissemina a neutralidade nas ciências sociais. Ao referir-se mais precisamente aos contrapontos no campo da pesquisa – investigação científica -, segue a citação.

O que os positivistas chamam de (pré)noções, ou (pré)conceitos do pesquisador, que devem ser eliminados para o conhecimento da verdade, a sociologia do conhecimento entende como um conjunto de convicções, de idéias, de atitudes do investigador e também de seu grupo social, que escapa à dúvida, a qualquer questionamento, a qualquer distância crítica (CHAGAS, 2015, p. 172-173).

Apesar do acúmulo teórico-metodológico no campo do Serviço Social ter sua história ainda recente, é inegável a contribuição da profissão para o descortinar da realidade, inclusive para tantas outras áreas do conhecimento, ficando evidente o seu posicionamento e perspectiva que se afina com os interesses da classe trabalhadora (MATIAS; NÓBREGA; SILVA, 2018). Entretanto, cabe salientar que apesar de décadas de aproximação e interlocução com o marxismo, traços de ecletismo ainda perpassam a profissão, bem como, a utilização do marxismo como método de compreensão da realidade, negando o caráter de

classe da sua teoria. Chagas (2015) aponta que essa influência positivista no âmbito do marxismo produz inflexões no debate acerca da disputa dos projetos societários no seio profissional.

A pesquisa e o conhecimento da realidade foram fundamentais para que o Serviço Social se consolidasse como área de conhecimento e como uma nova competência sociopolítica e teórico-instrumental, no sentido de apreender o movimento da realidade (MATIAS; NÓBREGA; SILVA, 2018, p. 105).

Simionato (2009) reitera que toda essa composição ao arcabouço teórico-metodológico da profissão acarretou consequências objetivas para a profissão, mais especificamente no que toca a redefinição do projeto de formação profissional.

Esse conjunto de conhecimentos, valores e concepções ideopolíticas consubstancia o projeto ético-político da profissão vinculado à defesa de uma proposta transformadora da ordem vigente, distanciando-se das bases epistemológicas das tendências pós-modernas e de suas referências culturais. Evidencia-se a opção do Serviço Social pelo projeto de modernidade, pautado na razão crítica na apreensão do processo histórico e metodológico, e de uma prática profissional situada para além da racionalidade instrumental, sustentáculo da ordem capitalista. Ampliaram-se os conhecimentos sobre os processos sociais contemporâneos, as particularidades da constituição e do desenvolvimento do capitalismo, do Estado, da sociedade civil, do trabalho, da pobreza, da desigualdade, da democracia, da cidadania, das políticas sociais e do próprio Serviço Social (SIMIONATO, 2009, p.16).

Guerra (2011) ressalta um elemento histórico importante para compreensão da função social e econômica desempenhada pela pós-graduação em seu campo mais geral. A autora salienta que a criação da pós-graduação no Brasil respondeu à lógica semelhante a vários outros processos históricos do país, bem como, análogos à realidade de outros países da América Latina. Ou seja, a autora demonstra a intencionalidade burguesa em obter a resolução de seus interesses pela via da pós-graduação, manifestando um formato elitista dos que ingressam nos cursos.

É também neste contexto e conjuntura, no marco do projeto e do processo de modernização conservadora, tendo em vista a necessidade de desenvolver as forças produtivas e de construir um perfil de profissional que lhe fosse funcional, que se dá a criação da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, com claro perfil tecnológico e parametrizada pelo modelo norte-americano, sendo os primeiros cursos implantados nas Universidades Católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro, ambos em 1972 (GUERRA, 2011, p.131).

Os anos 1970/1980 marcam a história do Serviço Social no Brasil e atestam para a intensificação da produção do conhecimento, contando com a criação dos primeiros<sup>7</sup> cursos de pós-graduação na área das Ciências Sociais e em Serviço Social. Esses programas surgiram com uma função bastante eficaz no sentido de proporcionar espaços férteis e essenciais para que pudesse ocorrer o desenvolvimento da produção literária. Um período repleto de mudanças no contexto social conta especialmente com a reforma universitária que, por sua vez, impacta a formação profissional nos mais diversos aspectos (KUNZLER; PRATES, 2015).

É consensual na literatura crítica específica do Serviço Social que foi a partir dos anos 1980 que a categoria profissional passou a fortalecer a produção de conhecimentos, saindo da preocupação com os metodologismos epistemológicos para um mergulho ontológico nos fundamentos do ser social e do modo de produção capitalista, avanço decorrente da inserção do Serviço Social na universidade, do contato com as ciências sociais, bem como da criação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (MATIAS; NÓBREGA; SILVA, 2018, p. 109, grifos das autoras).

No que diz respeito ao endosso da literatura crítica, não se apresentava apenas no que diz respeito ao adensamento da produção do conhecimento, mas, sobretudo, impactava diretamente o novo projeto de formação profissional que se constituía no período histórico mencionado. Pode-se notar que a década de 1980 serviu de alavanca para o aumento significativo de produção literária na área de estudos que teve como temática destaque a discussão metodológica, as controvérsias que envolviam as Ciências Sociais, a própria produção do conhecimento e a intervenção do Serviço Social (KUNZLER; PRATES, 2015).

Gomes (2015) aponta para o fato de a década de 1970 trazer consigo a interlocução entre os grupos e a década de 1980 arranjos de pesquisa que, por sua vez, serviram de mola propulsora para o desenvolvimento do Serviço Social como área do conhecimento, favorecendo o *status quo* profissional e consolidando os/as assistentes sociais não somente como um técnico especializado – na divisão do trabalho –, mas, sobretudo, tornando os/as profissionais delimitadores e norteadores da configuração profissional na sociedade. A autora ressalta que as pesquisas e especializações corroboraram para que o Serviço Social se

---

<sup>7</sup>O primeiro curso de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil constituiu-se em 1972 na Pontifícia Universidade Católica/PUCRJ e logo em seguida a Pontifícia Universidade Católica/PUCSP também instituiu o curso, no mesmo ano. Já o primeiro curso de Doutorado em Serviço Social da América Latina instituiu-se em 1981 também pela Pontifícia Universidade Católica/PUCSP. Para maiores detalhes, consultar Kunzler e Prates (2015).

colocasse no centro do debate diante das novas expressões da questão social, desta vez com um posicionamento crítico que se constrói no âmbito da coletividade da categoria e se consolidado enquanto pensamento direcionador da profissão.

Esse período é marcado por fecundas produções e debates especialmente sobre a realidade brasileira, polêmica metodológica, crise de paradigmas nas ciências sociais e humanas e suas implicações no conhecimento e na intervenção profissional, configuração de um projeto profissional (GUERRA, 2011, p. 134).

É importante ter ciência da contribuição que o Serviço Social tem dado historicamente – e mais precisamente nas últimas décadas – ao campo da produção de conhecimento e à sociedade como um todo, uma vez que tem acompanhado as demandas da sociedade no sentido de explicá-la através das devidas mediações (KUNZLER; PRATES, 2015).

É preciso dar visibilidade a direção que nossa Pós-Graduação vem tomando no tempo presente para subsidiar avaliações e o debate profissional coletivo sobre alternativas de potencializá-la a partir de interfaces e produções conjuntas, o que já vem se efetivando via programas como Casadinhos, PROCADS, entre outros, que muito tem contribuído para o fortalecimento conjunto de muitos Programas de Pós- Graduação, mas que poderão ser melhor planejados a partir de novos aportes de conhecimentos sobre a estrutura e produções que vem sendo realizadas pelos pesquisadores nestes Programas em nível nacional (KUNZLER; PRATES, 2015, p. 11).

Com a expansão e disseminação dos espaços e grupos empenhados em fazer pesquisa, produzir conhecimento na esfera do Serviço Social, fica cada vez mais clara a posição da profissão não meramente com a dimensão interventiva, mas, uma profissão que também é uma área do conhecimento.

Lembremos que Marx já destacava no *Manifesto do Partido Comunista* que, a burguesia não poderia existir sem revolucionar constantemente. A captura de espaço e tempo que caracteriza a contemporaneidade reduz o tempo dedicado ao adensamento dos conhecimentos. Se por um lado, temos acesso a muitas informações, a sua sedimentação nem sempre acontece, o que facilita processos de alienação mascarados por uma apropriação superficial. Reiteramos, portanto que, o exercício de investigar para adensar conceitos, buscar novos olhares sobre temas, desocultar contradições, articular dados é possível e necessário em todo o espaço de formação e a isto chamamos de transversalidade (KUNZLER; PRATES, 2015, p. 13, grifos das autoras).

O trecho acima ratifica a necessidade de a formação estar respaldada na investigação científica, trata da relevância que a mesma possui para todo o processo de formação, uma vez

que adensa os conceitos, abre um leque de possibilidades de temas a serem discutidos e refletidos, desvela a realidade e situa as contradições postas à materialidade.

A égide marxista que se insere no Serviço Social, a partir do protagonismo da Universidade na modalidade de pós-graduação exprimiu o rompimento com a postura positivista – que calçou por décadas as práticas dos/as assistentes sociais – que determinava a separação entre o pensar e o agir, o construir conhecimento do próprio intervir na realidade social na qual o/a profissional estava inserido/a (BALDIOTI, 2013).

É importante perceber que nesse intervalo de tempo, de organização, de fomento da pesquisa na área acadêmica, há também um movimento de construção de um novo projeto orientador da profissão, tal projeto motivado por esta massa crítica que estava se avolumando dentro do bojo do debate que só crescia acerca da ruptura com os padrões tradicionais norteadores da profissão até o dado contexto.

De acordo com a autora supracitada, dessa nova postura profissional vários foram os produtos retirados, um deles foi o reconhecimento – em 1980<sup>8</sup>– da profissão pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq), assim como pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como uma área de produção de conhecimento ligada ao campo das Ciências Sociais Aplicadas.

Importa salientar o papel de destaque que as agências de pesquisa supracitadas possuem para o Serviço Social, haja vista são a partir delas que a profissão alcança a possibilidade de financiar sua pesquisa e incluir pesquisadores no quadro de avaliação e desenvolvimento da iniciação científica (GOMES, 2015).

Um destaque precisa ser feito em relação ao perfil das pós-graduações no geral e à pós-graduação voltada para a área do Serviço Social. O trecho abaixo informa que há uma diferença substancial na tendência apontada pelo mercado e a postura assumida pela categoria frente a esta.

---

<sup>8</sup> Acerca dos marcos históricos das décadas de 1970, 1980, 1990 e anos 2000, a seção seguinte tratará com olhar mais aprofundado, contemplando os projetos de formação profissional em cada momento histórico, bem como, percebendo a interface destes com a dimensão investigativa e o perfil profissional pretendido formar e cada época.

Ao contrário da tendência mais geral, e na direção da nossa cultura profissional com fraca tradição em pesquisa, o enfoque da nossa pós-graduação está no ensino. Os programas de Pós-Graduação da área mantêm uma importante função de formação de quadros para a docência tanto para o Brasil quanto para outros países do continente latino-americano (Argentina, Uruguai, Chile, Costa Rica, Colômbia, Venezuela) e europeu, especialmente, Portugal. Com menor incidência, também intervém na formação de docentes e profissionais que atuam no continente africano (Cabo Verde, Angola e Moçambique). Vêm também formando a massa crítica inserida na formulação e implementação de políticas sociais, nos conselhos de direitos, nas organizações não governamentais e, ainda que em menor incidência, nos movimentos sociais. Os Programas encontram-se bem estruturados com disciplinas apresentando conteúdos e bibliografia atuais e em conexão com as áreas de concentração e linhas de pesquisa. Ressalta-se que a procura pelos nossos Programas extrapola a área de Serviço Social: muitos dos candidatos que os procuram são de áreas afins e estão interessados num debate crítico que se faz em torno do capitalismo contemporâneo e suas formas de enfrentar a chamada questão social (GUERRA, 2011, p.146).

Interessante notar que a investigação científica no geral e a formação pós-graduada possuem papel importantíssimo, sobretudo no segundo caso, pela sua natureza acadêmica e não profissionalizante (MOTA, 2013). Acerca da mesma discussão a autora complementa.

No âmbito do Serviço Social, em face das particularidades do seu desenvolvimento histórico e da capacidade organizativa da sua comunidade profissional, é importante reconhecer o peso da sua resistência política, expressa na manutenção de uma formação generalista, na recusa aos cursos seqüenciais, a distância e à criação de mestrados profissionalizantes. Iniciativas que foram determinantes para galgar seu estatuto intelectual na contracorrente, por exemplo, do que aconteceu na Europa com o Processo de Bolonha (MOTA, 2013, p. 20).

A década de 1990 foi extremamente importante para a maturidade da profissão e a década seguinte não trouxe menos ganhos, pois, a partir dos anos 2000 a Revista *Temporalis* começou a ser editada, fazendo o movimento de substituir os cadernos da ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social), e tal revista deu continuidade aos debates em torno dos temas e dilemas da área do Serviço Social no mundo contemporâneo (BALDIOTI,2013).

É nesse processo de amadurecimento, reposicionamento da pesquisa dentro dos currículos profissionais que a categoria se convence de que precisa fortalecer a unidade entre graduação e pós-graduação.

Esta estratégia se respalda no investimento histórico da Abepss na busca da unidade graduação e pós-graduação, tendo a produção do conhecimento apoiada na pesquisa como eixos articuladores do desenvolvimento acadêmico-teórico do Serviço Social e como um princípio básico em sua trajetória enquanto associação acadêmico- científica (ABREU, 2011).

Compreender a dimensão investigativa como primordial ao processo de formação acadêmico-profissional torna-se imprescindível para que a relação teoria-prática não seja dissociada, bem como, fazer a manutenção daquilo que vem sendo preconizado no projeto ético-político da profissão - construído coletivamente pela categoria a partir das necessidades da mesma em repensar não somente a perspectiva teórico-metodológica, mas também, o próprio conduzir do exercício da prática - e o que se tem feito com toda a produção teórica alavancada pelos intelectuais da área. Nesse sentido, um campo de disputas coloca-se claramente na realidade na qual está inserido o Serviço Social.

Também se torna importante problematizar a relação existente entre teoria e prática, entre o conhecimento da realidade e da prática profissional, bem como, compreender como esta se expressa nos dias atuais na profissão e como se constitui um desafio para a mesma. Para tais afirmativas supracitadas, cabe pressupor a não compreensão das mediações necessárias para relacionar os conhecimentos teóricos sobre a realidade social e a intervenção do/a assistente social. Ou seja, de onde saem tais afirmativas equivocadas percebe-se a dificuldade em estabelecer relação do conhecimento teórico como referencial analítico.

No que diz respeito à produção de conhecimento na esfera do Serviço Social, Silva sinaliza que,

Parece evidente, então, que a produção do conhecimento, realizada por meio de pesquisas em nível de Serviço Social, deve considerar uma relação entre teoria e prática que não anule ou supervalorize uma em relação a outra. Em outras palavras, a unidade-diversa entre teoria e prática (a práxis dialética), carece de certo tipo de articulação em que a realidade enfrenta diretamente pela prática profissional oferece elementos para que a razão teórica se debruce sobre desafios concretos sem que, com isso, se “aplique” um receituário capaz de solucionar, por si só, as concretas provocações cotidianas (SILVA, 2007, p.289-290).

Além de assumir uma posição de análise histórica da totalidade, a entidade representativa da profissão preocupa-se em unir os dois níveis de formação (graduação e pós-graduação), vinculada justamente a uma educação crítica e emancipatória.

O objeto do presente estudo – nos últimos quase cinquenta anos -, logo depois da criação dos programas de pós-graduação, manifesta-se como um dos temas mais discutidos

dentro do meio acadêmico, esta atrela-se aos demais temas, quais sejam: a pesquisa e a produção de conhecimento (ARAUJO; MACIEL; SEIMETZ, 2015).

No que se refere ao crescimento da pós-graduação na área, permanece a tendência da sua ampliação no período atual, pois dados obtidos em 2015<sup>9</sup> indicaram a existência de 31 cursos de mestrado e 15 de doutorado. Isso revela que, em pouco mais de uma década, houve a ampliação de 22% dos cursos de mestrado e 40% dos cursos de doutorado. A natureza dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, ao contrário dos dados da graduação, indica que, apenas 7 deles são privados (23%), sendo 24 públicos (77%), o que nos permite afirmar que a pós-graduação no país é alavancada pela iniciativa pública (ARAUJO; MACIEL; SEIMETZ, 2015, p. 5).

A realidade aponta para o cenário de ampliação dos espaços de produção de conhecimento possibilitaram também a diversificação das temáticas a serem estudadas, refletidas, problematizadas, socializadas etc., entre elas está a temática da produção de conhecimento. Este tema está na ordem do dia da categoria profissional, em melhores termos, na agenda científica da mesma, uma vez que é vista não somente como profissão, mas, também, como área de conhecimento.

### **2.3 A pesquisa<sup>10</sup> e a dimensão investigativa<sup>11</sup> na formação profissional de graduação em Serviço Social no Brasil**

A trajetória histórica do Serviço Social atesta o esforço por aproximar-se das Ciências Sociais como forma de repensar seu direcionamento teórico-metodológico afastando-se da influência da doutrina social da Igreja e com fins de legitimar sua prática no campo da institucionalização da profissão, como poderá ser visto na próxima seção – mais detalhadamente - no processo de renovação do Serviço Social.

Refletir acerca da dimensão investigativa e seu papel – inserindo-a desde a formação acadêmico-profissional até a prática do Serviço Social – implica em compreender a gama de

---

<sup>9</sup>Os dados representam uma realidade datada de três anos atrás, obviamente que esse número não é mais tão preciso, entretanto, demonstra a mudança histórica no perfil da formação profissional. Atualmente o número é superior.

<sup>10</sup>A pesquisa no presente estudo concebe-se enquanto investigação científica, entretanto, em alguns momentos estará referindo-se especificamente à disciplina que compõe o currículo de formação em Serviço Social.

<sup>11</sup>Ao fazer menção à dimensão investigativa parte-se do pressuposto de que a mesma, assim como a dimensão interventiva, se estabelece na formação como princípio fundamental e condição central da formação profissional e da relação teoria e prática.

movimentos anteriores a esta etapa, movimentos estes indispensáveis dentro da perspectiva adotada pela profissão em seu projeto profissional. Discutir o tema proposto acima advém da aproximação com autores que contribuíram com suas produções no âmbito do Serviço Social historicamente, através das literaturas que indicam a necessidade da efervescência de tal debate dentro da academia e, ultrapassando os muros das universidades, pela própria categoria profissional organizada através de suas entidades representativas.

A disciplina de pesquisa está presente no currículo do Serviço Social desde as suas primeiras discussões e elaborações, porém, em cada momento se apresenta de maneiras diversas. De acordo com Baldioti (2013), observa-se que até meados da década de 1960 o que se teve por modelo para atuação do Serviço Social não despertava polêmica ao ponto de repensar as elaborações teórico-metodológicas da profissão. Porém, a partir desse contexto, as inquietações passaram a tomar lugar no cenário brasileiro em virtude do movimento latino-americano – *Reconceituação* do Serviço Social - acompanhado de um movimento renovador – no plano brasileiro - que preocupou-se em torno de repensar a formação dos/as profissionais e como se dariam daquele ponto em diante as produções da categoria.

A preocupação com a pesquisa e a produção do conhecimento em Serviço Social é recente se comparada com algumas importantes “áreas” das Ciências Sociais Humanas e Sociais Aplicadas. Essa tendência se consolidou mais intensamente a partir do processo de reconceituação latino-americano, incorporando os limites e os avanços propiciados por este movimento. A absoluta falência do “Serviço Social tradicional” e as diversas alternativas a ele formuladas, recuperaram – mesmo que inicialmente de forma pontual – a necessidade da pesquisa para sintonizar a profissão com os imensos desafios da segunda metade do século XX. O caráter heterogêneo, eclético e empirista/formalista que marcou o processo de reconceituação em suas principais e diversas vertentes, estabeleceu parâmetros e bases teóricas diferenciadas que repercutiram decisivamente em diferentes perspectivas e formas de pesquisa em nível de Serviço Social (SILVA, 2007, p. 87).

Apesar de aparentar ter sido totalmente superada, no decorrer das sucessivas discussões e reformulações do currículo profissional, a perspectiva pedagógica tradicional que acaba por cercear o ensino acadêmico ao mero compartilhamento de conhecimentos, sinaliza para um perfil ainda existente – que convive com o seu oposto - do docente dentro dos padrões mercadológicos e apto a responder exclusivamente às demandas do capital, que também está compondo o espaço de formulação do Serviço Social (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2007). O perfil do/a docente, o perfil do/a profissional que pretende ser formado para a atuação prática como assistente social tem que ver com o projeto de formação profissional que tem sido defendido pela categoria em conflito com o projeto de

formação exigido pelo mercado.

A definição de um projeto de formação profissional exige que, além de se considerar o processo de formação teórico-metodológico, sejam considerados outros componentes de ordem política, cultural e ética, capazes de assegurar a superação dos limites colocados pelas grades curriculares, possibilitando que se desenvolva, um processo de constante interação, um projeto pedagógico do qual resultem profissionais capazes de decifrar e interagir na realidade social em que estará inserido (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2007, p.95).

Precisa ser notado o fato de que o Movimento de *Reconceituação* na América Latina se fez marco excepcionalmente relevante e de cunho decisivo no processo de revisão crítica da profissão não só no Brasil, mas, no continente como um todo.

Nas últimas décadas, o debate acerca da relevância da pesquisa e do conhecimento da realidade está posto para os assistentes sociais com muita ênfase, contexto no qual o Serviço Social alcançou sua maioridade intelectual e consolidou-se como área do conhecimento. Uma das tendências mais significativas dessa profissão hoje é a sua particularidade como área de conhecimento, o que expressa o seu amadurecimento no âmbito da pesquisa (MATIAS; NÓBREGA; SILVA, 2018, p 105).

Desta forma, as polêmicas e inquietações que foram surgindo no âmbito da formação profissional do Serviço Social em relação ao tradicionalismo de até então, serviram de fomento para que o processo de revisão da profissão em diferentes âmbitos iniciasse. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2011), desde os fundamentos ídeo-políticos da profissão em suas raízes sociopolíticas até a direção social que esta assume para o momento de operar sua prática, o Serviço Social passou por uma renovação.

Várias foram as contribuições da pesquisa<sup>12</sup> durante esse período vivenciado pelo Serviço Social, período de renovação e inquietações, e algumas delas foram as formulações<sup>13</sup> por parte de um núcleo docente da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (PAULO NETTO, 2011). Segundo o mesmo autor,

---

<sup>12</sup> Nesse caso, refere-se especificamente à prática investigativa científica.

<sup>13</sup> É importante ter claro que o Método de BH foi marco para a formação do Serviço Social, em especial, nesse contexto de renovação e elaboração de um currículo para a mesma. O momento descrito acima estava no bojo das transformações que ocorriam no âmbito universitário nacional, o que estava em curso era uma Reforma Universitária imposta pela ditadura. Esse contexto foi bastante enriquecedor para a profissão à nível de amadurecimento, bem como, momento de legitimação da mesma no âmbito acadêmico. Foi também produto dessa organização da categoria, e direcionamento teórico-metodológico adotado, o surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação, o que corroborou diretamente para que a produção do conhecimento fomentasse e se consolidasse a cada passo dado pelo Serviço Social.

A emergência visivelmente objetivada desta perspectiva renovadora está contida no trabalho levado a cabo, mais notadamente entre 1972 e 1975, pelo grupo de jovens profissionais que ganhou hegemonia na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde se formulou o depois célebre “Método Belo Horizonte”. É na atividade deste grupo que a intenção de ruptura se explica originalmente em nosso país, assumindo uma formulação abrangente que até hoje se revela uma arquitetura ímpar” (PAULO NETTO, 2011, p. 261).

Além dos ganhos no sentido de arcabouço teórico, a profissão conquistou outros patamares, à exemplo disso, podem ser destacadas as experiências de supervisão nos campos de estágios já com as novas abordagens e referenciais, quebrando o isolamento intelectual que o/a assistente social passava no contexto até então (PAULO NETTO, 2011). Dessa forma, foi possível para a profissão maior presença nos debates acadêmicos, tendo em vista sua produção que se acentuava constantemente, bem como a interlocução com os profissionais de outras áreas do saber, o que cria a oportunidade de o Serviço Social se desenvolver na pesquisa e na produção do conhecimento (BALDIOTI, 2013).

A formação profissional deverá assegurar, ao assistente social, oportunidades para desenvolver uma atitude investigativa que lhe possibilite elaborar e executar projetos de pesquisa. Para isso é necessário que os cursos de formação formulem políticas de pesquisas, que incentivem os professores a assumirem a função de pesquisadores, uma atividade universitária constitutiva da docência, e que envolvam os alunos nos programas de iniciação científica (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2007, p. 97).

Há um fator que precisa ser ressaltado, se observado o contexto da profissão anterior ao momento salientado será perceptível que a investigação científica esteve ocupando lugar secundário na formação acadêmico-profissional, porém, com todas as modificações sofridas no contexto mundial a formação não permaneceu intocável por determinações externas, assim como fora o movimento adotado pela própria profissão no sentido de que o direcionamento teórico-metodológico até então assumido não mais respondia às demandas da realidade do dado momento histórico.

Nesse sentido,

A produção de conhecimento na área do Serviço Social começa a desenvolver-se com mais profundidade a partir de 1980. Esta década marcou um processo de amadurecimento da produção teórica da área, com o protagonismo da Universidade, principalmente sob a égide da influência marxista inserida no Serviço Social no Processo de Renovação pelos profissionais da chamada intenção de Ruptura (BALDIOTI, 2013, p. 52).

De acordo com Baldioti (2013), é consenso entre alguns autores que a revisão curricular de 1982 foi um marco para a profissão, apresentando um projeto de ruptura com o tradicionalismo e dando base para o atual Projeto Ético Político Profissional, sendo a mesma revisão ponto de partida para repensar o processo de formação profissional que tem como interface os impactos das transformações ocorridas na sociedade brasileira.

Ainda com relação à reforma curricular, cabe destacar que na proposta curricular de 1982, a disciplina de pesquisa já vinha sendo incluída como matéria básica, garantindo a sua inserção no âmbito da graduação. Posterior a tal momento de grande relevância para a profissão, a década de 1990 trouxe novos desafios e um deles foi a construção das Diretrizes Curriculares em 1996, pois, esta veio com caráter ratificador e aprofundador da direção social e dos próprios fundamentos do Currículo Mínimo pensado em 1982 (BALDIOTE, 2013).

As Diretrizes Curriculares de 1996 foram então construídas sob a coordenação da então ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social), num amplo movimento que articulou grande número de unidades de ensino no país, por meio da articulação de docentes, estudantes e supervisores de estágio, no período de 1993- 1996, que reafirma e aprofunda a direção social estratégica e os fundamentos do Currículo Mínimo de 1982 na perspectiva da superação das defasagens teórico- metodológicas e fragilidades operativas da formação (BALDIOTI, 2013, p. 63).

Assim, nota-se que a construção das Diretrizes Curriculares de 1996 contou com a participação da categoria desde estudantes e docentes até os profissionais que estavam supervisionando os campos de atuação. Assim como nas décadas anteriores a dimensão investigativa teve seu lugar e ênfase diferenciada. Na proposta curricular atual tal dimensão se torna obrigatória não somente enquanto disciplina – pesquisa - a ser lecionada em sala de aula, mas, recebe um tratamento diferenciado dentro da formação, tornando-se um dos princípios, assim como condição da formação profissional (BOSCHETTI, 2004). Ainda segundo a mesma,

As diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS preconizam que a atitude investigativa e interpretativa dos docentes deve ser estimulada e estruturar todo o processo de formação, não devendo ser vista apenas como um momento específico do currículo, em uma única disciplina de pesquisa, por exemplo. Esse princípio deve se materializar através da articulação do ensino, pesquisa e extensão, que deve ser eixo estruturador das disciplinas e dos núcleos de estudo. Nesse sentido, a pesquisa deve ser entendida como estratégia contínua de formação, de modo a permitir ao aluno exercitar a dimensão investigativa durante todo o seu processo formativo e não apenas ter contato com a pesquisa em uma única disciplina (BOSCHETTI, 2004, p.29).

Concordando com a citação acima, é relevante apontar para o fato de que além de o estudante possuir a possibilidade de vivenciar a pesquisa perpassando toda a sua formação profissional, este mesmo após sair do nível de graduação precisa ter ciência de que sua formação não está acabada. O/A assistente social está inserido/a em processos da realidade, por sua vez dinâmicos, que exigem do/a profissional postura de constante investigação para então compreender tal realidade que se modifica dentro do conjunto das relações sociais. A formação do/a assistente social estrutura-se em divisões que possibilitem a didática do ensino, porém, não somente em um momento específico a dimensão investigativa se manifesta, ou seja, na forma de uma disciplina, ao contrário, a mesma é elemento intrínseco à formação e prática profissional.

De acordo com Matias, Nóbrega e Silva (2018), é consenso entre aqueles que pensam e problematizam o Serviço Social brasileiro o fato de a dimensão investigativa ser um tema que recorre o meio com certa relevância para a profissão, uma vez que se constitui enquanto um dos eixos fundantes das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, cujo documento-síntese marca a década de 1990.

A formação profissional e a pesquisa supõem o trabalho criativo, a autonomia intelectual e a competência teórico-metodológica fundada em conhecimentos críticos, visando à capacidade de desvelar objetivamente a realidade social em sua essência histórica (BARROCO, 2010, p. 163).

Para garantir a legitimação da prática da pesquisa também após a graduação, a própria ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) destaca a importância do papel dos cursos de Pós-Graduação na formação e qualificação dos pesquisadores docentes e discentes, bem como a interlocução que se estabelece com as demais. O/A profissional que está no campo exercendo o Serviço Social deve se utilizar do conhecimento produzido pela categoria como estratégia para sua prática - bem como, produzir

a partir desta-, pois assim o fazendo, está comprometendo-se com os processos concretos que garantem materialidade ao Projeto Ético-Político Profissional (BALDIOTI, 2013). Deste modo:

A relação do Serviço Social com a pesquisa surge em função de um processo histórico de amadurecimento intelectual e de demandas societárias, o qual vai revelando uma profissão capaz de gerar conhecimentos que lhe acrescentam subsídios teórico-metodológicos coerentes com sua natureza e com as exigências societárias, mas é no contexto acadêmico que a pesquisa se revela como potencialidade para o Serviço Social. A pesquisa torna-se um recurso importante no conhecimento da realidade social, das manifestações da questão social, e para a intervenção profissional qualificada (BALDIOTI, 2013, p. 67).

Fica claro, diante do exposto, o fato de que a pesquisa enquanto investigação científica tem lugar e razão na história do Serviço Social, esta se moldou em resposta às determinações históricas e consolidou-se durante o processo de generalização da profissão. Assim como, é evidente que esta não é produto somente da graduação e da pós-graduação, pois, é imprescindível ao profissional quer esteja na produção de uma tese de doutorado ou mesmo analisando socioeconomicamente uma dada família, estudando a realidade onde irá atuar ou qualquer outro movimento na realidade ou dentro de uma instituição, seu espaço sócio-ocupacional, o senso de investigação.

Alguns foram os dilemas enfrentados pela profissão e, destaca-se a carência de um acervo de conhecimentos acumulados pela mesma, não um acervo qualquer, mas, sobretudo, um acervo condizente com o cenário no qual o Serviço Social se inseria, um cenário de busca pela superação do conservadorismo e constante questionamento acerca de qual referencial teórico poderia ser o mais apropriado para nortear a profissão a partir de então. Porém, no bojo desse debate acerca do acervo de conhecimentos o qual a categoria carecia, passava também pela problemática de enxergar a prática como fonte de teoria, o que levava a relação entre a teoria e a prática a uma análise de cunho empiricista, incorrendo nas antigas bases positivistas, porém, nesse contexto o velho discurso surgia com uma nova roupagem, vestindo uma capa dita “dialética” que, no entanto, não passava de um dos traços próprios àquele de reatualização de um conservadorismo já existente.

Ao longo das décadas que serviram de amadurecimento para a profissão, as entidades representativas do Serviço Social foram consolidando-se e suscitando discussões bastante pertinentes a cada contexto no qual a profissão foi se inserindo. A ABEPSS é uma das entidades que têm buscado nas últimas décadas legitimar o estatuto efetivamente universitário

para o Serviço Social e tal legitimação vem sendo feita desde os espaços de produção do conhecimento até os de socialização dos resultados deste, assim como na fiscalização de como têm sido elaboradas as literaturas voltadas à formação profissional.

Frente ao contexto de investidas neoliberais<sup>14</sup> e de ataque à Educação de Ensino Superior como um todo a ABEPSS tem se preocupado em fortalecer os princípios que preconizam o Projeto Ético-Político Profissional, assim como, as Diretrizes Curriculares que se estabeleceu para a mesma, a fim de que estas não sucumbam aos interesses mercadológicos nos quais a Educação em nível geral vem sendo submetida. Para tanto, a associação estabeleceu Grupos Temáticos de Pesquisa que visam discutir os encaminhamentos que a pesquisa vem tomando no Serviço Social, tais eixos são: trabalho, questão social e Serviço Social; política social e Serviço Social; Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional; movimentos sociais e Serviço Social; questão agrária, urbana e ambiental e Serviço Social; classe gênero, raça/etnia, diversidade sexual e Serviço Social; Ética, direitos e Serviço Social (TAVARES, 2010).

Tal iniciativa foi extremamente relevante, pois, a profissão precisa ser discutida assim como, sua função social dentro do cenário da sociedade capitalista. Sendo assim, a criação de tais eixos temáticos ressalta a necessidade de se conhecer a realidade da dimensão investigativa no Serviço Social e como esta vem se articulando nos campos da graduação e pós-graduação, bem como, perceber quais as implicações que os resultados dessas pesquisas vêm tendo no perfil profissional formado para o exercício da profissão inserido nos mais variados campos de trabalho.

Como já apontado anteriormente, a dimensão investigativa está intrínseca à formação profissional e o campo de estágio é um dos momentos em que o discente irá ter contato com esta, desta vez correlacionando-a à prática. Porém, uma distinção precisa ser feita quando o assunto toca a formação discente para a prática profissional – momento em sala de aula e momento da inserção no campo de estágio supervisionado – e a prática propriamente dita. Pois, segundo Iamamoto.

---

<sup>14</sup>A ideologia neoliberal preconiza o mercado como campo de disputa econômica dividido entre vencedores e perdedores. A lógica inerente permite que a sociedade seja pensada em consonância com o mercado, ou seja, enquanto um espaço que se divide também entre dois pólos, estes que vivem em guerra constante, seja esta econômica, social ou ideológica. Para maior aprofundamento na temática, ver texto de Barroco (2010).

Outra distinção necessária ao se proceder ao ensino de prática do Serviço Social, é a que se estabelece entre a *formação discente para a prática profissional e o exercício profissional propriamente dito*. Encontrando-se o aluno em processo de aprendizagem, o espaço de sala de aula e de estágio não pode ser estreitado pelos limites da pura execução, o que suportaria fixar a identidade do aluno como mão-de-obra de baixo custo para os organismos executivos das políticas sociais, subalternizando o ensino às imposições do mercado de trabalho. Dessa forma, não cabendo cobrar do aluno prioritariamente produtividade e eficiência no seu desempenho no contexto das ações institucionais – o que pode ser exigido do Assistente Social –, o ensino da prática profissional afigura-se como momento privilegiado para a releitura crítica das ações profissionais, elucidando-as nos seus multifacéticos ângulos, abrindo os caminhos necessários para preservar a qualidade dos serviços prestados, construindo respostas profissionais que melhor atendam ao público-usuário (IAMAMOTO, 2007, p. 199, grifos da autora).

Observa-se que há um cuidado especial à ser tomado quando se refere à inserção do/a discente no processo de formação profissional, uma vez que este/a ainda não se constitui profissional. O momento de contato com o campo prático – através da experiência de estágio – pressupõe alguns cuidados para que a própria universidade não caia na armadilha de mercado em utilizar a experiência pretendida pelo/a aluno/a como barateamento de força de trabalho. Nesse sentido, apesar de o momento ser de extrema importância para a formação profissional – e o/a aluno/a já possuir bagagem teórica necessária para estar ali –, não se permite que seja confundido com a prática profissional em si, sendo impróprio exigir do/a estagiário/a ações de competência do profissional. As implicações da lógica mercantil que atinge também a universidade não estão somente vinculadas ao momento do estágio, como salientado no parágrafo em questão, mas, sobretudo, diz respeito à todo o processo de formação, conseqüentemente o objeto de estudo da presente discussão – a dimensão investigativa – sofre conseqüências visíveis. Sobre isso, vale conferir a citação abaixo.

**O sucateamento e aligeiramento da formação profissional** afastam a ideia de universidade autônoma, com **implicações para a pesquisa e para o conhecimento da realidade**, a fim de atender a **lógica mercantil**, configurando-se numa universidade operacional (MATIAS; NÓBREGA; SILVA, 2018, p. 113, grifos nossos).

O risco no qual a formação profissional tem incorrido na contemporaneidade aponta para a preocupação de estar se tratando de um ensino universitário preocupado em treinar, adestrar, que se pauta na mera transmissão de conhecimentos e que marcam o ensino fragmentado e parcializado. Trazendo outro agravante, qual seja este, o deslocamento da

pesquisa para o campo exclusivo da pós-graduação, com maior incidência nas universidades públicas (Ibidem).

Retomando um pouco do período em que se deu a chamada revisão curricular e autoquestionamento da profissão, algumas ideias foram lançadas com o intuito de contribuir para que a formação possuísse um caráter mais qualitativo e livre das investidas mercadológicas, porém, Iamamoto (2007) aponta para os riscos trazidos por tais medidas tomadas por algumas escolas de Serviço Social naquele contexto.

De acordo com Iamamoto (2007), um dos passos à frente dados pela profissão, no momento de questionamento e revisão curricular, foi o de situar o ensino da prática no currículo acadêmico e perceber que muitas são as questões envolvidas nesse movimento de ensino-aprendizagem, tais como problematizar o significado da qualificação discente para a prática profissional, perceber as particularidades pedagógicas que se voltam para o espaço curricular onde se propõe a análise e efetivação do exercício profissional, assim como questionar o papel dos atores envolvidos no ensino da prática – o/a professor/a, supervisor/a, profissionais do Serviço Social e o próprio/a aluno/a, maior interessado/a em todo o processo.

Trabalhar as categorias de análise do cotidiano da prática profissional a fim de desenvolver uma formação e prática coerente com as demandas que lhe são propostas e não destoando do direcionamento crítico dado pela profissão, apresenta implicações do tipo dominar as bases teórico-metodológicas que dão significado à própria profissão, que no caso do Serviço Social tem sido a tradição marxista.

Situar o ensino da prática no currículo passa necessariamente pela consideração da particularidade das estratégias pedagógicas voltadas para a *análise e efetivação da prática profissional*. Não sendo essa uma tarefa nem de mera informação teórica nem de treinamento executivo, o desafio pedagógico central está em *articular* elementos teórico-metodológicos e históricos, transmitidos e aprofundados no decorrer das várias disciplinas do curso, resgatando-os seletivamente, atualizando-os e aprofundando-os em função da explicação e do encaminhamento prático de situações particulares e singulares, capazes de elucidá-las e sugerir criativamente formas de seu enfrentamento no campo profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 203- 204, grifos da autora).

Em todo o processo de construção do currículo do Serviço Social, tanto o ensino da pesquisa quanto o da prática são primordiais. Porém, é relevante ter claro que a dimensão investigativa não somente é importante para o campo acadêmico, esta perderia seu sentido se seus frutos permanecessem engavetados. Há uma necessidade real de democratizar os resultados de tais pesquisas feitas no âmbito da graduação e pós-graduação e tal

democratização deve ser feita nos espaços de socialização de experiências proporcionados pelas entidades representativas da profissão, pois, toda a categoria precisa estar ciente dos avanços teóricos e técnico-operativos alcançados pelos pesquisadores. Importante salientar que o campo onde cultiva-se a prática da pesquisa, este campo teórico que não é neutro, é permeado por disputas constantes.

A dimensão investigativa é imprescindível à ação profissional do/a assistente social, o diferencial do Serviço Social em relação às outras profissões se dá justamente em sua prática interventiva, quando esta caminha no sentido de conhecer e decifrar a realidade para, então, intervir.

A partir dessa ótica, no Serviço Social, assumido como profissão interventiva, o conhecimento a ser construído pela investigação tem como horizonte não apenas a compreensão e explicação do real, mas a instrumentação de um tipo determinado de ação sobre esse real. Essa ação assume o sentido de uma resposta de um sujeito coletivo (a categoria profissional) diante dos desafios que lhe são postos historicamente, na divisão sociotécnica do trabalho (BAPTISTA, 2006, p. 29).

No sentido apontado acima pela autora, percebe-se que a profissão possui um aparato importantíssimo e que deve ser utilizado pela categoria no fazer profissional, este se trata da investigação, esta que tem a função de instrumento de desvelamento da complexidade da realidade, dos mais diversos aspectos que estão envolvidos na totalidade.

Historicamente o Capital tem feito as suas exigências aos profissionais que estão inseridos no mercado de trabalho – essencialmente competitivo -, e o/a assistente social não está isento/a destas. Ao passo que o modelo de sociedade impõe os ditames nos quais o Serviço Social está inserido, em estruturas institucionais que, por vezes, são também inflexíveis ao ponto de tornar a prática profissional algo mecânico, sem reflexão da realidade na qual se intervém.

A pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzido especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. Apesar da nossa recente tradição em pesquisa e do recorrente viés empirista e epistemologista que a caracteriza, nota-se uma significativa expansão dela nos últimos anos e um também significativo avanço na sua qualidade, a partir da adoção do referencial teórico-metodológico extraído da tradição marxista (GUERRA, 2009, p. 1 - 2, grifos da autora).

Neste sentido, concebe-se a dimensão investigativa como um princípio formativo profissional fundamental e um instrumento que serve para apontar o processo de maturidade intelectual que a profissão vem galgando, além do que contribui - não somente para ao cabedal teórico do Serviço Social - com as diversas áreas do conhecimento, permitindo uma conexão – através das mediações – com as demandas objetivas da classe trabalhadora de forma que através das aproximações sucessivas – proporcionadas pelo processo investigativo – seja capaz de compreender a realidade social e intervir de maneira contundente. É essa necessidade de compreender o real, de atuar na base concreta da sociedade que leva o profissional à busca do aprofundamento teórico e produção de conhecimento que dê respostas às tais demandas. Portanto, mais que uma necessidade, a prática da pesquisa através da investigação científica constitui-se como uma exigência para o Serviço Social no exercício de sua ação profissional.

Entretanto, apesar de salientar-se constantemente pela categoria profissional - em defesa de um projeto de formação fundamentada numa perspectiva teórico-metodológica crítica – a relevância da investigação científica na formação e enquanto instrumento mediador do/a assistente social em seu cotidiano prático, esta dimensão investigativa inerente à profissão sofre na contemporaneidade diversos ataques. Sobre estes, observa-se as considerações abaixo.

Nesse compasso de ataque à pesquisa e conhecimento de realidade, assistimos a significativos cortes orçamentários nos programas de pós-graduação e projetos de pesquisa, o que vem sendo debatido nas Oficinas Regionais e Nacional da ABEPSS dos tempos recentes, em busca de estratégia de resistência (MATIAS; NÓBREGA; SILVA, 2018, p. 115).

No cotidiano prático, o/a assistente social lida direta e indiretamente com as expressões da “questão social” materializadas na vida dos usuários que lhes chegam o que exige do/a profissional uma postura interventiva, e para intervir é preciso conhecer a realidade em sua essência, esse movimento se dá através da dimensão investigativa que, por sua vez, compõe a pesquisa. Para Guerra:

A investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio- histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha o *estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional*. (GUERRA, 2009, p. 13, grifos da autora).

De acordo com o explicitado acima, a investigação não só é importantíssima para o exercício profissional, como se pode considerá-la como inerente à própria natureza de grande parte das competências profissionais, pois, é a partir dela que se compreende desde o desenvolvimento sócio-histórico da profissão até os desafios que se colocam na prática cotidianamente. A investigação é a dimensão do novo, daquilo que é sujeito ao questionamento, à problematização, é nesse campo em que as hipóteses são testadas e revistas quantas vezes forem necessárias. É nesse âmbito em que os preconceitos, estereótipos, superstições, crenças, tudo isso é ultrapassado e permite-se o questionamento da forma positiva como o real se apresenta. Quando o/a profissional se apropria desta dimensão investigativa, lhe é permitido construir novas posturas práticas, (GUERRA, 2009).

Portanto, é incontestável o avanço na produção de conhecimentos na perspectiva de desvelar a realidade social e subsidiar a formação e o exercício profissional crítico nessas oito décadas de Serviço Social no Brasil em sintonia com a cultura profissional. Entretanto, não se pode desconsiderar o movimento dialético da realidade, cuja ofensiva neoconservadora vem revitalizando traços da herança conservadora da profissão (MATIAS; NÓBREGA; SILVA, 2018, p. 116).

Importante ter claro que o Serviço Social se compromete diariamente com as pesquisas realizadas no âmbito profissional e na realidade, apesar de todo o contexto social, político e econômico regerem o restante da sociedade para o polo oposto ao deste compromisso ético-político assumido pela profissão, uma vez que a própria vida humana tem sido marcada pela mercantilização e os reflexos repousam sobre as relações estabelecidas socialmente através da via do lucro. Em alguma instância tal tendência acaba afetando a produção de conhecimento, no sentido de fragmentar a realidade em respostas aos interesses mercantis (ALVES et al., 2017). A respeito dos desafios encontrados no percurso profissional, confere-se o trecho sinalizado nas linhas seguintes.

No decorrer de sua trajetória, o Serviço Social tem buscado constantemente a renovação de seus recursos teóricos e práticos para as suas produções científicas. As transformações sofridas em cada conjuntura desse percurso levaram algumas vezes o profissional a produções de conhecimentos parciais, incompletas, invertidas e fetichizadas. Houve fases onde existiu continuidade, fases que possibilitaram avanços significativos e fases onde aconteceram rupturas. Cada período histórico teve suas particularidades (ALVES et al., 2017, p. 5).

Feito tal trajeto, no qual foi apresentada a função desempenhada pela pesquisa na formação profissional e na trajetória histórica do Serviço Social, seu papel em cada momento que constituiu a construção do currículo mínimo para a profissão, assim como no momento da revisão deste e na elaboração das Diretrizes Curriculares, cabe salientar que é primordial o lugar que a dimensão investigativa tem ocupado na formação e na prática profissional do Serviço Social.

De acordo com Silva (2007), a pesquisa precisa construir mediações que sejam capazes de revelar o universal e como este se particulariza em determinada singularidade, bem como, tal singularidade contém o universal e acaba sendo influenciada por ele. Nesse sentido, coloca-se cotidianamente desafios para os/as assistentes sociais – especialmente aqueles inseridos na pesquisa -, uma vez que, importa à profissão o rompimento com a mediocridade do isolamento profissional e a vazia arrogância acadêmica.

A formação teórica e a pesquisa permanente são essenciais em quaisquer contextos de inserção profissional, ainda que o tempo disponível para a crítica e para a formulação de alternativas seja, evidentemente, diferente. Isso exige, simultaneamente, articulação entre a academia e os demais espaços em que ocorre a intervenção profissional do assistente social, *bem como a incorporação de uma atitude investigativa – na própria ação profissional – que vá além da simples sistematização de dados*. É importante elucidar, na atuação profissional do assistente social, momentos de decodificação crítica da realidade comprometidos com a formulação de ações e de estratégias que respondam com agilidade e com qualidade às demandas institucionais. Trata-se de um trabalho difícil – desde a disponibilidade de tempo até os imensos desafios para a formação da massa crítica -, mas, ao mesmo tempo, necessário para a requalificação dos assistentes sociais e para sobrevivência da profissão. Evidentemente que isso exigirá mudanças no instituído, seja por parte do próprio profissional ou da cultura institucional (SILVA, 2007, p. 293, grifos do autor).

Uma das mediações que precisa ser realizada para a efetivação da investigação científica no Serviço Social é justamente a reivindicação de uma formação com densidade teórico-prática, que traduzindo em outras palavras, consiste no estabelecimento de espaços de

estudo onde a apropriação crítica de textos originais – fontes clássicas – seja proporcionada ao mesmo tempo em que seja feita a defesa de uma formação embasada na pesquisa de temas retirados do chão da realidade (Ibidem).

Tendo compreendido os elementos constitutivos da investigação científica nas ciências sociais e seu lugar no Serviço Social – tanto na esfera da graduação quanto na pós-graduação -, a próxima seção tratará de demarcar historicamente o processo anterior à Renovação crítica do Serviço Social no Brasil e no recorte alagoano, analisando a formação profissional e os projetos pedagógicos até a década de 1970 a fim de compreender o perfil profissional pretendido para o mercado de trabalho.

### **3 FORMAÇÃO SUPERIOR EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E ALAGOAS NO PROCESSO DE RENOVAÇÃO CRÍTICA<sup>15</sup>: uma análise histórica dos diferentes projetos profissionais**

A seção a seguir aborda o contexto brasileiro e alagoano anterior à renovação crítica profissional, como forma de nivelar a discussão que se segue nos demais itens, onde propriamente elucida e problematiza a formação superior em Serviço Social no Brasil e Alagoas – expressamente – no período de renovação profissional. Para tanto, faz-se necessário manter o critério de análise histórica, de todos os âmbitos da sociedade, para então perceber o que aparece nos diferentes projetos da profissão no que tange à dimensão investigativa, à presença da disciplina de pesquisa nos currículos ao longo das décadas, bem como, os perfis profissionais formados.

#### **3.1 Contexto brasileiro e alagoano anterior à renovação crítica do Serviço Social**

Desde o início da institucionalização do Serviço Social no Brasil nas Escolas de formação, o currículo do curso incumbia-se de dar respostas às demandas do capital, que intencionavam realizar a reprodução da classe trabalhadora, o que prova que a profissão desde sua instauração esteve conectada à realidade e à historicidade, uma vez que, situa-se na sociabilidade burguesa e suas exigências. Ao passo que ocorre o desenvolvimento da sociedade capitalista, a profissão toma novas formas, uma delas é a formatação da composição do corpo profissional – não mais tendo que necessariamente ser composto pelas moças devotadas ao apostolado social e membros da burguesia -, assim como ocorre a mercantilização da formação técnica especializada em Serviço Social, uma vez que esta paulatinamente irá se transformar num componente de Força de Trabalho que se enquadra na divisão social-técnica do trabalho.

Apesar de a década de 1930 ter marcado o surgimento das primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil – a primeira em São Paulo no ano de 1936 e a segunda no Rio de

---

<sup>15</sup> De acordo com Paulo Netto (2011), o momento marcado pela Renovação Crítica na profissão correspondeu a um movimento de substanciais mudanças para o Serviço Social, desde a sua natureza à funcionalidade, haja vista as alterações nas demandas práticas postas, bem como, sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais, mais precisamente correspondentes às condições do exercício profissional. A Renovação Crítica também caracterizou significativas modificações na reprodução da categoria profissional, na formação de seus quadros técnicos, uma vez que, redimensionou-se tanto nos padrões de organização enquanto categoria como em seus referenciais teórico-culturais, ideológicos e auto-representações.

Janeiro em 1937, tais escolas estava, ainda no âmbito privado. Será em 1940 que se tem a primeira iniciativa do governo federal em formar Assistentes Sociais, com a criação da Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil. Na mesma década tem-se o início da generalização das escolas de Serviço Social nas capitais dos Estados, resultando no envio de 14 representações ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social que fora realizado em 1947, nesse ano tais escolas ainda se encontravam em estado embrionário, pois, somente a escola de Pernambuco havia formado turma e apenas uma diplomada (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Diante do contexto de implantação do Serviço Social, o discurso produzido pelos Assistentes Sociais era permeado por traços de um projeto teórico de intervenção nos diversos aspectos da vida da classe trabalhadora, visava à reordenação do conjunto da vida social. Ou seja, tal projeto teórico da profissão – em suas práticas ainda incipientes – caminhava na direção de intervir na realidade da classe trabalhadora no sentido da reprodução material destes e a sua reprodução também enquanto classe. A família era o objeto central do trabalho do Assistente Social, pois, esta é a base da reprodução material e ideológica da Força de Trabalho, o que não está tão distante da realidade da Política de Assistência Social atual onde a família ainda é foco, com o intuito de ajustamento (PAULO NETTO, 2011).

Entretanto, a despeito da prática desempenhada pelos/as profissionais da época, a década de 1950 já iniciava uma série de problematizações no bojo da profissão, mais precisamente no que tange à relação teoria/prática, esta mediada até então pelo ecletismo teórico-metodológico. Todos os questionamentos e inquietações por parte da categoria profissional estavam colados nas mudanças societárias em que os/as assistentes sociais estavam inseridos e atuavam, portanto, promoveram reflexões e proposições acerca do exercício profissional (LIMA; TORRES, 2017).

Estabelecendo uma relação com a formação em Serviço Social em Alagoas, as autoras supracitadas salientam que esta também estava vinculada às necessidades econômicas, sociais e históricas do contexto. Nesse contexto, a formação – ainda com bases doutrinária e confessional – buscava aportes teórico-metodológicos nas Ciências Sociais, apesar de ainda acontecer dentro dos muros da Escola Padre Anchieta, a problematização já reclamava espaço.

[...] Nesse contexto, Castro (2003) apresenta a emergência do Serviço Social na América Latina, suas condições históricas e a institucionalização da profissão, mostrando as forças sociais que ancoraram o seu surgimento tecendo reflexões sobre as matrizes centrais para compreender em especial as singularidades do Serviço Social chileno, argentino, peruano e brasileiro, marcado por expressões contundentes da miséria no continente, alta concentração de renda, aumento da dívida externa e relações de dependência dos países latino-americanos ao imperialismo norte-americano (LIMA; TORRES, 2017, p. 112).

O contexto no qual está inserido o Serviço Social a partir da década de 1950 deixa claro as finalidades profissionais exigidas, uma vez que é perceptível o quanto a profissão empenhou-se em responder ao desenvolvimento do capitalismo mundial, ressaltando as particularidades regionais nos países sul-americanos, aderindo também influências advindas da Europa e EUA. Tudo isso em acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, bem como, com o fomento das lutas sociais (Ibidem).

Diante das condições objetivas nas quais o Serviço Social estava inserido o mesmo refuncionaliza a prática profissional refletindo e exigindo diretamente da profissão um readaptar-se a fim de sintonizar a formação e os métodos utilizados na prática profissional às preocupações das classes dominantes e do próprio Estado. Nesse sentido, nota-se o lugar bem demarcado pela pesquisa sempre em consonância com as modificações de cada contexto histórico e projetos profissionais desde as primeiras Escolas de Serviço Social, pois, já se evidencia nos espaços de debate, proporcionados pela categoria, o direcionamento nos quais as discussões caminhavam. Segundo Iamamoto e Carvalho (2011), a organização do II Congresso Brasileiro de Serviço Social, por exemplo, se colocou como estratégia de atualizar as ideias que perpassavam os setores dominantes, assim como, as demandas objetivas que constituíam o Serviço Social.

A década de 1960 possui um elemento impulsionador ao currículo do curso de Serviço Social. O período de questionamento e revisão do que se teve historicamente por diretriz curricular para o Serviço Social, teve como pano de fundo um cenário regido pela autocracia burguesa. Este contexto resguardou duras penas não somente para o Serviço Social, mas, para todos os setores da sociedade que em alguma medida se posicionou – ou tentou se posicionar – frente ao regime de forma opositora. O contexto marcado pelo regime ditatorial refuncionalizou o sistema educacional e caminhou no sentido de harmonizar o modelo educacional ao modelo econômico, estabelecendo, portanto, a compatibilização funcional-operativa que se deu entre a política educacional e o conjunto da política social inserida no mesmo processo de ditadura (PAULO NETTO, 2011). Importante perceber que nesse bojo de

modificações e realinhamento do sistema educacional, a formação superior em Serviço Social também sofre impactos significativos.

O momento era de claro redimensionamento da profissão – a nível nacional -, alterações nas demandas práticas ocorriam, bem como, na natureza e funcionamento, as mudanças também se apresentavam na forma das condições do exercício profissional. Refrações sensíveis em seus referenciais teórico-metodológicos e ideológicos também eram possíveis de perceber neste cenário. Paulo Netto (2011) destaca que o processo que o país implementava de mudanças conjunturais implicava em exigências e mudanças num perfil profissional demandado pelo mercado de trabalho, este como resposta às novas condições postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa. A necessidade era de um profissional dito moderno, com traços que ultrapassassem o tradicionalismo e alcançasse o patamar racional. Entretanto, estava claro que a modernização proposta pelo mercado guardava camuflada relação com as bases tradicionais – mesmo que não anunciasse claramente -, o autor chama tal processo de modernização conservadora.

Acerca do debate teórico-metodológico do período citado, considera-se que

A partir de 1965 o movimento de Reconceituação, a nível de América Latina, emerge com mais força para questionar o modelo de Serviço Social Funcionalista que servia para manter o sistema vigente e não respondia à realidade Latino-Americana. O movimento propunha o rompimento com o metodologismo e com a dicotomia entre teoria e prática pautando-se na compreensão dos problemas estruturais (BRAGA et al., 1988, p. 11-12).

Em acordo com as autoras supracitadas, no que toca ao Serviço Social do estado de Alagoas fazer parte deste processo, pode-se salientar que em princípio o movimento embora fosse considerado importante para a profissão – no tocante ao debate teórico-metodológico - apresentava questões bastante polêmicas. O que demonstra ter sido um processo permeado de tensões.

O cenário de mudanças socioeconômicas exigiu dos profissionais – do Serviço Social, porém, não somente deste – aperfeiçoamento do seu aparato técnico e qualidade nos serviços, estes, por sua vez, demandados pelo Estado e/ou setores privados inseridos no processo de implantação de medidas voltadas para atender a população trabalhadora através de política social. Tal contexto preparou o terreno para as mudanças que vieram posteriormente ocorrer no campo teórico-metodológico do Serviço Social, mudanças estas que demandaram da categoria organização para além do aparato técnico, demandou esforço intelectual e questionador no sentido de pensar o que nortearia a profissão daquele momento em diante, no

que diz respeito ao prisma teórico (IAMAMOTO, 2007).

Nesse sentido, tendo por base o recorte cronológico estabelecido até o presente momento, cabe refletir acerca da investigação no intuito de contemplar a análise e reflexão do objeto de pesquisa aqui explicitado através do debate provocado.

A década de 1970 faz parte dos desdobramentos advindos da década anterior, como sinalizado anteriormente, a década de 1960 para o Brasil resguardou características bastante funcionais e peculiares ao contexto econômico, político e social. Se lembrado o contexto marcado pelo regime militar há que se perceber que o setor empresarial apresentou desde 1964 – data do emblemático golpe sofrido pela sociedade como um todo – modificações relevantes para a construção de uma conjuntura que se estabeleceria posteriormente. Um dos segmentos dentro do setor empresarial é o complexo sucroalcooleiro que, por sua vez, ocupava naquele contexto lugar de destaque e, conseqüentemente, recebendo significativos subsídios públicos através de recursos para que se consolidasse o processo de modernização de sua produção (SANTOS NETO, 2015).

No que diz respeito ao contexto histórico o mesmo autor faz alguns destaques que impactaram não somente o Brasil, mas, sobretudo, a região Nordeste e – como se tem objetivado dar atenção especial – o estado de Alagoas, uma vez que apresentava forte monocultura da cana de açúcar.

É desse período histórico a constituição de programas e financiamentos estatais para expandir e consolidar o poder do latifúndio e do agronegócio no Brasil. Entre eles merece destaque o Fundo de Recursos da Agroindústria Canavieira, o Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira no Nordeste, o Fundo Especial de Exportação (1965), o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971), e o Programa Nacional do Alcool (1975). Somente pela mediação destes últimos programas (1971-1975), o governo federal investiu mais de 3 bilhões de dólares na modernização e ampliação do complexo açucareiro brasileiro. A justificativa para o descomunal investimento foi propiciada pela triplicação do valor do açúcar e do álcool no mercado internacional, resultante da crise do petróleo que afetou o desenvolvimento do capitalismo mundial. A elevação do valor do barril do ouro negro, de 3 dólares para 28,7 dólares em menos de uma década, serviu de estímulo para a constituição do Proálcool (Programa Nacional do Alcool); neste, somente em Alagoas foram subsidiadas 19 destilarias, anexas às trinta usinas existentes bem como foram construídas nove destilarias autônomas (SANTOS NETO, 2015, p. 255-256).

O contexto não estava posto apenas para a dimensão econômica, percebe-se que esta estava intimamente imbricada nas demais dimensões da sociedade. Nota-se que após esse contexto destacado na década de 1960, em especial no pós-64, a perspectiva de melhorias

para a classe trabalhadora não se colocava aos olhos. Entenda-se por melhorias as condições de vida dessa classe, ao invés dessas melhorias, o que estava mais evidente com a consolidação do capitalismo no Brasil foi o ataque direto aos direitos dos trabalhadores (Ibidem). Sobre tal realidade de retrocesso no campo dos direitos, o mesmo autor salienta abaixo.

A partir de 1970, o exército industrial de reserva no Brasil será plenamente instituído. Com a sua presença assegurada, o capital poderá então imperar de maneira absoluta sobre a força de trabalho assalariada e determinar o valor da força de trabalho que melhor lhe convier (SANTOS NETO, 2015, p. 261).

O agravante deste cenário revela as consequências da expansão das multinacionais para as regiões atrasadas e não industrializadas do país, como o Nordeste brasileiro, nas palavras do autor supramencionado constitui-se um “exército industrial de reserva; ele será formado pelo desenvolvimento de um movimento migratório interno” (Ibid., 2015, p. 262) em que servirão para a alimentação, drenagem e irrigação – através da força de trabalho excedente – do desenvolvimento do Sudeste brasileiro.

A organização da categoria e o fomento da produção acadêmica em busca de um novo referencial teórico-metodológico, que não apenas fosse algo demandado por mera exigência do regime se constituía necessidade da própria profissão de repensar-se em termos teórico-práticos. Justamente por entrar nas Universidades e se apropriar das Ciências Sociais, o Serviço Social teve implicações em sua formação, uma vez que a doutrina social da Igreja não mais dava conta de desvelar e intervir em uma realidade que se constituía a partir das exigências de um profissional mais técnico, mais sistemático. Claramente o contexto no qual a profissão estava inserida e seus posicionamentos apontavam para a resposta que a categoria profissional e a própria formação estavam dando às exigências para a modernização da profissão.

Em se tratando da realidade regional, COSTA et al. (2017) aponta – com base em documentos da Escola de Serviço Social Padre Anchieta – que a década de 1970, em especial em seu início, marca o fomento de um processo importantíssimo para a profissão no estado de Alagoas, uma vez que possuía o objetivo de integrar o curso de Serviço Social à Universidade Federal de Alagoas, vale ressaltar que o mesmo já funcionava na Escola Pe. Anchieta desde a década de 1950. É importante salientar que esse processo não se deu livre de tensões.

De fato, não parece ter sido um processo tranqüilo. A pesquisa de Alves (2008) demarcou que no nono e último Encontro de Coordenação e Atualização do Serviço Social (ECASSAS), em 1971, quando o processo de integração à Universidade Federal de Alagoas já estava bem avançado, foi discutida a temática da posição e do valor da Escola de Serviço Social Padre Anchieta na Universidade Federal de Alagoas, tendo por objetivo preparar professores e alunos para o ingresso na universidade. Um dos palestrantes foi o ex-reitor Dr. Aristóteles Calazans Simões, tendo sido também convidadas as diretoras de outras escolas que haviam passado pelo mesmo processo, como foi o caso de Recife, Aracaju e Natal, comparecendo somente a professora Evany Gomes de Matos Mendonça, diretora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, que ressaltou a importância do ingresso para a formação teórica e prática dos assistentes sociais (ALVES, 2008). (COSTA et al., p. 59, 2017).

Importante destacar que não somente Alagoas, mas outros estados do Nordeste apresentavam uma dinâmica semelhante no que diz respeito a esse processo de transição e de direcionamento teórico-prático da profissão. A incorporação do curso à Universidade deu-se de fato no ano de 1972, tendo como consequência fechamento da Escola Padre Anchieta e a absorção de parte dos docentes da Escola pela Universidade. Outro dado relevante destacado pelas autoras supramencionadas diz respeito ao processo de laicização da formação profissional no Brasil que acontece simultaneamente ao processo de integração do curso à Universidade Federal de Alagoas (ibid.).

O estado de Alagoas apresenta particulares elementos positivos no campo da economia, uma vez que se caracterizava na década de 1970 como um dos mais competitivos estados da região Nordeste, expandindo-se ainda mais na década seguinte. O plantel de gado de leite e corte facilita sua posição no ranking (FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS, 2014). Ainda em se tratando da conjuntura alagoana na década de 1970, destacam-se abaixo dados considerados relevantes no sentido de abertura e ampliação de espaços sócio-ocupacionais para o Serviço Social.

Entre as décadas de 1970, 1980 e 1990, o setor de serviços por sua vez, tinha como maior peso o setor público e as empresas estatais. O comércio era basicamente local, com pouca participação de empresas de fora do estado, cuja dinâmica era dependente dos salários do funcionalismo público. [...] em 1975 o estado de Alagoas possuía cerca de 14 mil funcionários públicos estaduais [...] (FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS, 2014, p. 16-17).

O que fica claro ao analisar o contexto histórico é a real necessidade de revisar o currículo, haja vista a demanda profissional que para a vinculação a um projeto de viés crítico

e é nesse campo de reflexão que o fomento à Reconceituação do Serviço Social vai acontecer, no sentido de questionar os fundamentos teórico-metodológicos. E, ainda fundamentado em Lima e Torres (2017), aponta-se para o início dos anos 1970 em Alagoas e o marco que este período registra, uma vez que é nesse contexto em que o Curso de Serviço Social passa a integrar a Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Estudiosos de outras áreas do conhecimento, como é o caso de Ávila (2009) da área das letras e linguística, também salientam o fato de o estado de Alagoas vivenciar um momento histórico reflexo dos acontecimentos nacionais, em virtude do pano de fundo ditatorial. Momento este marcado por – nas palavras da autora – um “esvaziamento crítico” (p. 60) que ao que parecia já demonstrava ser uma característica da década, entretanto, nem tudo estava sob a sombra da obscuridade da ditatorial, uma vez que, veículos de informação tais como o próprio Jornal de Alagoas seguiam destinando – minimamente – algum espaço para a publicação de textos críticos.

A constatação da autora e reflexão do dado histórico contribui para pensar também a esfera da educação superior, do contexto universitário, da inserção do Serviço Social no quadro de cursos da Universidade Federal de Alagoas e o reflexo de todo esse processo materializado no perfil profissional que estava sendo formado para aquele dado momento.

A profissão apresentava nesse contexto a preocupação em não somente dar respostas aos interesses de mercado, esta, estava para além desse fim. O maior interesse da mesma consistia em preparar cientificamente profissionais que fossem capazes de responder as exigências de um projeto profissional gestado coletivamente e que não estivesse deslocado do contexto histórico.

Referindo-se ao projeto profissional vinculado à Igreja, pode-se conferir o que Guedes e Secon destacam na citação abaixo.

Este projeto profissional começa a ser questionado por uma vanguarda profissional que defendia um novo perfil profissional comprometido com valores da luta coletiva dos trabalhadores, numa clara posição política e ética. Esta vanguarda dará o tom da polêmica em meados da década de 1980, porém se colocava naquele momento como precursoras da vertente de Intenção de Ruptura, que ganhou dimensões na categoria profissional na segunda metade dos anos 1970, projetando para o Serviço Social os rumos do Projeto Ético-político do Serviço Social atual (2015, p. 5).

Toda a mobilização da categoria deu-se em contexto de alcance latino-americano, em termos de revisão curricular e novos direcionamentos perseguidos pela profissão, o que marca esse novo direcionamento em nível de América Latina denominou-se *Movimento de*

*Reconceituação do Serviço Social*, no Brasil o movimento que ganha corpo é o chamado *Renovação Crítica*.

O projeto profissional crítico do Serviço Social já se colocava em maturação desde os anos 1960/70 – Movimento de Reconceituação – período que marca e define outra forma de conceber o Serviço Social, polarizado por duas frentes de fundamentação: uma conservadora e reformista o qual mantinha forte o projeto profissional vinculado ao desenvolvimentismo brasileiro de base tecnicista e outra crítica e progressista, que polarizou e por meio da ação política direcionou a nova proposta de um Serviço Social vinculado à luta das classes trabalhadoras (GUEDES; SECON, 2015, p. 5).

O contexto brasileiro e latino-americano apontava para mudanças necessárias e que davam respostas imediatas às necessidades do modo de produção capitalista e a ordem do mesmo à nível internacional. Nesse sentido, todos os setores da sociedade passavam também pelas mudanças à gosto próprio ou não. A Universidade, portanto, não ficaria de fora dessa conjuntura, a mesma passou pela reforma proveniente do período ditatorial. Sobre tal realidade, observa-se a citação abaixo.

Diante deste contexto, a Universidade como todas as instituições brasileiras, sofreram profundas transformações. A política educacional brasileira foi reformulada com influência estrangeira objetivando atrelar o sistema educacional e a Universidade, em particular, ao modelo de desenvolvimento econômico dependente, imposto pela política americana (BRAGA et al., 1988, p. 10).

Vale salientar, ainda baseado na citação supramencionada que é nesse contexto que a formação profissional do Serviço Social, assim como as demais profissões, foi impactada pela influência da política estabelecida pelo regime vigente nesse contexto, o que ocasionou o distanciamento entre teoria e prática, bem como, a visão acrítica da realidade. Tais impactos amorteceram o início do processo de Reconceituação do Serviço Social.

No sentido de amortecer os impactos do início do processo de Reconceituação do Serviço Social, Guedes e Secon (2015) corroboram na explanação ao colocarem que a frente progressista manifestada pelos envolvidos no processo foi interrompida pelo contexto militarista, porém, retoma espaço mais à frente com o declínio do regime, tendo como mola propulsora o próprio movimento. Nas palavras das autoras, “se manifesta numa experiência profissional reconhecida como Método de BH<sup>16</sup> [...], pois se desenvolveu junto aos quadros

---

<sup>16</sup> O Método de BH marca o intervalo entre os anos de 1972 e 1975 (GUEDES; SECON, 2015).

docentes da Universidade Católica de Belo Horizonte” (p. 5).

No que diz respeito ao perfil profissional que se pretendia formar naquela década – a despeito das exigências materiais e imediatas postas pelas metamorfoses na conjuntura capitalista –, Bravo sinaliza o objetivo principal da Escola de Minas Gerais na citação abaixo.

O projeto da Escola de Minas Gerais foi divulgado inicialmente para as demais unidades de ensino do país, na Convenção da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess), realizada em 1973, na cidade de São Luís e, posteriormente, em 1976, na Convenção da Abess ocorrida em Piracicaba, que teve como debate central as mudanças necessárias na formação profissional (2009, p. 683).

Esse processo que se desenrola no contexto assinalado diz respeito ao interesse manifestado pela categoria profissional em romper com o Serviço Social dito “tradicional”, para tanto, seria necessário modificar os elementos teóricos que davam sustentação à formação profissional até o presente momento, fazendo com que esta bebesse das Ciências Sociais, dando ênfase aos novos campos de trabalho e prática profissional que surgiam no contexto de mudanças na divisão social e técnica do trabalho, sendo possível ampliar assim os horizontes até então demarcados pela visão e prática tradicionais da profissão, possuindo sua ênfase no assistencialismo e no ajustamento do indivíduo (BRAVO, 2009). É importante ter claro que o Método de BH, supracitado, constitui-se na década de 1970, entretanto, por todo o contexto político que envolvia o país, o mesmo só é divulgado no final da década, conseqüentemente influenciado pela renovação crítica, objeto de análise na seção seguinte.

Para que modificações pudessem ocorrer no seio profissional, no que tange à nova curricularização, fez-se necessária a realização de alguns momentos de mobilização da categoria como um todo, dentre tais momentos podem ser destacados os seguintes:

A XX Convenção Nacional da ABESS, realizada em 1977, em Belo Horizonte-MG, impulsionou a discussão no interior das Unidades de Ensino, apontando a necessidade de mudança no currículo do Curso de Serviço Social, aprovado sob o parecer nº 247/1970, do Conselho Federal de Educação; A Pesquisa Nordeste – ABESS, em 1978, sobre a formação profissional do Assistente Social na região; A XXI Convenção Nacional da ABESS, realizada em 1979, na cidade de Natal-RN, que aprovou a nova proposta de currículo mínimo para o Serviço Social, após o debate das produções apresentadas pelas Escolas de Serviço Social; A aprovação pelo Conselho Federal de Educação, sob parecer nº 418 de 1982, do currículo mínimo do curso apresentado pela ABESS, com a determinação do prazo máximo de dois anos para a sua implantação; A criação da Comissão de Currículo do Departamento de Serviço Social da UFAL, em novembro de 1982, composta pela Coordenação do Curso, Chefia do Departamento, docentes, discentes, Coordenadores de Campos de Estágios, representantes do Conselho Regional de Assistentes Sociais – CRAS e do Sindicato da Categoria Profissional, com a finalidade de coordenar o processo de montagem e operacionalização do currículo, sistematizando as discussões em andamento desde 1980; O Encontro Regional da ABESS, realizado em 1983, na cidade de Salvador – BA, que impulsionou o processo de elaboração do currículo pleno nas Unidades de Ensino, visando o atendimento das particularidades locais e regionais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 1993, p. 4).

O Serviço Social de um contexto mais inicial apresentava características de um perfil profissional que estava muito em consonância com a realidade pautada pelo contexto histórico, uma profissão preocupada com o reajustamento do indivíduo que - para ordem burguesa - era considerado problema. Tem-se nesse contexto expresso o caráter moralizador e culpabilizador do indivíduo perpassando a ação social. Nesse sentido, pode-se inferir que o currículo em suas primeiras formas voltava sua função para a perspectiva teórica que orientava a formação profissional - doutrina social da Igreja.

A próxima seção se encarregará de dar continuidade à reflexão acerca da formação superior em Serviço Social no Brasil e em Alagoas, entretanto, com análise voltada aos processos que moviam o contexto de renovação crítica do serviço social, segundo os termos de Netto (1992) profissional, analisando historicamente os diferentes projetos profissionais.

### **3.2 A renovação crítica do Serviço Social na década de 1980**

A Renovação crítica ocorrida no seio do Serviço Social brasileiro apresenta-se enquanto marco divisor de águas para a profissão, uma vez que desencadeia um processo de modificações desde o âmbito da formação profissional até o exercício prático do/a assistente social. A mesma desempenhou papel fundamental no sentido de instigar o

autoquestionamento da profissão, de problematizar as bases teórico-metodológicas e os projetos profissionais – tradicional e modernizador – até então instituídos na história do Serviço Social, contribuindo assim para as revisões curriculares datadas a partir da década de 1990.

Na interface dos acontecimentos que desencadearam as transmutações na sociedade brasileira encontram-se os impactos sofridos pela profissão de Serviço Social. Dentro desse bojo referenciado muito bem por Santos Neto em linhas anteriores, o Serviço Social apresenta posicionamentos de luta adensando os gritos por bandeiras levantadas pela sociedade, junto à classe trabalhadora.

A partir de 1974 são expressões desse processo de amplas mobilizações e lutas: comunidades eclesiais de base, movimento contra a carestia e do custo de vida, anistia, a luta pela terra no campo e na cidade, a retomada do movimento estudantil, movimento de mulheres, movimento popular de saúde, educação e moradia, com o forte protagonismo, a partir de 1977, do movimento operário que se alia a outras categorias de trabalhadores da cidade e do campo, configurando um movimento sindical classista, de luta e pela base, e é nesse processo que a Anampos – Articulação Nacional do Movimento Sindical e Popular se constrói, em 1978 (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 729-730).

A respeito do protagonismo da própria categoria profissional, as autoras supracitadas mencionam que a mesma esteve desde o início de sua rearticulação, vinculada – em maioria – ao sindicalismo classista, tendo participação na Anampos, bem como, construindo a CUT, contou também com o impulsionar das entidades sindicais de assistentes sociais no sentido de construir a CUT em vários estados do país.

Interessante perceber que na trajetória da profissão até os anos 1960, não foram grandes as polêmicas que envolveram as suas discussões e debates, no que dizia respeito a sua direção social, ou seja, a preocupação maior era mesmo a manutenção das bases conservadoras e o *status quo* previamente estabelecido (BRAVO, 2009). De acordo ainda com as inferências trazidas pela autora, os questionamentos começam a surgir atrelados aos avanços críticos no seio do debate das ciências sociais e humanas, não surge isoladamente buscando em si mesmo bases sólidas, mas, respalda-se nas questões levantadas por estas duas grandes áreas do conhecimento.

Em se tratando ainda do contexto marcador dos anos 1970, Lima e Torres (2017) apontam para as particularidades econômicas, políticas e sociais nacionais desse contexto, uma vez que este se fundamentava na crise estrutural do capitalismo mundial, que trouxe

consigo expressivas mudanças nas relações de trabalho tal como a automação do trabalho humano, resultado da grande indústria, assim como, a reestruturação produtiva que atrela a si o desemprego do trabalhador. Esta nova etapa conjuntural leva a formação no Brasil ao patamar dos questionamentos e proposições.

O Serviço Social, nesse contexto de embates e de expressiva miserabilidade dos trabalhadores, é levado a repensar a inadequação dos fundamentos funcionalistas, que se mostravam incapazes de proporcionar aos assistentes sociais um amplo e profundo conhecimento das expressões da questão social e da totalidade das relações sociais complexas em que atuavam (LIMA; TORRES, 2017, p. 113).

A década de 1970 apresentou determinantes relevantes para a mudança de perspectiva teórico-metodológica da profissão, o contexto no qual a sociedade como um todo estava envolvida exigia de todas as profissões um redirecionamento em sua formação, ou seja, preconizava um perfil profissional específico, capaz de responder às necessidades de reestruturação do capitalismo. Acerca do assunto Brito, Ferreira e Miranda (2011) evidenciam que o âmbito da formação profissional sofreu impactos significantes, uma vez que este passou a receber requisições que apontavam para um perfil profissional moderno, ou seja, tecnificado e que trouxesse em suas características principais traços mais racionais do que outrora tinha-se por referência.

Um dos marcos relevantes para a história do Serviço Social crítico foi o surgimento da Revista *Serviço Social & Sociedade*<sup>17</sup> que não ao acaso forja-se num contexto da mais profunda efervescência da sociedade brasileira, datado mais precisamente dos anos 1979, ou seja, momento em que a luta política para a derrubada do regime militar no país amadurecia e fomentava-se. O mais interessante disso é que a Revista acabou dando voz aos estudos e inquietações que iniciaram-se nas décadas anteriores, bem como, proporcionou para a categoria profissional, o espaço privilegiado que serviria de abrigo e mola propulsora da renovação do Serviço Social brasileiro.

---

<sup>17</sup> A Revista *Serviço Social & Sociedade* direciona-se para assistentes sociais e profissionais de áreas afins, segundo dados de 2009 a Revista era a única da América Latina que chegou ao número 100, contando com uma regularidade no fluxo de publicações durante os (até então) trinta anos de existência.

Até o final da década de 1960, no Brasil, a bibliografia do Serviço Social de autores nacionais era escassa e se vinculava mais ao campo doutrinário que científico. De modo que a criação da revista *Serviço Social & Sociedade* e a publicação de livros produzidos, principalmente a partir de autores assistentes sociais que concluíam o curso de mestrado e, posteriormente, de doutorado, passaram a preencher essa lacuna e a contribuir para a laicização e difusão da produção do Serviço Social (SILVA, 2009, p. 601).

Nesse sentido, consegue-se perceber que a formação profissional iniciava seu processo de inflexões, bem como, a sentir os impactos das modificações que ocorriam paralelamente na educação superior como um todo, esta sob o comando da ditadura militar, absorpta pela tecnificação.

Outros vetores determinantes para uma mudança na formação: a interação **efetiva** com as disciplinas vinculadas às Ciências Sociais, a Sociologia, a Psicologia Social e a Antropologia; o recrutamento de docentes provenientes de uma formação anterior à ditadura ou formados sob o militar-facismo. Esses vetores, da formação e do âmbito da prática, contribuíram para precipitar um amplo processo de renovação profissional (BRITO; FERREIRA; MIRANDA, 2011, p. 3-4, grifo das autoras).

Os fatos históricos que caracterizaram a sociedade brasileira – atrelados aos acontecimentos mundiais e latino-americanos – oportunizaram o debate profissional na década de 1970. Foi nesse período marcante para o Serviço Social que veículos de divulgação das produções da área foram criados, como exemplo pode ser citado o Centro Latino-americano de Trabajo Social (Celats), através do lançamento da revista *Acción Crítica* (1976, no Peru), bem como a Cortez Editora que passa a publicar livros e, posteriormente, a *Revista Serviço Social & Sociedade* (1979) (BRAVO, 2009).

Além desses importantes acontecimentos, vale destacar alguns dados trazidos pela autora supramencionada, tais como, a introdução do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social nas Pontifícias Universidades Católicas (PUCs) de São Paulo e Rio de Janeiro, já no início da década de 1970, o que acabou por facilitar e subsidiar a discussão da formação profissional, o intercâmbio de experiências entre os mestrados advindos de vários estados do país, a disseminação dos textos da literatura latino-americana correspondentes à Reconceituação, o acesso – ainda que limitado – à bibliografia marxista, bem como, o incentivo e fomento à produção teórica.

Todos esses acontecimentos conformaram o cenário dos anos 1970 e incentivaram a categoria profissional à organização da mesma em função de um objetivo que estava posto para a reescrita de uma formação e perfil profissional do/a assistente social.

As ações realizadas pelo Celats na divulgação e construção de uma nova perspectiva teórico-metodológica procurando desvelar a realidade, analisar a profissão particularmente com relação às implicações políticas do exercício profissional. No Brasil, o Celats teve uma ação fundamental por meio da realização de encontros, cursos de capacitação, financiamento de sistematização de encontros, cursos de capacitação, financiamento de sistematizações de práticas profissionais e investigações científicas. A materialização dessas ações teve como produtos a pesquisa realizada por Yamamoto e Carvalho, que deu origem ao livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (1982); a sistematização do trabalho realizado pela equipe de assistentes sociais e outros profissionais do Inocoop do Rio de Janeiro e São Paulo, referente à prática com população em conjuntos habitacionais, entre outros, que serão destacadas posteriormente (BRAVO, 2009, p. 685-686, grifo da autora).

Paulo Netto (2011) destaca o fator relevante de considerar os avanços e marcos iniciais que sinalizavam para um novo direcionamento assumido pela profissão, pois, é no momento que se fala em Reconceituação pela primeira vez – de forma explícita – que o Serviço Social recorre à tradição marxista, mesmo que, inicialmente, tenha cometido alguns equívocos ao utilizar determinadas bibliografias para interpretar Marx. A partir desse momento um novo horizonte passou a ser traçado para a profissão, pois, criaram-se novas bases que pensavam a mesma num direcionamento que a cada passo se distanciava dos balizares tradicionais. “No Brasil a Reconceituação se expressa de forma particular, decorrência do contexto sociopolítico que imperava sob a ditadura” (BRITO; FERREIRA; MIRANDA, 2011). Acerca da Universidade no seio do regime ditatorial e o contexto da década de 1970, observa-se o fragmento abaixo.

Se na universidade, malgrado os golpes que a ditadura lhe desferiu, gesta-se uma problemática “cultura esquerda” já na segunda metade dos anos 1970, a verdade é que sua incidência sobre o Serviço Social é muito mediatizada e só vai se explicitar nos primeiros anos da década de 1980. Registram-se, na bibliografia profissional, nos últimos anos do decênio de 1970, umas poucas contribuições (oriundas especialmente da pós-graduação) que remam na contracorrente do conservadorismo (PAULO NETTO, 2009, p. 670).

A década de 1970 traz para a profissão, em seus últimos momentos – praticamente adentrando a década de 1980 – um marco divisor de águas para a história da profissão e para a história dos próprios Congressos que foi o III CBAS, mais conhecido pelos profissionais como *Congresso da Virada*, que realizou-se em São Paulo e caracterizou-se pelo debate político assumido e as posições públicas assumidas coletivamente pela categoria profissional

em defesa dos interesses da classe trabalhadora, justamente por se identificar como parte desta classe, estando também na mesma condição de assalariamento (ABRAMIDES; CABRAL, 2009).

Um dado interessante também destacado pelas autoras supramencionadas é a influência da Reconceituação latino-americana que incorre sobre o interior da profissão e manifesta-se através do debate fomentado entre o setor progressista e as, ainda presentes, posições tradicionais e conservadoras. Importante salientar, portanto, que ambas estiveram em disputa durante o *Congresso da Virada*. A década de 1970 apresentou as condições objetivas para o III CBAS. Sobre tal afirmação, confere-se o trecho abaixo.

A conjuntura brasileira a partir de meados dos anos 1970, com o avanço da luta de classes a partir de 1977, apresenta a ambiência sociopolítica e as condições objetivas para o “Congresso da Virada”. Nesse processo, o trabalho profissional, no âmbito da formação e do exercício profissional, é marcado fortemente em sua relação com a luta por direitos sociais e trabalhistas, bem como pelo aprofundamento do legado marxiano e da tradição marxista. Inicia-se uma ampla e profícua articulação no campo da esquerda, a partir das entidades sindicais e da Ceneas, dos setores progressistas que estavam vinculados à formação profissional e com os estudantes, que se rearticulavam para travar as lutas de forma conjunta e unificada (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 732).

O que a cada reflexão fica mais claro é que o III CBAS materializa-se no momento de grande entusiasmo da luta de classes no país, no núcleo do capitalismo, ou seja, no foco mais dinâmico da economia brasileira, contando com um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, elementos relevantes para o processo que se desenrolava de enfrentamento do regime ditatorial, bem como, sua política e organização da classe trabalhadora.

O cenário brasileiro de crise estrutural do capital e as manifestações de inquietações da sociedade em virtude das transformações ocorridas no âmbito da economia, política e a maneira como a sociedade se organiza sinalizam para as mutações na vida social. Tais alterações, de acordo com Bravo (2009), acabam repercutindo na esfera do Serviço Social nas suas mais variadas dimensões, quais sejam, no que diz respeito à conjuntura da formação profissional frente a mercantilização do ensino superior; no campo da atuação profissional em face das condições precarizadas as quais se submetem os trabalhadores assalariados; no que tange à organização política profissional e, em um segmento bastante relevante para o presente estudo que é a produção teórica, ao considerar as formulações pós-modernas que se colocavam ao contexto.

O processo de Renovação no âmbito do Serviço Social brasileiro aponta para

importantes elementos que conformam um movimento que segue-se no sentido cumulativo, ou seja, apresenta estágios de dominância teórico-cultural e ideopolítica diferentes, entretanto, estes entrecruzam-se e sobrepõem-se, ao tratar desse movimento cumulativo está-se fazendo menção às direções intrínsecas à Renovação (PAULO NETTO, 2011). Ainda acerca desse cenário onde registra-se tal movimento, o autor salienta três movimentos privilegiados que condensa a reflexão sobre o mesmo, quais sejam:

O primeiro cobre a segunda metade dos anos sessenta, o segundo é constatável um decênio depois e o terceiro se localiza na abertura dos anos oitenta. Esta distribuição de alguma maneira se relaciona com os organismos que sustentam o processo de renovação: no primeiro momento, o impulso organizador é praticamente monopolizado pelas iniciativas do CBCISS, que então abre a série dos seus importantes “seminários de teorização”. No segundo, além da presença dessa entidade, verifica-se especialmente objetivação das inquietudes sistematizadas no âmbito dos cursos de pós-graduação, inaugurados pouco antes. No terceiro, acresce-se a estas duas fontes alimentadoras a intervenção de organismos ligados às agências de formação (ABESS) ou diretamente à categoria profissional (como as associações profissionais, posteriormente sindicatos, CENEAS etc.) (PAULO NETTO, 2011, p. 152-153).

Paulo Netto (2011) sinaliza que tais direções assumidas pela categoria no processo de renovação, podem ser denominadas de: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

Paulo Netto (2011) descreve a primeira delas como aquela que apresentou esforço no sentido de adequar o Serviço Social enquanto instrumento de intervenção nos marcos do desenvolvimento capitalista e da ordem mundial, onde este deveria apropriar-se do aparato técnico social, considerando os processos sociopolíticos que emergiam no pós-64. É em meados da década de 1960 e adentrando a década seguinte que o Serviço Social tem em sua organização - enquanto categoria profissional - as primeiras expressões de um momento de debates, de fomento das discussões acerca de uma teorização da profissão, assim como, de um direcionamento no que diz respeito aos componentes de um currículo formativo para aquele contexto vivenciado pelos assistentes sociais brasileiros e pelos ainda estudantes.

No que tange ao perfil da formação pretendido para esse contexto, ou seja, o projeto de formação, a primeira direção:

Tem hegemonia entre 1965 até meados de 1970, a qual apontou um processo de renovação profissional incorporando vetores do desenvolvimentismo, orientando tanto a prática, quanto a formação profissional para uma “modernização”. No âmbito da formação a ênfase foi dada a especialização e ao avanço técnico científico, buscando-se procedimentos metodológicos voltados a uma abordagem macrosocietária, impulsionada sobretudo, a partir da metodologia de ação do desenvolvimento de Comunidade (BRITO; FERREIRA; MIRANDA, 2011, p. 4, grifo das autoras).

A segunda direção denominada reatualização do conservadorismo, referiu-se a uma vertente que como o próprio nome sugere, esteve para recuperar alguns dos elementos da herança histórica e conservadora da profissão, repondo-os sob uma base teórico-metodológica que se dizia nova, porém, ao mesmo tempo apresentava repulsa àqueles padrões que se mostravam abertamente positivistas, conectando-se cada vez mais ao pensamento marxiano (PAULO NETTO, 2011).

A perspectiva de reatualização do conservadorismo, resistindo ao processo de laicização na profissão e privilegiando os componentes conservadores da tradição profissional, legatárias do pensamento católico, orientando as perspectivas interventivas pelo traço microscópico voltado às questões subjetivistas, reivindicando uma renovação a partir de um referencial mais “científico” orientado pela Fenomenologia, apontou apenas para um “verniz” de modernização (BRITO; FERREIRA; MIRANDA, 2011, p. 4).

A última das direções apresentadas pelo autor - a intenção de ruptura ou a perspectiva renovadora - ao contrário das outras duas, apresentou um fator crítico e sistemático frente ao que vinha sendo utilizado como pressupostos teóricos, metodológicos e ideológicos pela profissão. Essa direção pretendeu romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador.

Foi com a perspectiva de intenção de ruptura que o Serviço Social no Brasil impulsionou a quebra do monopólio conservador na profissão e pode reorientar a prática e a formação profissional. **Esse processo rebateu fortemente sobre a formação profissional**, que balizada por uma nova conjuntura sócio-política e econômica impunha novas requisições à profissão em decorrência da reorganização da Sociedade Civil e a redefinição do Estado, em bases mais democráticas sinaliza a construção de uma nova proposta alinhada à nova forma de pensar do Serviço Social, cujos fundamentos descolaram-se da sociologia positivista e funcionalista para a matriz marxiana (BRITO; FERREIRA; MIRANDA, 2011, p. 4, grifo nosso).

Acerca da nova proposta sinalizada pelas autoras acima, pode-se acrescentar o dado de que é nesse contexto em que essa dita nova proposta se expressa. Ou seja, através do

movimento de revisão curricular que ocorreu entre os anos 1978-1979. Ainda sob o olhar das autoras, cabe salientar que tal processo contou com o apoio e participação veemente das unidades de ensino vinculadas – por sua vez – a ABESS. Apesar de o processo de elaboração ocorrer até 1979, foi somente em 1982 que o mesmo pode ser oficializado pelo Conselho Nacional de Serviço Social. Vale ainda refletir no fato de que essa nova proposta que se colocava para o currículo de formação profissional em Serviço Social carregava em seu bojo novos objetivos, um novo conteúdo e uma função social específica e consoante com o contexto em que estava situada.

Desta forma, pode-se perceber um giro no perfil profissional, de um perfil apenas técnico, para um perfil técnico-intelectual, ou seja, de um profissional que apenas intervinha na realidade para um profissional que deve ser qualificado em termos de competências e habilidades para apreender as relações e os processos sociais que engendram suas demandas profissionais (BRITO; FERREIRA; MIRANDA, 2011, p. 4).

Em meio ao contexto de debate acerca de um novo direcionamento teórico-metodológico para a profissão em nível nacional, como já colocado, Alagoas também passava por um período de significativas mudanças que, por sua vez, estavam diretamente relacionadas ao contexto vivenciado não somente no Brasil, mas em toda a América Latina. A política de ensino superior ditava o perfil de formação pretendido pelo mercado, através de orientações e determinações para o currículo e a categoria profissional – concomitantemente – resistia no sentido de pensar o que poderia contemplar em amplitude maior as necessidades profissionais e da sociedade.

Nesse sentido, importa analisar o contexto econômico e político nacional, com olhar especial para o estado de Alagoas e suas implicações para o Serviço Social levando em consideração a importante passagem dos governos militares à nova constituição e seu primado democrático. Cabe perceber que todo esse movimento esteve alinhado ao desenvolvimento pelo qual o país passava no contexto em questão, bem como, o acirramento da crise econômico-social à época.

Assim como as mudanças no cenário político e econômico atingiam diretamente a conjuntura nacional, o Serviço Social é implicado e é nesse sentido que segue a reflexão, buscando compreender as mudanças e construção de respostas da profissão nesse contexto de renovação crítica, o que inclui a revisão do currículo.

O contexto nacional é considerado, entretanto, a discussão caminha nos trilhos regionais, mais precisamente no que toca o contexto alagoano e as mudanças para o curso de

Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas. Tais mudanças que foram desde as estruturais/departamentais até àquelas voltadas diretamente para o currículo.

A década de 1980 aponta para um novo patamar no que tange à relação Estado e sociedade. Não faz-se tal afirmação ao acaso, a mesma pauta-se nos dados históricos marcados pela passagem dos governos militares à constituição do que denomina-se democracia. De acordo com Couto (2004), esse período está envolto nos princípios da democracia e contribui para a primeira eleição para presidente da República, em 1985, logo após a derrocada dos governos militares. O contexto daquele momento era de uma imensa atividade da população, organizando-se em manifestações públicas.

O Brasil de 1985 apresentava uma nova face no que se refere ao processo de reorganização política, orientado sob a égide da democracia, também ampliou sua herança para com a face da desigualdade social. expandiu-se o estoque de pobreza, resultante dos períodos anteriores, mas especialmente dos governos militares, que, com suas orientações econômicas de desenvolvimento, produziram um país com uma péssima distribuição de renda e aumentaram a parcela da população demandatária das políticas sociais (COUTO, 2004, p. 141).

Importante compreender as semelhanças que se colocam entre o contexto da sociedade e o contexto profissional. No período histórico estudado, o que pode ser notado, ainda de acordo com a autora supramencionada, é que os governos brasileiros vinham sendo formados por propostas democráticas<sup>18</sup>, no sentido de romper com o clientelismo, o patrimonialismo do Estado e buscavam mudanças no sistema político, econômico e social, ou seja, tudo isso com o intuito de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento do país. Não muito diferente do movimento da sociedade, o Serviço Social também caminhava em trilhas de rompimento, desta feita, rompimento com as suas bases conservadoras, com tudo aquilo que limitava a profissão em sua formação e fazer profissional.

Como vem sendo destacado desde o início da pesquisa, a história atesta para as mudanças ocorridas no seio do Serviço Social e demonstra com riqueza de detalhes as nuances dos elementos que compuseram tais contextos. Uma vez compreendido que a profissão não estava se auto-avaliando e refletindo sobre sua formação e prática ao mero acaso, torna-se possível relacionar os mais diversos aspectos que contribuíram para que as mudanças tanto em nível nacional quanto estadual pudessem ocorrer, uma vez que os ditames do capitalismo preconizavam e exigiam da profissão um posicionamento que pudesse dar conta da dinamicidade social, cada dia mais frenética.

---

<sup>18</sup> Até que ponto as mesmas se efetivaram seria outra discussão.

Nos anos 1980, o acirramento da crise econômico-social no governo Figueiredo enfrentou um sujeito coletivo importante que foi a reinserção da classe operária no cenário político, com o movimento sindical e os demais movimentos sociais tendo um protagonismo na luta pela redemocratização do país. Nessa conjuntura, ressaltam-se diversos aspectos importantes para a consolidação do projeto profissional do Serviço Social de ruptura com o conservadorismo (BRAVO, 2009, p. 689-690).

Um dos aspectos destacados como relevantes pela autora nessa conjuntura de consolidação de um novo projeto profissional para o Serviço Social, que buscava justamente romper com o conservadorismo até então posto foi o aprofundamento teórico-metodológico da profissão, bem como, o aumento significativo da produção acadêmica, desta vez, à luz dos aportes teóricos alinhados às fontes clássicas da teoria social, e dessa vez fazendo exigências intelectuais mais rigorosas (BRAVO, 2009).

As décadas anteriores aos anos 1980 realizaram o papel de fomentar discussões importantíssimas para o futuro da profissão. Almeida et al. (1985) corrobora com tal afirmação ao lembrar que é na segunda metade da década de 1950, permeada pela conjuntura de crise do modelo de desenvolvimento urbano-industrial que pintava-se o cenário brasileiro, e que urgia e crescia o inconformismo popular, onde o Serviço Social percebeu também a necessidade de revisar teoricamente a profissão, bem como a sua postura e métodos, uma vez que notaram-se não coerentes com a realidade dos países sub-desenvolvidos.

A partir do Movimento de Reconceituação, o Serviço Social vem passando por uma sucessiva cadeia de reformulações teóricas. Nesta fase, as problemáticas surgidas são estudadas em uma visão de conjunto e relacionada aos problemas estruturais da sociedade latino-americana, aos quais estavam interrelacionados (ALMEIDA et al., 1985, p. 14).

A cadeia de reformulações teóricas citada pela autora no trecho acima indica justamente a maneira como o Serviço Social passou a enxergar o contexto social, ou seja, passa então a ver pela ótica da totalidade, concebendo a sociedade enquanto classista e destinando ao homem a sua característica primordial, o fato de ser este ativo no seio social, sujeito capaz de participar e agir na sociedade.

As inquietações por parte da categoria profissional foram dando-se historicamente no sentido de entender a dinâmica da própria profissional na dialética social. Nesse sentido, cabe fazer menção à maneira como os próprios discentes do curso de Serviço Social da década de

1980 concebiam a profissão<sup>19</sup>. Para tanto, aponta-se abaixo um breve recorte do trabalho de conclusão de curso das alunas do curso de Serviço Social da turma de 1985 da Universidade Federal de Alagoas onde as mesmas destacam investigaram o assistente social e sua busca pelo espaço institucional, bem como, interessantes elementos que discriminam o perfil pretendido pelo mercado de trabalho e o debate dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social para o momento histórico demarcado.

Em reuniões de estudo foi discutido a incoerência existente entre a perspectiva de trabalho pensada pelos técnicos e a prática que estava sendo desenvolvida, o que possibilitou o reconhecimento por parte da equipe de Serviço Social, da inexistência de espaço para desenvolver a almejada perspectiva de trabalho (Ibid., p. 29).

De acordo com Lima e Torres (2017), as reflexões e discussões fomentadas nos anos de 1980 serviram de pano de fundo para o movimento que veio a consolidar-se na revisão curricular de 1982, bem como, traziam em seu bojo uma proposta pedagógica que defendia o conhecimento social, ou seja, a captura da realidade social na qual estava inserido o Serviço Social e o conhecimento profissionalizante. Todo esse dispêndio de energia por parte da categoria profissional em problematizar tais questões, buscava alcançar um Serviço Social com maior criticidade e mais propositivo, por sua vez, tendo por fundamento a teoria de viés marxista, mesmo que inicialmente tenha se aproximado da mesma com alguns equívocos.

Bravo (2009) sinaliza que o debate em torno do projeto pedagógico e a pesquisa no Serviço Social estava em alta no contexto dos anos 1980. A mesma salienta que eventos importantes referentes ao ensino de graduação e à pesquisa em Serviço Social foram realizados nesse momento.

A partir de 1985, a entidade desenvolve novas e diversificadas formas de contribuir para o debate no que se refere à formação profissional, à prática do assistente social e à pesquisa no Serviço Social. Além das suas convenções, foram promovidos: encontros nacionais de pós-graduação, graduação e pesquisadores, seminários nacionais sobre o projeto pedagógico, pesquisa sobre o ensino da metodologia em Serviço Social (BRAVO, 2009, p. 692).

---

<sup>19</sup> Vale ressaltar que esse momento histórico também marcava a rearticulação do movimento estudantil em Serviço Social, bem como o surgimento da SESSUNE (Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE) em 1988 que, posteriormente – início dos anos 1990, denominar-se-ia ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social) (BRAZ, 2009).

Ainda nesse panorama apontado por Bravo (2009), um dado interessante precisa ser destacado, no que diz respeito às controvérsias que se estabeleciam – a despeito de a maior parcela da profissão estar empenhada num só objetivo –, a autora aponta que houve divergência nessa conjuntura, uma vez que aconteceu uma mobilização de um certo grupo de professores, estes componentes das pós-graduações de Serviço Social, no intuito de criar uma nova Associação Nacional de Pós-Graduação, desta feita, que não possuísse vínculo com a Abess. Obviamente que esta postura e proposta causou bastante polêmica para o momento vivido pela categoria profissional. A estratégia mais viável encontrada para manter a unidade na formação e não facilitar a criação de uma nova entidade foi a construção do Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (Cedess), somada a publicação dos *Cadernos Abess* n.1, 2 e 3.

Nesse contexto, espaços que proporcionavam o debate como os fóruns decisórios mais importantes – entre eles está o CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) –, foram se estabelecendo com mais força. Nesse sentido, os projetos profissionais da profissão foram se constituindo no decorrer histórico, sobre tal discussão cabe observar a citação abaixo.

É também no interior desses espaços que se articulam as respostas coletivas da categoria às demandas sociais que, como parte das relações sociais macroscópicas, desdobram-se em projetos profissionais elaborados coletivamente por seus profissionais, *por intermédio de suas entidades* [e de seus fóruns] a partir de sua inserção na realidade e de suas respostas aos desafios cotidianos colocados pela prática. Esses espaços configuram então um momento privilegiado para apreender o caráter contraditório da profissão – determinado pelas relações entre seu *ser* (como “atividade socialmente determinada”) e sua *consciência* (como “realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais”) –, apreensão sem a qual não compreendemos os projetos profissionais, nem tampouco as instâncias coletivas do Serviço Social, como é o caso dos CBAS’s (BRAZ, 2009, p. 711, grifos do autor).

Outro traço importante que marca a década é o perfil dos discentes. O próprio movimento estudantil não poderia se articular – na virada dos anos 1970 para os 1980 – sem uma nova couraça teórica, sem um novo cabedal teórico. Braz (2009) destaca que nas produções (documentos) de alguns estudantes da época fica muito clara a influência dessa nova perspectiva teórico-metodológica adotada pela categoria profissional. O contingente de discentes que também compunham à época a categoria profissional foi determinante e parte ativa na renovação do Serviço Social no Brasil, desdobrando-se em consequências positivas como a construção do projeto-ético político, construção do Currículo Mínimo da Abess em

1982, Código de Ética, bem como, a reformulação do Código em 1993 e tantos outros marcos sequentes aos anos 1980.

Lima e Torres (2017) concordam ainda em dizer que o repensar a sociedade, considerando que a mesma apresenta movimento dialético e contradições, leva o Serviço Social a uma conseqüente aproximação com os dilemas da classe trabalhadora, estes provenientes das contradições do seio capitalista, entretanto, apresentando ainda traços conservadores em sua formação profissional.

Nesse cenário, defrontam-se conservadorismo e proposta de percepção e intervenção na realidade social à luz da teoria marxista. Os anos 1980 remetem a um contexto de agudas contradições sociais que exigem um questionamento das novas demandas sociais e antagonismos por que passa a sociedade. Nessa conjuntura de significativas mudanças no cenário do trabalho, em razão do desenvolvimento das forças produtivas, uma nova ordem mundial se redesenha. O fim da década de 1980 é marcado por mudanças políticas e econômicas nos países do Leste europeu (Ibid., p. 115).

No sentido apontado na citação acima, todas as modificações ocorridas no campo da formação profissional nos anos 1980 apontam para uma tendência mundial no redesenho da ordem capitalista, diretamente relacionada com a divisão social do trabalho.

Com todo o fomento dado ao contexto histórico da década de 1980, com a efervescência das literaturas produzidas à todo o vapor no sentido de amadurecimento intelectual da profissão, percebe-se que é no interior das unidades de ensino onde surge um movimento de docentes e discentes que passaram a discutir o currículo para aquela época. “Este movimento foi coordenado pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) enquanto órgão responsável pela formação profissional” (BRAGA, 1988, p. 15). É importante ressaltar o engajamento dos órgãos representativos da profissão em toda a sua história, desde os períodos de maiores tensões aos momentos de consolidação daquilo que outrora fora conquistado com muita luta, organização política e, sobretudo, aprofundamento teórico-metodológico.

A questão da revisão curricular de Serviço Social foi discutida em Belo Horizonte (SET/77) na XX Convenção Nacional de ABESS. Nesta convenção discutiram-se questões relacionadas à defasagem do currículo mínimo que fora aprovado em 1970 e segundo a Prof<sup>a</sup> Nadir Gouveia Kifouri, o mesmo já surgiu inoperante por não estar condizente com a proposta do movimento de Reconceituação do Serviço Social. Tal inoperância se deve ainda hoje à ausência de disciplinas importantes, pela dicotomia entre teoria e prática, a fragmentação do Serviço Social no que diz respeito aos três métodos tradicionais, Caso, Grupo e Comunidade e a visão parcial da sociedade (BRAGA, 1988, p. 15).

Acerca da aprovação do currículo mínimo, importante citar a Convenção Nacional de ABESS, ocorrida na cidade de Natal no ano de 1979, onde referendada pelo Conselho Federal de Educação – CFE, através do parecer 412/82, apontou características da política de ensino superior do contexto histórico, bem como as orientações nacionais para o currículo de Serviço Social naquele momento. Tal currículo aprovado exigia, por sua vez, que todas as escolas de Serviço Social do País modificassem seu posicionamento teórico-metodológico no sentido de fundamentar-se desta feita no materialismo histórico e no método dialético (Ibidem).

“Em 1981, acompanhando este processo geral de revisão curricular, a nível nacional, o departamento de Serviço Social da UFAL inicia estudos preliminares para implantação do novo currículo baseando-se nos documentos de ABESS” (BRAGA, 1988, p. 18). A autora traz um dado muito relevante para a realidade alagoana quando cita a consonância com o contexto nacional de implantação do novo currículo do Serviço Social.

É importante perceber que apesar de o novo currículo ter sido implantado em 1984 em Alagoas, a década prosseguiu sendo um período de bastante problematização da profissão, uma vez que, é em 1988 - juntamente com a conclusão da 1<sup>a</sup> turma do novo currículo - que o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas inicia estudos com a finalidade de reavaliar o currículo, concebendo, portanto, tal processo como que imprescindível para a Formação Profissional (Ibidem).

A inserção dos cursos de Serviço Social na universidade, âmbito da graduação e da pós-graduação foi encarada como de suma importância, pois, esse fator foi decisivo no processo de renovação da profissão no Brasil. A conjuntura social marcada pela autocracia burguesa não permitiu por um período que essa tendência se espraiasse, porém, ao iniciar o processo de erosão desse círculo ditatorial as produções voltaram a tomar lugar e expandir para fora das universidades. Paulo Netto (2011) destaca que o projeto de ruptura se evidenciou como produto do campo universitário, pois, foi nesses espaços que se fez possível a interação intelectual entre os assistentes sociais que podiam se dedicar à pesquisa sem ter

que estar diretamente respondendo as demandas imediatas impostas pela prática profissional que, por sua vez, estava submetida às exigências e controle das instituições e organizações. Nesse momento, a permanência dos profissionais na academia, o interesse em seguir esta carreira estava sendo evento recorrente e demonstrava o empenho daqueles profissionais que buscavam a renovação da profissão e o rompimento com o tradicionalismo.

Cabe salientar o fato de a pesquisa demarcar de forma mais enfática seu lugar na formação profissional nesse período de modificações tão significativas para a profissão. Esse contexto de fomento das discussões no âmbito do Serviço Social possuiu marcos importantíssimos para a construção do projeto de formação profissional. A criação das entidades representativas e dos centros de estudos, pesquisas e órgãos pertencentes à categoria foram momentos de extrema relevância para a consolidação do momento renovador vivido pelo Serviço Social. Segundo Iamamoto (2007), o momento era de busca por fundamentos científicos que dessem solidez e que orientassem a atuação no sentido de ultrapassar o caráter meramente técnico. O momento era de questionamentos, questionava-se que tipo de orientação teórico-metodológica deveria nortear a prática e como essa prática poderia ser repensada pela profissão a serviço da produção de conhecimentos que tivessem o intuito de atender os interesses da classe trabalhadora.

Em se tratando de produção teórica, uma pesquisa realizada por Silva (2009) na qual a mesma avalia a produção da década de 1980 trazida nos debates da Revista Serviço Social & Sociedade, aponta para um dado interessante que vale a pena ser destacado na presente análise. O levantamento sinaliza que de um universo das trinta e três temáticas produzidas e publicadas na Revista Serviço Social & Sociedade, seis delas estavam voltadas à investigação da formação profissional, currículo, ensino, pesquisa e aos fundamentos históricos do Serviço Social. Mediante o universo pesquisado naquele contexto, ainda expressava um número pequeno, principalmente tendo-se em vista o contexto vivido pela profissão justamente nessa década, extremamente significativa para a “virada” em todas as suas dimensões.

Esse também foi o momento em que passa a ser evidenciada a necessidade de rever o currículo dos cursos de Serviço Social, com fins de se aproximar mais das Ciências Sociais e agregar valor ao arcabouço teórico da profissão, que nesse momento caminhava no sentido de repensar-se. Outro fator importante a ser destacado é o que toca a questão das entidades representativas da profissão, que nesse cenário estavam sendo criadas e dinamizadas no sentido de se engajarem mais no processo de organização da classe trabalhadora.

Na década de 1980 o Serviço Social inaugurou suas produções teóricas já num direcionamento de bases marxianas, porém, ainda se observava muita produção de bases

conservadoras, pois, a categoria convivera entre o tradicional e a perspectiva crítica adotada por aqueles que encabeçaram a renovação. Yamamoto e Carvalho são exemplos claros, com o texto *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* que foi considerado marco para a profissão, no processo de amadurecimento da mesma. As produções e tensões se fizeram constantes nesse momento e as perspectivas conviviam dentro e fora das universidades. Ao aproximar a discussão do contexto com a realidade alagoana pode-se considerar o que a citação abaixo aponta.

Os eventos promovidos pela Associação Brasileira de Ensino (ABESS), em vários estados do país, a aprovação do parecer nº 418, de 1982, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a criação da Comissão Curricular do Departamento de Serviço Social da UFAL em 1982, com representantes docentes, discentes, sindicalistas, conselheiros e gestores do curso de Serviço Social, sistematizaram os debates sobre temas relacionados a essa conjuntura e colocaram na ordem do dia questionamentos sobre o movimento do capital em sua crise estrutural, o processo de redemocratização do Brasil, a defesa pelas políticas sociais como forma de assegurar os direitos sociais. Isso deu origem ao novo currículo de Serviço Social da UFAL, que foi implantado em 1984 (LIMA; TORRES, 2017, p. 116).

As décadas de 1980 e 1990 foram demarcadoras de território para a profissão que caminhava a passos de renovação. Em 1982 foi regulamentado o Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social no Brasil, este que já tinha sua proposta sendo discutida desde 1979 que, juntamente ao Código de Ética de 1986, apresentavam profunda renovação profissional. O que se tinha por cerne daquele contexto de revisão curricular era a conexão da formação com a realidade brasileira que, por sua vez, tinha como pano de fundo um momento de redemocratização e fomento das lutas dos trabalhadores (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2009).

Ainda tratando dos elementos que caracterizaram o Serviço Social na década de 1980, vale ressaltar a formação em Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas, uma vez que esta esteve vinculada diretamente aos fatores institucionais e conjunturais econômicos, sociais e políticos da realidade social. As revisões curriculares naquele contexto apresentavam conformidade com as mudanças societárias.

No que se refere à conjuntura econômica, em especial, do estado de Alagoas pode-se salientar que a década de 1980 fora marcada por um crescimento econômico significativo, uma vez que o estado contava com a implantação do pólo cloroquímico, bem como, com o aumento da produção do álcool na agroindústria açucareira. O dado histórico informado está

atrelado diretamente ao fato de que nesse período o governo estadual priorizava a dimensão econômica, ou seja, para onde destinava-se a maior parte dos recursos de gestão (ROSÁRIO, 2015). O contraditório deste cenário de investimento sem medidas do recurso público no âmbito econômico é justamente por existirem outros setores da sociedade padecendo e necessitando de investimentos na ordem do dia. Como prova do aqui apresentado, segue a citação abaixo.

A situação do estado de Alagoas já não era a mesma do primeiro governo de Suruagy. Já na apresentação do plano, o governador se reportava aos graves problemas sociais em Alagoas, cujos níveis de emprego, habitação saúde e educação eram muito deficientes. Reconhecia-se, talvez, pela primeira vez depois do governo Muniz Falcão, a existência de uma dívida social que precisava ser resgatada pelos setores públicos e privados (ROSÁRIO, 2015, p. 85).

Ainda se referindo ao contexto social, econômico e político de Alagoas nesta década, cabe salientar, ainda segundo Rosário (2015), que ao relacionar o estado de Alagoas ao restante do Brasil, nota-se que é nesse contexto em que a crise fiscal no país se caracterizava e atrelada a esta a erosão do modelo econômico preconizado pelo regime ditatorial, que para Alagoas iriam refletir maiores impactos a partir de 1987. Considerando o pano de fundo que se descortinava para o restante do país, Alagoas não poderia ficar de fora, uma vez que os problemas sociais nesse contexto passam a apresentar um enorme peso para o estado.

Importante deixar claro que esse período para o estado de Alagoas representou graves índices em diversos setores, entretanto, o setor da educação ganhou destaque uma vez que este,

Um dos problemas que chama mais atenção e que certamente tem rebatimentos até os dias atuais, é a pouca preocupação com a área de educação no estado. O total destinado a esse segmento previsto no plano<sup>20</sup> representou apenas 0,4% dos recursos, o menor percentual já destinado à educação na história de Alagoas (Ibid., p. 89).

Feita uma breve explanação acerca da conjuntura do estado de Alagoas na década de 1980, volta-se o olhar para o que tange as revisões curriculares que aconteciam concomitantes nesse contexto histórico, nesse sentido, as autoras abaixo dizem que este era o

---

<sup>20</sup> O plano ao qual a citação refere-se diz respeito ao Plano de Governo para a gestão do estado em 1988.

[...] momento de repensar e romper com as amarras do conservadorismo há muito tempo persistente na profissão. As revisões curriculares instigam a pensar em uma formação acadêmica cujo centro da reflexão seja a sociedade e suas contradições, uma vez que a intervenção não pode prescindir de reflexões sobre a ordem societária e suas contradições (LIMA; TORRES, 2017, p. 110).

Mediante o exposto e concordando com as autoras supramencionadas, pode-se inferir que toda a discussão que envolvia a reformulação curricular na década de 1980, exigia uma nova proposta de formação profissional, um novo perfil de assistente social a ser formado, tendo por fundamento o olhar crítico sobre a realidade. Todo o empenho também estava vinculado à necessidade de aprovação de um currículo que fosse capaz de dar respostas às demandas da questão social, uma vez que a sociedade se transformava como consequência da divisão social e técnica do trabalho e, por sua vez, da reconfiguração do Estado. Nesse contexto, tornava-se evidente uma vertente de orientação ética que apontava para a construção de uma nova moralidade do Serviço Social. Sobre esta construção, segue a citação abaixo.

Esta construção se dará na década de 1980 pela organização do Serviço Social, na militância e na organização sindical, pela organização política das entidades representativas da categoria profissional, pela auto-representação profissional, como trabalhador assalariado, pela produção acadêmica crítica, pela revisão curricular de 1982 e pela aprovação do Código de Ética de 1986 (GUEDES; SECON, 2015, p. 6).

Nesse sentido, a construção do perfil profissional pressupunha capacidades particulares ao novo assistente social, ou seja, um profissional capaz de desenvolver as dimensões operativa, teórica e ética da profissão. Na realidade Alagoana observaram-se necessidades, não muito distintas das necessidades da sociedade mais genérica, a brasileira. Concordando com a assertiva anterior, Yamamoto assinala que,

[...] desde os anos 1980, vem-se afirmando que o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade. Ora, essa afirmativa não é sem consequências. As mudanças históricas estão hoje alterando tanto a divisão do trabalho na sociedade, quanto a divisão técnica do trabalho no interior das estruturas produtivas, corporificadas em novas formas de organização e gestão do trabalho (2000, p. 21).

Ainda de acordo com a autora supracitada, nota-se que tais mudanças ocorridas no mundo do trabalho, bem como, na esfera do Estado, impactam diretamente os rumos do desenvolvimento da profissão de Serviço Social na sociedade. Nesse sentido,

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (Ibid., p. 49).

Em se tratando dos impactos do contexto da década na profissão, vale salientar os mesmos na formação profissional. De acordo com Lima e Torres (2017), a Universidade pública como um todo caminhava por novos rumos, estes que fomentavam o debate e interesse em fazer a articulação do tripé ensino/pesquisa/extensão acontecer de fato e incorporá-lo ao currículo mínimo para a formação acadêmica.

[...] Esse novo perfil, constituído nas revisões curriculares de 1993 e 2007, mostra os rumos da profissão ao reconhecer as correlações de força e poder instituídas, mediante a formação de profissionais que possam desvelar a realidade social, entender os complexos sociais e a possibilidade de transformar a realidade (LIMA; TORRES, 2017, p. 110-111).

É relevante salientar que a formação profissional em Serviço Social que possuía relação com o currículo pleno de 1982, estava imbricada nas relações sociais contraditórias provenientes do processo de industrialização da economia mundial, pois, a formação do Serviço Social no Brasil – e América Latina - sofreu historicamente influências diretas das teorias e determinantes externos, voltados para respostas de demandas maiores, que estavam para além do que a profissão tinha em si mesma, dizia e diz respeito aos interesses de um modo de produção em questão, o capitalismo.

A nova direção social hegemônica assumida no seio acadêmico-profissional representava o nível de maturidade alcançado pelos profissionais que estavam inseridos no processo de renovação, e provava o quanto as discussões e a participação do coletivo dos/as assistentes sociais nesse processo possuíam importância para a construção não somente de um novo direcionamento teórico-metodológico como a elaboração de tantos materiais literários, assim como as próprias Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social.

Em se tratando do salto qualitativo e amadurecimento alcançado pelo Serviço Social,

Chaves e Oliveira (2017) contribuem com a discussão ao rememorarem o ano de 1936 - com a criação da primeira Escola de Serviço Social (PUC – SP) – em comparação aos dias atuais – mais precisamente ao ano de 2016 -, marco dos 80 anos de profissão. As autoras salientam, portanto, que em toda a trajetória histórica da profissão as lutas, rupturas e construções foram partes importantes e que deram o tom ao que se tem por profissão no presente momento histórico.

Como já situado anteriormente, a década de 1970 antecede as inquietações que se materializam através de produções e modificações na formação e profissão apenas na década de 1980 – não por acaso -, em virtude do próprio contexto social. O final da década de 1970 subsidia o debate da revisão teórica, metodológica, operativa e política de forma ampla, o que acaba por impulsionar a necessidade de discutir mais profundamente acerca da revisão curricular dos cursos de Serviço Social (CASTRO; TOLEDO, 2012).

Este debate culminou na formação da proposta curricular no ano de 1982 que trouxe uma nova perspectiva para se pensar a formação e a prática profissional, buscando romper com o lastro conservador da profissão e com a vinculação com a ideologia dominante, incorporando a tradição marxista e direcionando sua ação de acordo com os interesses dos usuários (Ibid., p. 3).

Mediante o exposto pelas autoras e ainda concordando com estas, faz-se importante frisar que os anos 1980 foram marcados por um período de crise e de ruptura em vários segmentos da sociedade, mas, especialmente no âmbito econômico. Aproveitando o gancho do setor econômico, ratifica-se que a década de 1970 trouxe mudanças significativas para o modelo de acumulação capitalista que acarretaram consequências na década seguinte. Em consonância com o plano econômico, o segmento político passa por um novo processo, protagonizado pelos setores da sociedade que se organizaram em função de romper com as bases de sustentação advindas do período ditatorial, a fim de restabelecer o Estado democrático. Acerca do cenário de direitos que se buscavam retomar e outros em busca de conquista vale conferir o trecho abaixo.

A Carta Constitucional de 1988, fruto do protagonismo da sociedade civil nos anos 1980, preserva e amplia algumas conquistas no campo dos direitos sociais. Prevê a descentralização e a municipalização das políticas sociais, institui os Conselhos de Políticas e de Direitos. Essas são outras possibilidades de trabalho abertas ao nível dos municípios, de reforço do poder local, ampliando os canais de participação da população na formulação, fiscalização e gestão de políticas sociais. Tais oportunidades podem representar formas de partilhamento do poder e, portanto, de aprofundamento e expansão de democracia. Mas podem, também, ser um reforço dos populismos, da pequena política que se move em função de interesses particularistas e demarca a tradição política brasileira (IAMAMOTO, 2000, p. 47).

Nessa efervescência expressa pelos segmentos populares, o Serviço Social também compartilha de desejos de mudança, obviamente que não exclusivamente espontâneos, mas, com grande influência das exigências do novo contexto social e econômico que se colocava para todas as profissões naquele momento.

Importa lembrar que a categoria profissional como um todo (desde os professores, alunos, profissionais, entidades representativas etc.) esteve mobilizada em provocar discussões e reflexões no que tange ao debate dos fundamentos teórico-metodológicos. Um exemplo emblemático e que trouxe bastante contribuição para a profissão foram os Cadernos ABESS. O primeiro deles publicado em 1986, teve como objetivo principal constituir um espaço onde pudessem circular as ideias dos que compõem a profissão, bem como, estimular o debate, a crítica e a produção teórica no âmbito do Serviço Social (ABESS, 1986). A primeira edição da série de cadernos demonstrou a preocupação da categoria profissional em problematizar questões que permeavam o âmbito do debate teórico-metodológico, a concepção de dimensão investigativa, uma nova proposta de currículo para a profissão, bem como, o perfil profissional que pretendiam formar.

Acerca da dimensão investigativa da profissão, bem como, o domínio que esta precisa apresentar no tocante à dimensão teórico-metodológica só se completa e se atualiza ao ser frutificado pela história, assim como pela pesquisa rigorosa das condições e relações sociais particulares em que se está inserido. Acerca disso, vale compreender o que Iamamoto aponta ao afirmar que “a investigação adquire peso privilegiado no Serviço Social: o reconhecimento das atividades de pesquisa e do espírito indagativo como condições essenciais ao exercício profissional” (2000, p. 55). O trecho destaca um elemento importantíssimo, qual seja a relevância da dimensão investigativa não somente na formação acadêmica como parte intrínseca à mesma, mas, sobretudo, que esta seja uma extensão levada ao exercício profissional e que faça parte deste enquanto uma das competências profissionais do assistente

social.

Discussão essa que versa sobre questões cruciais que perpassam as preocupações dos setores mais comprometidos em imprimir uma nova qualidade teórica e profissional à formação universitária, enraizada nos dilemas hoje vividos pela sociedade brasileira e, em especial, por seus protagonistas mais ativos que se lançam na construção coletiva de alternativas históricas novas para a vida social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL, 1986, p. 3- 4).

A discussão a qual informa a citação acima refere-se a um debate que naquele momento histórico estava sendo travado no interior das Universidades de Ensino de Serviço Social, tendo como articuladora a ABESS nas mais diversas regiões do país, contando assim com o envolvimento dos docentes, discentes e profissionais embutidos no processo.

Iamamoto salienta que a década de 1980 trouxe como ganho para o Serviço Social um salto qualitativo na análise sobre a mesma, uma vez que “tanto a formação profissional quanto o trabalho de Serviço Social se solidificaram” (2000, p. 51).

Além das novidades em termos de produção teórico-metodológica, o período também proporcionou a reflexão e formulação de um novo Código de Ética para a profissão. Um Código que não se limitava – nesse contexto – apenas aos elementos que conformavam a formação profissional, mas também, preocupava-se em contemplar o campo do dever ser com elementos que referiam-se especialmente ao exercício profissional. Apesar de ainda possuir focalização, avançou em vários aspectos, tais como a superação da imparcialidade, neutralidade, valores metafísicos e da prática profissional, no que tange ao estímulo à pesquisa e a crítica da realidade na qual estavam inseridos (CHAVES; OLIVEIRA, 2017).

O Código pensado nesse contexto, para além de normatizações, estava voltado a um perfil pretendido para o profissional de Serviço Social. Acerca disso, confere-se a citação abaixo.

Os princípios indicados para a formação profissional procuram estabelecer sintonia com os princípios do Código de Ética da profissão. Objetivam formar e qualificar profissionais críticos em relação à realidade social, assegurar um processo de aprendizagem articulado entre ensino, pesquisa e extensão, visando instrumentalizá-los no sentido da construção de exercício profissional coerente e ético (CHAVES; OLIVEIRA, 2017, p. 160).

As autoras supramencionadas também salientam que foi justamente a partir dessas diretrizes que se estabeleceram as bases para a elaboração dos currículos, estes que tiveram

como prioridade a capacitação teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa. O processo de elaboração foi-se dando com total apoio da ABESS, esta que realizou convenções com o intuito de socializar as diretrizes para, então, as escolas elaborarem os seus currículos e implantarem seus projetos pedagógicos.

Outros autores concordam com os apontamentos realizados até o presente momento acerca do cenário conjuntural da sociedade, de fins da década de 1970 à década de 1980. Para tanto, coube concordar com as autoras abaixo quando dizem que,

A partir do momento vivido no Brasil no decorrer dos anos 1970 e 1980, os assistentes sociais iniciaram a **construção de um projeto profissional coletivo**, com base em uma consciência política acerca do papel que desempenhavam nos processos sociais, dando subsídios para a **reformulação da formação profissional**, partindo do entendimento de que esta deveria instrumentalizar o assistente social para uma prática efetiva e comprometida com o seu usuário (CASTRO; TOLETO, 2012, p. 6-7, grifos nossos).

O que as autoras enfatizaram na citação anterior deixa mais uma vez bastante claro que o processo de reforma curricular do Serviço Social – iniciado nos anos 1980 – não deu-se ao acaso, ou descolado da realidade e dinâmica social daquele momento, ao contrário, foi justamente a partir dessa série de reflexões e questionamentos apontados até aqui, por sua vez, provocados pela categoria como um todo, que a formação profissional pode ser colocada em questão.

No período em questão – década de 1980 -, herdeira da ditadura militar e de seu projeto de modernização conservadora, a categoria dos assistentes sociais emerge na cena social no processo de transição democrática com um *novo perfil profissional e acadêmico*. Novo elenco de problemáticas passou a constar da pauta do debate, submetidas a tratamento teórico-metodológicos e prático-político distintos (IAMAMOTO, 2000, p. 203, grifo da autora).

Para a autora acima citada, a Reconceituação representou um marco decisivo para a profissão no que diz respeito ao processo de revisão crítica do Serviço Social não somente à nível de Brasil, mas, América Latina como um todo. Nesse sentido, para ela, a Reconceituação apresenta um legado. Cabe nesse caso, conceituar o que foi tal movimento. Nas palavras de Iamamoto,

[...] o movimento de reconceituação do Serviço Social – emergido na metade dos anos 1960 e prolongando-se por uma década – foi, na sua especificidade, um *fenômeno tipicamente latino-americano*. Dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um *questionamento global da profissão*: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi* (2000, p. 205, grifos da autora).

Ainda no debate que envolve os fundamentos teórico-metodológicos nos anos 1980, a autora supracitada salienta que,

O debate brasileiro, do ponto de vista teórico-metodológico, nos anos 1980, em relação ao legado do movimento de reconceituação latino-americano, avança na negação e *denúncia* do tradicionalismo ao enfrentamento de seus dilemas e impasses teórico-práticos; do *metodologismo* à inserção da polêmica teórico-metodológica no Serviço Social nos principais marcos do pensamento social contemporâneo da *apologética* no trato do marxismo no Serviço Social ao debate clássico contemporâneo dessa tradição intelectual; do *ativismo político-profissional* à criação de condições acadêmicas e socioprofissionais que propiciaram maior solidez a práticas renovadoras inscritas no mercado de trabalho dos assistentes sociais; do *ecletismo* ao *pluralismo*; de uma abordagem generalista sobre a América Latina a ensaios históricos sobre o Serviço Social em diferentes momentos conjunturais da formação social no país, ampliando as possibilidades de análise da profissão na história brasileira (IAMAMOTO, 2000, p. 236, grifos da autora).

Muitas foram as materializações das reflexões por parte da categoria profissional e, no âmbito da pesquisa, pode ser considerado como um marco relevante os ganhos conquistados por intermédio das publicações apoiadas pela ABESS, à exemplo o lançamento da série de Cadernos ABESS. Acerca da primeira edição destes e sua importância para o repensar profissional no contexto dos anos 1980, pode ser considerado o comentário do próprio conselho editorial, segue trecho abaixo.

[...] essa publicação revela um *avanço* no repensar profissional, seja quanto à síntese da problematização efetuada sobre a formação profissional universitária na atual conjuntura, seja quanto à apresentação dos fundamentos e da crítica de concepções sobre história, teoria e metodologia norteadoras das formulações sobre o ensino do Serviço Social (ABESS, 1986, grifos do autor).

Todas as críticas estabelecidas nesse período só faziam sentido por estarem pautadas em um contexto social específico. Era o novo perfil de mercado que exigia, por sua vez, um novo perfil profissional, um perfil que se diferenciava do tradicional, até então utilizado. O

momento exigia um profissional qualificado com técnica, julgados capazes de responder as demandas do momento. De acordo com Castro e Toledo,

Com a finalidade de exercer um acentuado grau de regulação dos conflitos sociais, apolítica social foi acionada como meio de legitimação para o regime autoritário e, também como instrumento que buscava a incorporação de direitos sociais, proporcionando o controle social por parte do Estado. **Esta ampliação das ações do Estado na esfera da política social representou a abertura do mercado de trabalho para os assistentes sociais, o que gerou mudanças no cenário da profissão** (2012, p. 7, grifos nossos).

O que chama a atenção nas linhas descritas pelas autoras da citação anterior é o fato de as mudanças no seio do Estado influenciar diretamente as mudanças no seio da profissão. Algo que precisa ser lembrado é que ao passo que o mercado apresenta demandas e necessidades específicas, exige do Estado posicionamentos também específicos e, por sua vez, reclama das profissões – e nesse caso, considera-se em particular o Serviço Social – um novo perfil de profissional, capaz de responder as demandas. Nesse sentido, a consequência para aquele contexto foi a ampliação do número de cursos de Serviço Social pelo país.

O aprofundamento da expansão monopolista, com as alterações que provocou no processo de produção (desenvolvendo-a tecnologicamente e alterando os processos de trabalho), na reorganização do aparelho de Estado com irradiações no conjunto dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil (em especial a Universidade), criou as condições históricas que tornaram possível a gestação, no interior do período ditatorial, dos *pilares do novo perfil da categoria profissional*. Consolida-se um mercado efetivamente nacional de trabalho para os Assistentes Sociais, amplia-se o contingente numérico dos profissionais e das unidades de ensino público e privado. Realiza-se a real inserção do Serviço Social nos quadros universitários, submetendo-se às exigências de ensino, da pesquisa e da extensão. Instala-se a pós-graduação “*stricto sensu*” nesta área profissional criando as bases para nutrir a produção científica e criar um mercado editorial até então praticamente inexistente (IAMAMOTO, 2000, p. 215-216, grifo da autora).

Em um debate como este, necessário faz-se que seja considerado o cenário Universitário brasileiro nos anos 1980. As limitações e as possibilidades impostas pelo contexto e o que o Serviço Social fez mediante tal contexto foi bastante definidor e contribuiu em enorme medida para a consolidação de um novo referencial para a profissão.

A questão da formação profissional do assistente social constitui-se hoje, na realidade brasileira, um objeto de debate e de análise para professores, estudantes, supervisores no contexto dos cursos de Serviço Social e para a categoria dos assistentes sociais que busca um repensar do Serviço Social frente aos desafios que se colocam para a profissão na atual conjuntura (CARVALHO, 1986, p. 17).

Nesse sentido, a entidade representativa para o campo do ensino em Serviço Social (ABESS) apresentava desde muito cedo preocupação em se responsabilizar pela política de formação profissional, considerando ser este um grande desafio, haja vista ser um processo que envolveu um comprometimento ainda maior do que o até então estabelecido pela categoria, visto que se deparavam com um processo sistemático de análise e busca por indicações fundamentais em termos de política de ação (CARVALHO, 1986).

É preciso discutir a formação profissional do assistente social no contexto da Universidade brasileira, que configura as condições objetivas para o desenvolvimento do projeto educacional de Serviço Social, definindo reais possibilidades e limites. Nesta perspectiva é indispensável considerar a política de modernização conservadora, de racionalidade empresarial tecnocrática que vem dominando a Universidade brasileira pós-64, especificamente no pós-68, com a reforma universitária, com características que comprometem a função histórica da Universidade como instituição social de interesse público (CARVALHO, 1986, p. 20).

A discussão que engloba a formação profissional perpassa o perfil de ensino superior daquele contexto, o perfil profissional que a categoria pretendia formar – bem como, o exigido pelo mercado –, as orientações nacionais para o currículo, o debate dos fundamentos teórico-metodológicos e a concepção de dimensão investigativa que se tinha.

Levando-se em consideração os elementos destacados no parágrafo anterior, percebe-se que a efervescência do debate sobre formação profissional do Serviço Social na década de 1980 não ocorria de maneira desconexa, existia uma real necessidade para tal empenho de toda a categoria profissional. No contexto da década, a discussão da formação profissional e da revisão do currículo tornou-se uma tendência nas diferentes escolas e cursos de Serviço Social de um extremo ao outro do país, ultrapassando a mera esfera burocrática que envolve a montagem das grades curriculares, tem que ver especialmente com o debate em andamento acerca de uma formação pensada a partir de um projeto educacional específico (CARVALHO, 1986).

A **formação profissional** requeria um **rigoroso suporte teórico-metodológico** necessário à reconstrução da prática e, ao estabelecimento de estratégias de intervenção; requeria ainda a **preparação no campo da investigação** para o **aprimoramento científico dos assistentes sociais e da produção teórica** sobre as questões referentes ao campo de atuação e à realidade social (CASTRO; TOLEDO, 2012, p. 10).

A citação acima ratifica a preocupação esboçada pela categoria profissional naquele contexto histórico, que também não deixa de ser ainda nos dias atuais uma preocupação em fazer essa manutenção. A manutenção de uma formação que tenha seu referencial teórico-metodológico pautado nos princípios críticos, bem como, o comprometimento com a dimensão investigativa no sentido de aprimorar a cada dia o cabedal teórico da profissão.

Rompendo com toda uma forte herança pragmatista, o Serviço Social no Brasil, a partir da década de 70, vem procurando se colocar como produtor de conhecimento, reivindicando a **necessidade e exigência do assistente social desenvolver pesquisa**. No entanto, apesar do avanço qualitativo na construção teórica, o Serviço Social em termos de investigação não tem ainda conseguido, na medida do necessário, responder às questões emergentes que lhe são colocadas hoje na sociedade brasileira (CARVALHO, 1986, p. 29, grifos nossos).

Nota-se que já havia naquele momento o fomento à investigação, a concepção de dimensão investigativa já fazia parte de uma maneira diferente daquela cunhada em períodos anteriores na formação profissional. O incentivo estava posto, mesmo que dentro de todas as limitações estruturais/objetivas e de amadurecimento teórico. A autora salienta que existe uma deficiência ainda que não depende unicamente do referencial teórico-metodológico assumido pela profissão mas, sobretudo, de questões materiais que envolvem a Universidade e a realidade brasileira no dado momento histórico.

### **3.3 Serviço Social na década de 1990 e o contexto neoliberal**

O debate do presente item traz o contexto econômico, político e social no qual o país estava imerso na década de 1990. Considera-se para a análise e reflexão as mudanças ocorridas na década, que se apresentavam desde a alavancagem do processo de privatização das empresas nacionais, a abertura econômica para capitais estrangeiros, até a desresponsabilização do Estado mediante a sociedade, por meio da minimização dos gastos públicos governamentais na área social.

A discussão segue no sentido de compreender como tais impactos políticos, econômicos e sociais afetaram o Serviço Social e contribuíram em alguma medida para as mudanças ocorridas no interior da profissão, podendo citar como exemplo as respostas na direção da consolidação da renovação crítica, com a criação do projeto ético-político, o que inclui a revisão curricular no país e nas diversas regiões. Nesse viés de discussão, o contexto alagoano e as mudanças para o curso de Serviço Social também são levadas ao debate.

A década de 1980 – a qual foi dedicado o subitem anterior – marcou de maneira positiva a história da profissão, uma vez que foi nela que redefiniu-se um projeto profissional crítico para o Serviço Social, considerando enquanto ordem do dia o enfoque central na compreensão do significado social da profissão, visto ser o Serviço Social uma especialização do trabalho coletivo, por sua vez, inserido na divisão social e técnica do trabalho (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996).

O contexto nacional demonstra a abertura do mercado brasileiro e o caráter “populista, clientelista e assistencialista” (COUTO, 2004) apresentado pelos programas sociais do governo Collor. Antes mesmo de compreender as caracterizações da profissão nessa década, faz-se relevante entender qual o solo calçava os pés da mesma. Ou seja, importa salientar que no campo social, o destaque estava justamente apontando para os mecanismos que incidiam no sistema de proteção social, em consequente desmonte da seguridade social (Ibidem). Acerca disso, a autora complementa:

Nesse período, o país apresentava um quadro que pode ser resumido por meio de: a) alavancagem do processo de **privatização das empresas nacionais**; b) **abertura econômica para capitais estrangeiros**; c) retomada do processo inflacionário; d) **minimização dos gastos públicos governamentais na área social**, entre outras características, o que aponta seu perfeito alinhamento com as indicações feitas pelos organismos internacionais (COUTO, 2004, p. 146-147).

Justamente o que a autora aponta na citação acima é que através dessa conjuntura econômico-social apresenta-se uma forte característica do Estado em desresponsabilizar-se através da minimização dos gastos públicos na área social e lançar tal tarefa para o mercado, para a própria sociedade resolver através da matriz da solidariedade, voluntarismo e, sobretudo, para a iniciativa privada o que seria de sua competência. Outros autores irão concordar com o retrato histórico da cena brasileira para a década de 1990. Em relação ao contexto neoliberal, Bravo contribui ao incluir na discussão os apontamentos abaixo.

Na década de 1990, consolida-se no país o projeto neoliberal, ocorrendo a regressão dos direitos sociais e a defesa do mercado e do capital. Há uma investida contra a organização dos trabalhadores e crescem as desigualdades. O projeto neoliberal é a expressão da reestruturação política e ideológica conservadora do capital ocorrida nos países centrais, a partir dos anos 1970, tendo impacto no Brasil primordialmente na década de 1990. Mudanças radicais se processam na relação Estado-sociedade civil, traduzidas nas políticas de ajuste recomendadas pelos organismos multilaterais, nos marcos do Consenso de Washington (BRAVO, 2009, o. 695).

Antes de qualquer consideração a ser realizada acerca das mudanças ocorridas na profissão na década de 1990, cabe concordar com Iamamoto (2000) quando a mesma aponta o que está por detrás da necessidade em re-construir o projeto de formação profissional, uma vez que este querendo ou não está transversalizado pelos dilemas da contemporaneidade da sociedade brasileira na década em questão. A mesma salienta ainda que,

[...] é requisito preliminar para que se possa dar concretude à direção social, que se pretende imprimir àquela reconstrução do projeto, capaz de atualizar-se nos vários momentos conjunturais. Mais ainda: uma qualidade de formação que, sendo culta e atenta ao nosso tempo, seja capaz de antecipar problemáticas concernentes à prática profissional e de fomentar a formulação de propostas profissionais, que vislumbrem alternativas de políticas calcadas no protagonismo dos sujeitos sociais, porque atenta à vida presente e a seus desdobramentos. Um projeto de formação profissional que aposte nas lutas sociais, na capacidade dos agentes históricos de construir novos padrões de sociabilidade para a vida social. Construção esta que é processual, que está sendo realizada na cotidianidade da prática social, cabendo aos agentes profissionais detectá-las e delas partilhar, contribuindo, como cidadãos e profissionais, para o seu desenvolvimento (IAMAMOTO, 2000, p. 195).

Ao retomar o momento em que a profissão encara a conjuntura e as necessidades sinalizadas pela última, percebe-se que no aprofundar do processo de Intenção de Ruptura e ao receber influências das condições societárias dos anos 1990, seguidas de uma dinâmica de transformações fomentadas pela crise do capital – com início em meados da década de 1970 – que acarretou mudanças significativas no universo do trabalho, no âmbito do Estado e da cultura, o Serviço Social realiza um processo de análise e revisão da proposta de formação advinda dos anos 1980, no sentido de sintonizar a profissão à realidade social, tendo em vista a reorientação no perfil profissional (BRITO; FERREIRA; MIRANDA, 2011).

O cenário histórico aponta para o crescimento significativo dos cursos de graduação no país. Martins (2000) salienta, então, que tal crescimento evidenciou-se mais precisamente entre os anos de 1988 e 1998 ao demonstrar uma expansão em torno de 62%, cabe problematizar esse dado. O que essa porcentagem traz com tal sinalização? Em quais

condições esse aumento significativo estava chegando e impactando o perfil profissional formado? As indagações devem servir para a reflexão e análise da conjuntura dos anos que se seguiram.

Em 1994, é lançado o Prograd (Programa de Apoio à Graduação) cujo objetivo geral era melhorar a qualidade do ensino da graduação. Esse programa estabeleceu quatro linhas de ações básicas: o Programa de Licenciatura (Prolicen), o Programa de Laboratórios (Prolab), o Programa de Bibliotecas universitárias (Probib) e o Programa de Informatização (Proinf). Merece também ser mencionado o Programa de Integração Pós-Graduação/Graduação (Proin), criado pela Capes em 1995.

Faz-se relevante destacar que tal preocupação esboçada em relação ao aperfeiçoamento da graduação começou com a criação, em 1996, do Exame Nacional de Cursos e da avaliação “realizada *in loco* por comitês de especialistas das condições de oferta dos cursos de graduação pelas instituições, especialmente as que obtiveram baixa avaliação” (MARTINS, 2000, p. 56).

Nesse sentido, seguindo uma lógica histórica e de encadeamento do amadurecimento da própria profissão, os anos 1990 apresentou um contexto de reformulação daquilo que compunha o currículo dos cursos de Serviço Social no Brasil. Entre 1994 e 1996 cerca de 200 oficinas locais nas Unidades Acadêmicas que eram filiadas à ABESS ainda 25 oficinas regionais e 2 nacionais. Baseados nas propostas discutidas nesses encontros foram formulando-se as diretrizes que comporiam o novo desenho curricular para o curso de Serviço Social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996).

A discussão no âmbito da formação profissional em Serviço Social desencadeia a partir da década de 1990 e, sobretudo, após a aprovação do código de 1993, um amplo debate, concretizando-se nas Diretrizes Curriculares/96, as quais compõem fundamento essencial à materialização do Projeto Ético-Político. (CHAVES; OLIVEIRA, 2017, p. 159).

O fomento à discussão da reformulação profissional esteve diretamente ligado às transformações ocorridas nos processos de produção e reprodução da vida social nos anos 1990. Elementos como a reestruturação produtiva, a reforma do Estado e as novas formas de enfrentamento da chamada questão social, impulsionaram a alteração nas próprias relações entre o público e o privado, ou seja, não havia como não incidir diretamente no Serviço Social através das demandas profissionais que lhes chegavam naquele dado momento

(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996).

A partir de um amplo debate direcionado pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), que – passou em 1996 a ser chamada de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), gestou-se uma nova proposta de formação que se expressa na Proposta de Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social, transformando-se depois nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social (BRITO; FERREIRA; MIRANDA, 2011, p. 5).

É imprescindível frisar o fato de que a proposta que se colocava na mesma dos anos 1990, quanto à nova lógica curricular, tinha como pressuposto o trabalho enquanto atividade central na constituição do ser social, uma vez que as mudanças no padrão de acumulação e regulação social exigiam um redesenho das formas de pensar e agir dos/as assistentes sociais mediante as necessidades sociais que se colocavam no decorrer histórico (Ibidem).

Acerca das necessidades apontadas pelo próprio contexto histórico, Avila, Avila e Aginsky sinalizam na citação abaixo elementos importantes que marcaram a década de 1990, bem como, aqueles advindos de momentos anteriores a esta.

A década de 1990 expressa profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social. Estas transformações foram determinadas pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, também, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais. O trabalho do assistente social é igualmente afetado por estas transformações, resultado das mudanças na esfera da divisão social e técnica do trabalho no cenário mundial (2012, p. 5).

Mais uma vez torna-se possível perceber que - em consequência do que já estava sendo estabelecido na década anterior – a concepção de dimensão investigativa e a relevância do debate teórico-metodológico implicavam diretamente no processo de trabalho do/a assistente social daquele contexto, pois, dava margens aos profissionais, docentes e discentes para o repensar crítico do ideário profissional (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996). Esse ganho, ou seja, os efeitos trazidos pela valorização da dimensão investigativa no âmbito da profissão foram extremamente positivos para o amadurecimento não somente teórico-metodológico do Serviço Social, mas, em todas as duas demais dimensões: ético-política e técnico-operativa.

Nos anos 1990 evidencia-se também a ampliação da produção teórica da profissão, com a divulgação de livros e revistas, podendo-se destacar como fundamental a publicação da tese de doutorado de José Paulo Netto, defendida na PUC/São Paulo, em 1989. Essa tese deu origem a dois livros que são básicos para o adensamento da perspectiva teórico-crítica no Serviço Social: *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* e *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, publicados em 1991 e 1992, respectivamente ambos pela Cortez Editora (BRAVO, 2009, p. 698, grifos do autor).

Somados ao adensamento da produção teórica do Serviço Social a década de 1990 evidencia um direcionamento novo no sentido que envolve a formação profissional, o perfil pretendido de assistente social para um mercado de trabalho que também estava em transformação. É nesse contexto que a elaboração das Diretrizes de 1996 se gesta, movimento este capitaneado pela Abess – na sequência Abepss –, bem como pelo conjunto CFAS/Cras – também na sequência histórica CFESS/Cress. A elaboração do Código de 1993 e a aprovação da lei de regulamentação da profissão, no mesmo ano, demonstram o direcionamento que a categoria profissional seguia (BRAVO, 2009).

Brevemente, no decorrer do texto, foi possível realizar um vislumbre da condição estrutural da formação profissional a nível nacional, entretanto, interessa também conhecer um pouco do que se tinha por formação profissional na região nordeste.

Em meados do ano de 1994 a ABESS construiu um relatório da oficina de trabalho no Nordeste. Tal relatório encarregou-se de tratar do processo de avaliação da formação profissional do/a assistente social. No âmbito da região destacada, cabe focalizar especialmente o que envolve as questões de curricularização do Serviço Social dentro da Universidade Federal de Alagoas.

O novo currículo do Curso de Serviço Social da UFAL, foi implantado no segundo período do ano de 1984, fruto do esforço coletivo de docentes, discentes e profissionais envolvidos com a formação profissional. Para tanto, a Comissão de Currículo, procurando assegurar a continuidade em pauta, coordenou um conjunto de atividades, ultrapassando os limites dos momentos de elaboração (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL, 1994, p. 17).

De acordo com dados da ABESS (1994), percebe-se que uma das preocupações da categoria profissional e da Abess estava no fato de não cessar o debate na elaboração do novo currículo, mas, sobretudo, do esforço dispensado por todos que conformam a profissão ganhar ainda mais fôlego após a implementação desse currículo. Para tanto, criou-se uma Comissão de Currículo com o intuito de dar continuidade a esse debate, não o reduzindo aos limites que

foram surgindo na elaboração do mesmo.

Um fato importante precisa ser salientado no sentido que destaca o debate teórico-metodológico do Serviço Social brasileiro, o início da década de 1990 demarca justamente o surgimento da crítica formal às correntes marxistas no campo profissional, entretanto, vale esclarecer que tal crítica não se coloca como antimarxista, ao contrário, caminham por dois percursos diferentes no seio do próprio marxismo. Um desses caminhos é o da crítica à ortodoxia (compreendida pelos críticos como dogmatismo); já o segundo desses caminhos diz respeito às lacunas – deixando-se claro que não está sendo referido aos equívocos – existentes na produção dos trabalhos pela categoria profissional (PAULO NETTO, 1996).

Em se tratando de um novo direcionamento para a profissão – materializado pela construção de outro projeto profissional, núcleos de fundamentação compõem tal projeto, quais sejam estes:

Estes núcleos foram delimitados durante a XXIX Convenção da ABEPSS/CEDEPSS, realizada em Recife, em novembro de 1995. Compõem estes núcleos: a Fundamentação Teórico-Histórica das Configurações Socioeconômicas, Culturais, Políticas e Teóricas do Ser Social; Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira Inserida na Divisão Internacional do Trabalho e Fundamentação do Trabalho Profissional (AVILA; AVILA; AGUINSKY, 2012, p. 7).

O que veio a materializar-se na década de 1990 - aqui refere-se à implantação do novo currículo na UFAL – iniciou tal processo na década anterior quando a proposta do projeto pedagógico exigiu engajamento de todos os segmentos dentro da categoria profissional. É então no ano de 1989 que o Colegiado do Curso de Serviço Social encabeça um projeto de pesquisa e avaliação curricular que, por sua vez, possuía o objetivo principal de investigar a formação profissional do/a assistente social na UFAL. O desdobramento desse projeto deu-se em 1991 quando foi redimensionado e apresentado à PROGRAD e nesse bojo, partiu-se para a realização de seminários com consultoria externa (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL, 1994).

O contexto de revisão curricular do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas desenhava-se na década de 1990 através da elaboração de um Projeto Pedagógico de Curso que expressava uma proposta curricular que se forjava no coletivo por aqueles envolvidos no processo de formação profissional do/a assistente social na UFAL, ou seja, tendo como esteio as determinações do Projeto Pedagógico Global na Universidade e as exigências postas pela implantação do regime seriado no qual a academia estava inserindo-se

(UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 1993).

A motivação do corpo profissional encarregado, naquele contexto, de elaborar esse novo Projeto Pedagógico de Curso era justamente um contexto maior, à nível nacional pelo qual a profissão vinha passando no que toca a revisão do currículo mínimo, um indicativo da preocupação da categoria e comprometimento da mesma em debater o perfil profissional que pretendia-se formar.

Cabe ressaltar ainda que procurou-se assegurar uma **revisão curricular pautada nas demandas emergentes da realidade social**, direcionando-a entretanto, no sentido de **preservar a unidade nacional conquistada em 1984**, por ocasião da implantação do Novo Currículo dos Cursos de Serviço Social (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 1993, p. 3, grifos nossos).

É extremamente relevante fazer um link histórico com o debate das transformações no interior da profissão, este considerando a realidade conjuntural do Nordeste e do estado de Alagoas. O Nordeste, por sua vez, não poderia ser encarado nesse contexto histórico como homogêneo, uma vez que nessa região encontravam-se polos de desenvolvimento agrário e industrial de grande relevância para a economia, podendo destacar o pólo de indústria química no eixo Alagoas, Sergipe e Bahia; assim como, o pólo de indústria têxtil no estado do Ceará; o de produção agrícola do Rio São Francisco. Entretanto, apesar de todos estes elementos de *vantagem* econômica para a região Nordeste, uma outra face da moeda se colocava para a sociedade, tratava-se de um Nordeste marcado pela seca e pela miséria, bem como, um Nordeste da ausência de políticas sociais, que estava à mercê de um Estado que viesse a intervir e modificar o cenário social (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 1993, p. 8).

No entanto, a tendência que se observa atualmente é a de uma progressiva retração do Estado quanto a medidas efetivas de caráter social; com um consequente desmonte do aparato público construído ao longo de décadas, como forma de atender a uma das metas do projeto neoliberal. Com isso, estão ocorrendo mudanças nas relações do Estado com a sociedade civil, com ampliação das fronteiras entre o público e o privado, cujas consequências ainda não são muito nítidas na nossa realidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 1993, p. 8).

No que diz respeito, especificamente, à base material – dimensão econômica – da sociedade alagoana na década de 1990, pode-se citar que a indústria à época representava 23% do valor adicionado bruto setorial em Alagoas, praticamente constituía-se da

agroindústria sucroalcooleira, esta eu contava com a renovação e expansão possibilitadas pela série de empréstimos públicos (tanto na esfera federal quanto estadual), estes decorridos dos anos 1970 e 1980. Entretanto, no momento histórico descrito, o estado de Alagoas contava também com as empresas da indústria química, que se instalaram em território alagoano nos marcos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), datado do início dos anos 1980 (FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS, 2014).

Entre as décadas de 1970, 1980 e 1990, o setor de serviço por sua vez, tinha como maior peso o setor público e as empresas estatais. O comércio era basicamente local, com pouca participação de empresas de fora do estado, cuja dinâmica era dependente dos salários do funcionalismo público. Em 1975 o estado de Alagoas possuía cerca de 14 mil funcionários públicos estaduais, em 1986 apresentava o montante de 84 mil. A renda do funcionalismo público (estadual e federal) e da agricultura, oriunda da produção de cana, movimentava fortemente a economia alagoana até 1997, quando houve o *default* do estado e este passou cerca de nove meses sem realizar pagamentos para fornecedores e funcionários. Esse fato permitiu que a esquerda alagoana ascendesse ao poder a partir das eleições de 1998 e propusesse uma política de organização das contas públicas e reestruturação produtiva, infelizmente os resultados não foram muito significativos no longo prazo (1980 (FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS, 2014, p. 17).

Fica bastante evidente como a estrutura econômica se comportava na década de 1990 – no estado de Alagoas - a partir da descrição da citação anterior, percebe-se que existia uma hipertrofia no setor de serviços públicos. Observar tal fenômeno do ponto de vista da profissão implica em perceber o quanto isso significou para o Serviço Social no sentido de ampliação dos espaços sócio-ocupacionais e, conseqüentemente, as tendências que o mercado sinalizava para a construção de um perfil profissional à época indicavam alinhamento com as demandas sociais, mas, sobretudo o empenho da categoria em se auto-representar mediante as demais profissões, determinando sua identidade dentro de si mesma e legitimando sua prática socialmente.

A cada momento histórico, as temáticas como o debate teórico-metodológico e a concepção de dimensão investigativa foram ganhando espaço e corpo dentro dos círculos de debate da profissão. Não por acaso esse dado se revela, uma vez que demonstra o amadurecimento intelectual da profissão.

As temáticas centrais definidas para os Seminários traduziam os grandes eixos norteadores para o projeto pedagógico, derivados do debate em torno da formação profissional do Assistente Social: Concepção de Homem e Sociedade, **Concepção de Serviço Social, Concepção de Universidade, formação profissional**, demandas reais e potenciais para o Serviço Social, e, a atuação profissional frente a realidade local, regional e nacional (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL, 1994, p. 19, grifos nossos).

Demonstrado todo o esforço em trazer à luz do debate temas que diziam respeito totalmente a implementação do novo currículo – já seguido nacionalmente – no curso de Serviço Social da UFAL, observa-se que ocorreram avanços significativos no que disse respeito ao Projeto de Avaliação Curricular que estava até então em curso. Tais ganhos expressaram-se através das aproximações sucessivas dirigidas pelos marcos referenciais e conceituais da profissão (Ibidem). Assim como na UFAL, nas demais Universidades do Nordeste ocorreram mobilizações semelhantes com fins de proporcionar espaços de discussões que subsidiassem esse novo momento vivido pela profissão em nível nacional.

Um dado interessante e que precisa ser destacado é a coincidência de acontecimentos marcadores do ano de 1996, em especial, ano este em que a formação profissional em Serviço Social deu um passo importante no que tange às diretrizes curriculares, foi também o ano em que a LDB passou por aprovação, impactando o projeto de formação profissional para aquele dado contexto. Sobre o assunto, Lewgoy e Maciel fazem as seguintes sinalizações.

O ano de 1996 marcou um fato histórico fundamental para a formação em Serviço Social no Brasil, pois resultou na aprovação das diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social, cujo **processo foi fruto de debate e construção coletiva da categoria profissional**, bem como do **amadurecimento acadêmico e organizativo da profissão**. Coincidiu, também, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), neste mesmo ano, o que **determinou a conformação que tal projeto viria a ter no seu processo de implantação** e, posteriormente, enraizamento nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs), pois é sabido que **as mudanças que se processaram na política de educação superior foram responsáveis por um conjunto de inflexões no âmbito da formação de todos os profissionais** (2016, p. 24, grifos nossos).

Destaca-se da citação acima os elementos em negrito pelo fato de necessitarem ser observados e analisados com bastante cuidado, principalmente no que diz respeito aos impactos da LDB no projeto de formação preconizado pelas diretrizes construídas coletivamente pela categoria profissional e almejadas em serem efetivadas fazendo frente de resistência ao contexto social de paulatina retomada de um viés conservador no seio da

sociedade e, não ficando de fora, o próprio seio profissional. Quanto ao plano de formação faz relevante salientar os dados que Paulo Netto traz em linhas abaixo.

No plano da formação (com um currículo mínimo nacional e legalmente inserida no nível superior), cerca de setenta unidades de ensino estavam em funcionamento e poucos estados da Federação não contavam com escolas de Serviço Social. A pós-graduação em sentido estrito, implantada na primeira metade da década de setenta, encontrava-se afirmada em sete universidades e, em sentido lato, registrava experiências importantes. Uma instituição credibilizada, a ABESS, renovava-se como foro expressivo dos debates sobre a formação profissional e procurava animar, desde 1987, um organismo acadêmico de pesquisa (o Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social e Políticas Sociais/CEDEPSS) (PAULO NETTO, 1996, p. 106).

Mais uma vez é possível observar que o momento pedia muita reflexão, no que dizia respeito à dimensão investigativa e o debate dos fundamentos teórico-metodológicos. Sobre tal questão, segue a citação que explicita muito bem como a Universidade e os cursos de Serviço Social reagiam ao momento de fomento à pesquisa.

A reflexão sobre essa questão voltou-se para a natureza da pesquisa na Formação Profissional do Assistente Social, em termos de definir-se com clareza a relação entre o esforço de produção do conhecimento e o processo de intervenção profissional. Nessa perspectiva, emergiu como uma questão decorrente a definição de temáticas básicas que hoje se colocam como objeto de estudo para o Assistente Social na sociedade brasileira, considerando a especificidade inserção do profissional e os fenômenos sociais que enfrenta no cotidiano de sua intervenção. Nesse sentido, **destacou-se que é preciso um esforço sistemático de produção de conhecimento sobre temáticas que a intervenção profissional está a colocar para o Assistente Social** (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL, 1994, p. 50-51, grifos nossos).

Vale ressaltar que a década de 1990, a revista Serviço Social & Sociedade contou com a publicação de 258 trabalhos, expressivamente artigos, que foram elaborados pelos mais variados autores. Tais produções perpassaram diferentes temáticas e é sobre estas que vale o destaque. Assim como problematizado e refletido no item anterior – década de 1980 -, aqui faz-se o mesmo. Apenas cinco temas – dentro do universo geral das discussões – abordaram a discussão que caminha no sentido de problematizar a formação profissional/ensino/estágio, a pesquisa em Serviço Social, a própria profissão, o marxismo e a universidade. As demais produções concorrem para temas mais outros que envolvem a profissão em alguma medida, mas, que em sua maior parcela representam inquietações no campo do trabalho e das políticas setoriais (SILVA, 2009).

Destaca-se da citação acima o fato de o Serviço Social, na década de 1990, não medir esforços para sistematicamente produzir conhecimento acerca das temáticas que a intervenção profissional colocava para o assistente social cotidianamente e sem dar brechas para que este profissional pudesse pensar a resolução desconsiderando a dimensão investigativa, ao contrário, corroborou diretamente para a consolidação do debate dos fundamentos teórico-metodológicos, bem como, o perfil que a universidade pretendia formar daquele momento para frente.

Em se tratando desse perfil pretendido pelas universidades à época, importante considerar também o perfil apresentado pelas próprias universidades – para além do curso de Serviço Social -, nesse sentido observa-se os dados históricos apontados na citação abaixo, bem como a mudança gradual e específica no perfil dos discentes de Serviço Social, conseqüentemente, orientando a formação para novas exigências de qualificação intelectual e cultural.

A questão da formação remete, obviamente, à política nacional de educação – que ultrapassa o protagonismo dos profissionais de Serviço Social ligados à docência. A intervenção desses, no caso da universidade pública, aparece muito limitada pelo sucateamento da instituição e pela permanência de traços herdados da ditadura (o burocratismo, o parasitismo, concepções atrasadas e/ou inoperantes da relação ensino-pesquisa-extensão) e outros gestados nos anos oitenta (o “populismo acadêmico”, o corporativismo); mesmo assim, nela as condições de trabalho são em geral menos constrangedoras que as da maioria absoluta das escolas da rede privada, nas quais a lógica que opera é a da pura rentabilidade capitalista. No entanto, está claro que o protagonismo docente dos assistentes sociais vem sendo problematizado, dentre um amplo leque de condicionalismos, por dois fenômenos cujas natureza e implicações requerem acurada consideração: 1) uma perceptível mudança no perfil socioeconômico da massa do alunado, cada vez mais recrutada em estratos médio- baixos e baixos das camadas urbanas; 2) um visível empobrecimento do universo cultural do aluno. Os dois fenômenos, que não se conectam obrigatoriamente por uma relação causal, não afetam exclusivamente ao Serviço Social; mas, na nossa profissão, ganham enorme ponderação: são concomitantes à exigência de maior qualificação intelectual e cultural, derivada da própria consolidação acadêmica do Serviço Social – está posta, aí, uma contradição que não será fácil solucionar com êxito. Quer-me parecer que o perfil econômico-social e cultural desde “político- alvo” – sem esquecer o dos docentes mesmos, nem sempre distinto – é um elemento de excepcional importância a ser levado em conta no enfrentamento da problemática da formação (PAULO NETTO, 1996, p. 110).

Como em todo o processo histórico do Serviço Social no Brasil e em cada região do país, particularizando-o de acordo com as necessidades vigentes, a ABESS apresenta-se bastante interessada em fazer a manutenção daquilo que a profissão já vinha consolidando nas

últimas duas décadas, a sua maioridade intelectual. Foi nesse sentido, então, que ABESS/CEDEPSS lançou uma carta aberta direcionada à toda a comunidade acadêmica, assim como, todas as unidades de ensino filiadas à ABESS, com o intuito de informar alguns elementos primordiais no que tange ao processo de Revisão Curricular em curso. Dentro das três prioridades da gestão para aquele momento, estava justamente a Revisão Curricular no topo da lista (ABESS; CEDEPSS, 1994).

Por tudo aqui exposto fica mais do que evidente que são as Unidades de Ensino, no processo revisional do currículo, destinatárias e – mais importante, ainda – viabilizadoras do Projeto de Formação Profissional que a categoria e a sociedade estão a requerer. **É, portanto, da maior importância o debate local, com professores e alunos, envolvendo inclusive os profissionais das instituições onde trabalham os Assistentes Sociais;** a participação/contribuição às Oficinas Regionais e demais atividades que se fizeram necessárias (ABESS; CEDEPSS, 1994, p. 2, grifos nossos).

A ABESS chamou naquele contexto histórico à responsabilidade toda a categoria profissional, em especial os docentes, discentes e profissionais envolvidos no processo construtivo daquele momento histórico, de suma importância para a reformulação de um currículo que representava não somente diretrizes burocráticas a serem seguidas, mas, um projeto educacional o qual o Serviço Social acreditava ser o mais coerente para dar respostas à demandas postas na realidade concreta.

O currículo enquanto elemento fundante na formação profissional deve contemplar os diversos aspectos de um projeto educacional, a partir do movimento da realidade, no sentido de reinventá-la. No entanto, sem pretender responder a todas as questões presentes a nível da universidade e do exercício da prática. Há, portanto, o objetivo explícito de contribuir junto a comunidade acadêmica nas questões referentes a realidade brasileira, especificamente a alagoana, em suas dimensões teórico práticas; tem-se, no entanto, a clareza de que uma única formação profissional, por si só, não responde aos inúmeros desafios e necessidades colocadas pela realidade social (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 1993, p. 17).

O que o trecho anterior destaca de muito relevante reside no sentido de o currículo ser um espaço onde se torna possível pensar e fazer proposições para o aperfeiçoamento da própria profissão, começando pelos muros da academia e alcançando o cotidiano profissional, dando assim o tom à direção social ao Serviço Social.

No que tange ao debate dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, concorda-se com o preconizado pelo Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da

UFAL, nas linhas abaixo.

A intervenção profissional apóia-se numa qualificação, onde **o domínio do referencial teórico-metodológico seja um elemento diferenciador do mero exercício de uma prática burocrática, rotineira, redimensionando-a e efetivando-a sob outras bases**. Configurando assim, um novo sentido no espaço concreto e dinâmico no qual se inscreve. Esse elemento irá possibilitar ao Assistente Social uma **interlocação em nível horizontal com as ciências sociais** (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 1993, p. 18).

O trecho supracitado ratifica algo deveras relevante para o Serviço Social em qualquer momento histórico que esteja ao se referir à intervenção profissional e em que pilar esta se apóia. Nesse caso, o que fica evidente é a necessidade que a categoria apresentava - e ainda apresenta - em dominar o seu referencial teórico-metodológico, considerando-o como característica primordial para diferenciar o exercício estritamente prático burocrático do Serviço Social em contraposição à uma prática mediatizada, reflexiva e, portanto, crítica.

No âmbito da discussão do processo de implantação curricular do curso de Serviço Social na UFAL, uma questão sobressaltava no seio do debate, esta fundamental para a efetivação da nova proposta de formação profissional que revelava-se no sentido de impulsionar a capacitação dos docentes e dos profissionais envolvidos no processo formativo dentro da academia, assim como, nos mais variados campos de estágio (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 1993, p. 2).

Torna-se cada vez mais clara a preocupação emitida pela categoria profissional, em nome da ABESS – enquanto entidade representativa da profissão -, em tornar o processo de implementação do novo currículo um processo construído por todos os sujeitos históricos e que compõem a profissão em todos os seus segmentos, quer sejam estes docentes, discentes ou profissionais, todos desempenharam nesse momento histórico papel primordial no repensar do referencial teórico-metodológico da profissão. Nesse sentido, Guedes e Secon (2015) contribuem ao confirmarem o salto qualitativo dado pela profissão na década de 1990, no que tange a discussão da natureza da profissão, sua intervenção e direção social – que rompe com os marcos formais/legais do conservadorismo que durante décadas marcou fortemente a profissão.

É importante relembrar os avanços no campo da produção literária no Serviço Social na década de 1990, para tanto, Iamamoto corrobora ao elencar na citação abaixo dados bastante relevantes no que diz respeito ao salto qualitativo dado pela profissão no campo do referencial teórico-metodológico.

O Serviço Social deu um salto de qualidade em sua autoqualificação na sociedade. Essa adquiriu visibilidade pública por meio do Novo Código de Ética do Assistente Social, das revisões da legislação profissional e das profundas alterações verificadas no ensino universitário na área. Mas houve, também, um adensamento do mercado editorial e da produção acadêmica. Parcela substancial do acervo bibliográfico e principais publicações do Serviço Social, hoje disponíveis, são resultantes das duas últimas décadas. Os assistentes sociais ingressaram nos anos 1990, como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida, como tal, pelas agências de fomento (IAMAMOTO, 2000, p. 51).

Brito, Ferreira e Miranda (2011, p. 6) endossam a presente reflexão ao ratificarem o fato de “as diretrizes, os valores, os princípios e a prática didático-pedagógica que balizam o ensino da profissão, materializados nos currículos das unidades de ensino são expressão desse movimento dialético em contextos históricos determinados”.

Algo que precisa ser considerado no contexto da década de 1990 é o que Fonseca (2016) destaca quando se refere ao contexto social e político desse momento.

Diferentemente do contexto social e político dos anos 1970/1980, que, conforme registra Paulo Netto (1996), foi marcado pela centralidade da tradição marxista, na agenda intelectual da profissão (centralidade que não significa ausência de perspectivas divergentes), a atual conjuntura, sob a hegemonia dos interesses das classes dominantes, aposta na direção contrária à ambiência democrática e estimula o crescimento de tendências conservadoras ou neoconservadoras, portadoras de valores, ideias e conhecimentos esvaziados de criticidade e de projeções que visem o rompimento com o existente, o dominante. Se, nas décadas passadas, foi possível avançar e fortalecer o pensamento crítico, com base no protagonismo dos trabalhadores, na contemporaneidade, são impostos limites consideráveis a esse avanço. Em seu lugar, tem-se o favorecimento ao recuo das posturas contestatórias e à retomada de tendências ideoculturais alinhadas ao conservadorismo (FONSECA, 2016, p. 199-200).

A descrição realizada por Fonseca nas linhas anteriores remete à algo ainda mais profundo no que diz respeito ao antagonismo existente na sociedade de classes, ou seja, além de apontar para a disputa entre os projetos profissionais, desvela a disputa de projetos de classe que acabam por manifestarem-se nos espaços acadêmicos e influenciar os percursos tomados pela universidade e a formação proposta por esta. Um exemplo claro, que marca a década de 1990, consiste na reforma universitária, esta que se alinha à ofensiva do capital na disputa antagônica de classe. Existe, portanto, um objetivo claro em tal postura, qual seja, consolidar “sua hegemonia através do controle econômico da instituição universitária, tornando-a mercadoria rentável, e através da questão cultural, *via* controle do conhecimento

produzido e socializado, no sentido de torná-lo funcional aos seus interesses” (FONSECA, 2016, p. 200).

### **3.4 O Serviço Social nos anos 2000 e a reestruturação da Universidade**

Não diferente da sequência estabelecida nos itens anteriores, para a análise e reflexão dos anos 2000 o presente item debruça-se sobre o contexto econômico e político do país, considerando em especial as modificações provocadas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e sequenciando-se com o governo Lula (PT). Elementos como a consolidação do neoliberalismo; a implementação da contrarreforma do Estado e suas nefastas consequências para o campo das políticas sociais – nesse caso, com olhar especial para a política de educação<sup>21</sup> -, são considerados para o fomento do debate.

Ao pautar cada elemento que fora importante para o contexto, cabe refletir como tais impactaram o Serviço Social e a constante construção de respostas na direção da renovação crítica, que não deixou de fora características de suma relevância tais como a revisão curricular nacionalmente. O contexto de Alagoas é objeto de análise no presente item, uma vez que mudanças significativas surgem para modificar os rumos da academia, em particular referindo-se ao processo de interiorização da Universidade pública e tudo o que veio junto desta como consequências positivas e negativas.

Chegado à marca dos anos 2000, faz-se relevante refletir acerca da implementação das Diretrizes Curriculares<sup>22</sup>, entretanto, seria impossível fazê-lo sem levar em consideração a conjuntura do ensino superior no Brasil, uma vez que o ensino superior se materializa sobre esta base material específica, que é a conjuntura capitalista em sua fase atual. As condições gestadas no contexto contemporâneo são responsáveis por darem o tom ao currículo aprovado em 1996 e a maneira como ele vem sendo implementado nas instituições de ensino superior (LEWGOY; MACIEL, 2016).

---

<sup>21</sup> É importante destacar que as alterações na sociedade capitalista surtiram significativos efeitos para o ensino superior. Tal destaque salienta a necessidade de problematização acerca das implicações desse contexto nas condições de efetivação da dimensão investigativa no espaço da Universidade. Nesse sentido, cabe sinalizar que a precarização do ensino superior impactou não somente o trabalho docente, mas sobretudo, a formação e construção do perfil dos egressos da graduação e – consequentemente - profissionais ingressos no mercado de trabalho. Nesse sentido, indaga-se para um momento posterior a seguinte reflexão: a conjuntura atual tem formado acadêmicos em Serviço Social apenas ou profissionais com competência intelectual e aptos à realizar pesquisa/investigação em harmonia com o projeto profissional atual defendido pela categoria da profissão?

<sup>22</sup> Vale salientar que a oficialização do documento Diretrizes Curriculares se deu mais precisamente no ano de 2001.

A contemporaneidade preparou para o Serviço Social um contexto repleto de desafios, uma vez inserido nesses novos tempos, o/a assistente social, precisa desenvolver a habilidade de desvelar a realidade e utilizar as reflexões necessárias neste processo para a construção de propostas de trabalho criativas e que sejam capazes de preservar aquilo que já foi conquistado enquanto direitos, bem como, a sua efetivação, partindo assim das demandas que emergem cotidianamente, ou seja, o contexto atual continua por exigir um profissional que não somente execute, mas que antes disso proponha (IAMAMOTO, 2000).

Os acontecimentos que marcaram a década de 1990 continuam a repercutir nos dias atuais, mais especificamente no que diz respeito à conjuntura do ensino superior.

[...] os anos 1990 no Brasil, marcado pela consolidação do neoliberalismo e implementação da contrarreforma do Estado, **acarretaram em implicações para as políticas sociais, dentre estas a política de educação, especialmente para o ensino superior**. Estas implicações continuam repercutindo na contemporaneidade (AGAPITO, 2016, p. 124, grifo nosso).

Ainda no sentido apontado pela autora supracitada, recorre-se à reflexão dos impactos da promulgação da LDB – em 1996 – e as orientações neoliberais acarretadas por estas. Tais direcionamentos favoreceram a expansão da iniciativa privada na oferta de cursos superiores. Nesse sentido, a autora acrescenta que,

São definidas diretrizes gerais para os cursos das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, estabelecendo um **patamar comum**, assegurando **flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino**. A regulamentação da LDB intensificou a reforma do ensino superior brasileiro, expressando a correlação entre Estado e sociedade civil num contexto de ajustes neoliberais em consonância com as orientações e acordos firmados com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (AGAPITO, 2016, p. 125, grifos nossos).

Outro fator destacado pela autora em relação às consequências advindas da aprovação da LDB é a questão da flexibilização das modalidades de ensino, através – principalmente – da abertura e veiculação dos programas de ensino a distância. O que de certa forma mais impacta é o fato de tais programas serem regulamentados – através do Decreto nº 2.494/1998 e pela Portaria nº 301/1998 do MEC – onde as instituições públicas e privadas de ensino (até mesmo as fundações sem fins lucrativos e/ou de direito privado) acabam sendo responsabilizadas pela oferta da educação a distância nas áreas de “educação, ciência,

tecnologia, arte e cultura, utilizando-se, para tanto, dos recursos humanos, materiais e tecnológicos” (AGAPITO, 2016, p. 128). E, o mais inaceitável é o fato de justificar-se essa expansão e diversificação do ensino superior afirmando-se que a demanda de matrículas no ensino superior acaba por ultrapassar a oferta de vagas disponibilizadas pelas IES públicas.

No que diz respeito aos fins do ensino superior a distância, Agapito (2016) não faz suspense em afirmar que o mesmo não passa de uma modalidade lucrativa para o setor privado, uma vez que apresenta um custo muito baixo para sua própria manutenção e conseqüentemente acaba por atrair um público consumidor que ao decorrer da história não possuiu a oportunidade de acessar o ensino superior, uma vez que este teve historicamente sua força de trabalho subsumida pelas determinantes do modo de produção capitalista e sua maneira peculiar de acumulação. O Serviço Social não ficou isento desse processo de inserção nos curso de graduação a distância, ao contrário, atualmente apresenta crescimento significativo e preocupante para a categoria e as entidades que a representam.

Esta conjuntura histórica de implantação das medidas neoliberais encontra a profissão, como já nos referimos anteriormente, com maior solidez. Entretanto, somos duramente atingidos no projeto de formação profissional, em face da precarização do ensino e da proliferação dos cursos a distância. No âmbito do exercício profissional, o desmonte das políticas públicas, o agravamento da questão social e a flexibilização dos direitos sociais atingem duramente a profissão e o profissional (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 738).

Em se tratando especificamente do curso de graduação a distância em Serviço Social, cabe salientar que o mesmo foi autorizado a funcionar desde 2004 e teve suas atividades iniciadas em efetivo a partir de 2006 (LEWGOY; MACIEL; REIDEL, 2013). O dado apresentado pelas autoras definiu em grande medida mudanças substanciais no perfil profissional que passou a ser formado nos anos 2000.

Retomando o contexto no qual o ensino superior brasileiro está inserido na contemporaneidade, cabe apreender o que a autora abaixo salienta.

O cenário atual do ensino superior brasileiro vem demonstrando a prevalência dos objetivos econômicos e políticos do grande capital em detrimento da autonomia e produção científica das universidades públicas. Destaca-se que esta produção científica é submetida a programas de avaliação que visam analisar quantitativamente o desempenho técnico das unidades acadêmicas, ou seja, não há preocupação com o aspecto qualitativo da atividade intelectual acadêmica (AGAPITO, 2016, p. 129).

O que a autora destaca na citação anterior em termos dos objetivos econômicos materializados no campo do ensino superior aponta nitidamente para a lógica estampada no mercado, ou seja, esta lógica preocupante que assola o contexto societário está atingindo o seu ápice de acumulação do capital, uma vez que tem concentrado grandes capitais em monopólios na oferta de ensino superior em instituições privadas.

Em 2003, durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi apresentado o projeto de reforma universitária, que provocou as discussões iniciais acerca das reformas que viriam a ser processadas, independentemente da aprovação de tal projeto, mediante outras regulações, as quais, por fim, culminaram com o que alguns autores denominam de uma “reforma aos pedaços”. Essas reformas vêm rebatendo de forma incisiva na ampliação dos cursos de Serviço Social, na expansão desenfreada do ensino a distância e no crescimento do contingente profissional. Nesse mesmo período, a área participou da 1ª edição do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que se constitui hoje em parte da política de avaliação adotada pelo MEC para os cursos de graduação. É importante referir que este exame foi alvo de inúmeros debates e reflexões da área acerca da sua adequação como instrumento avaliativo da qualidade do ensino, bem como da efetiva contribuição de tal instrumento para a melhoria da qualidade dos cursos (LEWGOY; MACIEL, 2016, p. 27).

Aos impactos advindos da reforma universitária que se seguiu nos anos 2000, Barros (2015) acrescenta que o estímulo à expansão pela iniciativa privada acabou por provocar o desvencilhamento da ideia de universidade embasada na articulação entre os pilares ensino/pesquisa/extensão. Tal realidade corroborou para a disseminação de cursos e instituições privadas que abre portas cotidianamente sem o mínimo de qualidade em seus padrões de ensino.

[...] para conter os efeitos do esgotamento da expansão no Ensino Superior privado, o governo Lula [N.E.: Luiz Inácio Lula da Silva, 35º. Presidente da República Federativa do Brasil, período de 01 de janeiro de 2003 a 01 de janeiro de 2011], voltou suas ações para a sustentação financeira dos estabelecimentos existentes. Os principais mecanismos utilizados foram o ProUni e o Fies. E nas universidades federais, o Reuni, se propunha criar mais condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior. Outras medidas como o aumento da oferta de cursos superiores a distância e a política de cotas também contribuíram para reverter os índices baixíssimos de inclusão neste nível de ensino (BARROS, 2015, p. 370).

O que pareceu, naquele momento, ser uma medida resolutiva da questão da educação no país, somente serviu de agravamento para o contexto no que diz respeito ao aprofundamento da precarização do ensino superior público e gratuito. Essa análise pode ser

feita de um âmbito mais geral, mas no presente estudo o olhar está voltado mais precisamente para o que acontece com o Serviço Social nesse momento histórico.

Não temos dúvida de que a formação em Serviço Social no nosso país teve alterações substantivas na última década. Sobre isso, ousamos afirmar que tais alterações são “inéditas” se compararmos sua trajetória histórica desde a criação do primeiro curso na década de 30 do século passado. De um lado, a particularidade do período de 2000 a 2010 deve-se às influências da própria política de educação superior vigente no país e, absolutamente, alinhada com as políticas internacionais. De outro lado, ao crescimento acelerado de cursos, especialmente privados, que alterou a geografia da formação, impondo movimentos da categoria profissional para a garantia da qualidade do seu projeto de formação (ABESS, 1996). A síntese desses elementos permite-nos afirmar que a conformação atual da formação em Serviço Social complexificou-se enormemente (LEWGOY; MACIEL; REIDEL, 2013, p. 93-94).

As alterações as quais as autoras referem-se no trecho acima não ocorreram especificamente apenas nos cursos de Serviço Social espalhados pelo Brasil, mas são fruto da dinâmica societária e demandas do capitalismo para os anos 2000 e abarca o campo do ensino superior como um todo. Acerca das mudanças estruturais no ensino superior, destacam-se os elementos citados abaixo.

Os anos 2000 marcam o período de implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), adotando uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público através do aumento da oferta de vagas e criação de programas sociais que possibilitam a permanência dos discentes no ensino superior. Após a implantação desse programa, inicia-se um processo de expansão da estrutura física, acadêmica, pedagógica e institucionalização da pesquisa e pós-graduação *stricto sensu* na rede federal de educação superior. No entanto, as ações executadas não correspondem à realidade das universidades que convivem com recursos limitados para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e extensão; ausência de concursos públicos para ampliação do quadro docente; contratação temporária de profissionais para o exercício da docência (professor substituto); os professores e técnicos administrativos são mal remunerados; estrutura física/equipamentos precários; quantidades de bolsas insuficientes para a pós-graduação *stricto sensu*, sobretudo nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, entre outras (AGAPITO, 2016, p. 132, grifos da autora).

Paralelamente ao que estava ocorrendo no sentido acima demonstrado, através da implantação do REUNI, durante o segundo mandato do governo Lula (a partir de 2007) nota-se que novas configurações da expansão e mercantilização do ensino superior passa a ocorrer, através das estratégias puramente capitalistas, quais sejam:

Criação de redes de empresas por meio da compra e fusão de IES privadas do país (grandes empresas nacionais e internacionais) e abertura de capitais nas bolsas de valores, favorecendo, assim, a formação de oligopólios (CHAVES, 2010). No tocante a esse processo de fusão e formação de oligopólios, as grandes empresas educacionais que monopolizam a oferta do ensino superior são: Anhanguera Educacional S.A (sede em São Paulo); Estácio Participações (sede no Rio de Janeiro); Kroton Educacional (sede em Minas Gerais) e o Sistema COC de Educação e Comunicação-SEB S.A (com sede em São Paulo). O capital destas empresas educacionais provém de grupos estrangeiros e de bancos de investimento norte-americanos (Ibid., p. 133).

As estratégias apontadas acima demonstram claramente o teor e característica que vem tomando conta do campo da educação – mais precisamente no texto trata-se do ensino superior – na contemporaneidade. A educação tem se manifestado cada vez mais mercadológica em resposta às necessidades de manutenção da ordem vigente. Não sem resistência por parte dos que a compõem, entretanto, tomados pela onda neoliberal acabam por ficarem imobilizados mediante determinadas situações.

No tocante ao Serviço Social, pode-se sinalizar o que ocorre em relação às diretrizes curriculares da área nesse contexto de mercantilização da educação. Alguns retrocessos impactaram fortemente formação em Serviço Social, não somente no que tange à educação a distância, mas, em especial aos arranjos realizados pelo Ministério da Educação com a finalidade de contemplar as instituições que estariam ofertando o curso de Serviço Social mais a frente.

Em 2002, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares da área de Serviço Social pelo MEC (Resolução 15/2002). Nessa conjuntura, é indispensável historiar que a disputa pelo projeto de formação profissional foi intensa entre a ABESS (hoje ABEPSS), que liderava a articulação e a construção coletiva da proposta das diretrizes no MEC. Esse Ministério, porém, suprimiu partes fundamentais do texto encaminhado pela comissão de especialistas, esvaziando as funções dessa comissão, bem como buscando uma padronização das diretrizes, impondo um projeto formativo distinto do previsto pela categoria. Descaracterizou, assim, a proposta de formação crítica e direção social da formação (LEWGOY; MACIEL; REIDEL, 2013, p. 96).

A esta altura, cabe problematizar o perfil de formação profissional pretendido para os anos 2000, em especial após essa onda de mudanças ocorridas desde o início do segundo milênio. Tal problematização se encaixa no que toca ao contexto de implementação da política educacional, por sua vez alinhada à cultura mercadológica da qual os trechos

anteriores vêm retratando. As autoras supramencionadas destacam uma modificação fruto dessas alterações curriculares que foi a questão da redução da carga horária mínima dos cursos de graduação, o que acarretou em prejuízos significativos para a formação do assistente social. De acordo com Bravo (2009), os impasses que envolviam a formação profissional se colocavam intrinsecamente relacionados com a mercantilização do ensino superior no país, acirrada mais precisamente no governo Fernando Henrique Cardoso e aprofunda-se no governo Lula.

Os dados e fatos históricos evidenciam o quanto a última década trouxe mudanças estruturais na política de educação superior no nosso país, as quais podem ser sintetizadas num movimento de contrarreforma do Estado, com uma tensa disputa pela noção de “público” e de “direito” no acesso a essa modalidade de ensino (Ibid., p. 101).

Essas mudanças e a ampliação da política privatista nada mais fez que ratificar a necessidade de mercado por um profissional de competência, ou seja, com formação pragmática, flexível, polivalente, que seja orientada no sentido de atender as exigências imediatistas, sobrepondo assim tal formação à formação de profissionais críticos, com capacidade teórica, bem como, compromisso ético-político (BRAVO, 2009).

Antes de iniciar a reflexão voltada expressamente para a Universidade Federal de Alagoas e, conseqüentemente, o Serviço Social inserido nesta, cabe pontuar dados que caracterizam o estado de Alagoas.

O estado de Alagoas, pertencente à região Nordeste, possui uma extensão territorial de 27.767.661 km<sup>2</sup> e uma população estimada pelo Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 3.120.922 habitantes. Do ponto de vista geográfico, limita-se ao norte com o estado de Pernambuco, a leste com o Oceano Atlântico, ao sul com o estado de Sergipe e a oeste com a Bahia. É constituído por 102 (cento e dois) municípios distribuídos em 3 (três) mesoregiões: leste alagoano, agreste alagoano e sertão alagoano (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2008, p. 13).

Os anos 2000 apontam para uma UFAL com uma perspectiva de formação profissional bastante problematizada por todos que compunham o processo formativo. O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social do Campus A. C. Simões, elaborado quase quinze anos após o marco de 1993 sinalizava uma proposta de formação que contasse com um profissional com competência para analisar, decifrar e atuar nas multifacetadas expressões da questão social, bem como, apto ao planejamento e avaliação das políticas, planos, programas

e projetos sociais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2007).

Outra característica pretendida para o perfil de profissional dos anos 2000 dizia respeito ao caráter generalista, de competência teórica, metodológica e política que tenha como referência o conhecimento nas Ciências Sociais e, sobretudo, embasado na teoria social de Marx, profissional capaz de analisar criticamente e propositivamente nos mais variados espaços sócio-ocupacionais nos quais possa estar inserido. Cabendo a este profissional o perfil de responder às demandas sócio-históricas dos usuários que lhes chegam através dos serviços sociais, prezando pelo respeito e comprometimento com os valores e princípios que preconizam o Código de Ética Profissional (Ibidem).

Em 2006, a Universidade Federal de Alagoas reorganiza-se institucionalmente a partir das Diretrizes do Ministério da Educação – MEC, aprovando um novo Estatuto e Regimento Interno, cujos cursos de graduação, nessa lógica, compõem as novas Unidades Acadêmicas (Faculdades, Escolas e Institutos). Nessa organização institucional, o Departamento de Serviço Social altera-se e transforma-se em Faculdade de Serviço Social, aglutinando os Cursos de Graduação e de Pós- Graduação (*Lato Sensu e Stricto Sensu*) em Serviço Social (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2007, p.6, grifos do autor).

A formação em Serviço Social no Brasil apresenta uma maneira bastante peculiar de responder às necessidades históricas. A formação da qual tem sido tratada na presente pesquisa diz respeito a uma formação acadêmica em dimensão teórica, metodológica, política e que está no bojo de uma determinada realidade social. Essa conjuntura é marcada por uma dinâmica complexa na disputa de projetos societários, lutas de classes na sociedade vigente, fazendo refletir, assim, o debate que se manifesta no seio da profissão, debate este na direção teórico-política que a profissão tem fomentado historicamente (Ibidem).

É de extrema importância salientar o envolvimento dos diversos setores de estudo do Departamento de Serviço Social na UFAL no que toca à discussão para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social revisado. Tais setores estavam incumbidos de discutir as matérias contidas nas Diretrizes Curriculares e elaborarem proposta para cada setor para a grade curricular que se pretendia no exato momento histórico. Nesse sentido, cabe considerar as reflexões abaixo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2007).

A dinâmica para a **elaboração do novo projeto pedagógico para o Curso de Serviço Social da UFAL realiza-se determinada pelas necessidades locais, pelas exigências da realidade atual e pela reflexão sobre os conteúdos presentes nas Diretrizes Curriculares.** Os conteúdos das novas Diretrizes Curriculares instigam às reflexões de natureza teórico-metodológica, que se caracterizam por uma nova qualidade no interior do debate profissional. A partir delas surgem também produções teóricas e debates públicos em termos de refletir sobre as suas consequências práticas no plano da formação profissional. A nova qualidade contida na lógica curricular impulsiona para a reflexão sobre os fundamentos da vida social e do próprio Serviço Social como profissão, incorporando novos conceitos e exigindo novos aprofundamentos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2007, p. 16, grifos nossos).

A realidade alagoana demonstrava a real necessidade de um profissional com características específicas para responder às demandas que se constituíam no seio social, tendo em vista as modificações ocorridas na própria gestão da força de trabalho e das políticas sociais, estas resultadas das transformações sofridas pela sociedade. Tudo o que se colocava como novo exigia um redimensionamento na profissão, no perfil de profissional formado.

Deste modo, **as tendências do mercado de trabalho, no estado de Alagoas, impõem desafios à formação profissional que exigirá, continuamente, a análise das demandas sociais, institucionais e do perfil do assistente social na realidade.** Segundo dados investigados pelo grupo de pesquisa Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais do Departamento de Serviço Social da UFAL e pelo Conselho Regional de Assistentes Sociais – CRESS/AL, concentra-se no setor público o maior empregador de assistentes sociais 58%, seguindo do setor privado com 19,85% e do terceiro setor com 16,80%. Nas instituições de natureza pública, a área de atuação profissional de maior incidência é na saúde (69,02%) em segundo lugar a assistência social 46,15%. Nas instituições privadas, a área de recursos humanos corresponde a 48,8% de assistentes sociais contratados. Esses dados, sinteticamente apresentados, confirmam as tendências das pesquisas sobre o mercado de trabalho, realizadas pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFESS de que o maior empregador de assistentes sociais, no Brasil, ainda é o setor público (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2007, p. 17, grifos nossos).

Mediante o cenário apresentado no sentido de elaborar um novo Projeto Pedagógico para o Curso de Serviço Social na UFAL, fica evidente o desafio que se levanta para o curso e para a Universidade como um todo, este diz respeito à necessidade de um trabalho sério e comprometido que assegure a indissociabilidade entre o tripé ensino-pesquisa-extensão, tripé este que está preconizado na Constituição Federal de 1988. Uma vez que a Universidade Federal de Alagoas desempenha uma função social que fica muito clara na citação abaixo.

Nos seus mais de 50 (cinquenta) anos de existência, a UFAL atua no sentido de formar profissionais (bacharéis e/ou licenciados) em diferentes áreas e campos do conhecimento, em diferentes níveis e modalidades, qualificados para alavancar o necessário desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e sócioeconômico de Alagoas, do Nordeste e do Brasil (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018, p. 10).

Todos os estados nacionais passaram pelas mudanças iniciadas nos anos 2000 e foram impactados, Alagoas não foi exceção no processo, também acompanhou o fluxo da mudança e recebeu os impactos positivos e negativos da mesma. Como já salientado anteriormente, o ano de 2007 marcou a criação do REUNI, o que possibilitou a ampliação das IFES, construção de novas instituições físicas mesmo, bem como, a abertura de novos cursos, incluindo entre eles o curso de Serviço Social (LEWGOY; MACIEL; REIDEL, 2013). Como exemplo da criação de um novo curso de Serviço Social em Alagoas tem-se o caso de Palmeira dos Índios, que juntamente ao curso de Psicologia compôs a interiorização da Universidade Federal de Alagoas, no Campus Arapiraca.

Mediante tal realidade, mesmo com a interiorização da Universidade Pública em todo o Brasil, dados de 2012 ainda apontavam que a formação em Serviço Social era predominantemente privada (75%), a distância (52%), entretanto, ainda naquele ano com egressos majoritariamente de cursos presenciais (46%). Talvez a atualização de tais dados causaria ainda maior espanto se realizada no ano corrente, mesmo empiricamente percebe-se que a realidade não aparenta ter sido invertida, ao contrário, o que dá a entender é que a mesma segue numa escala crescente de tais índices, ou mesmo decrescente no quesito egressos majoritariamente de cursos presenciais.

Cabe problematizar a dimensão investigativa na formação profissional em Serviço Social a partir de duas vias institucionais: a Universidade e a Faculdade, haja vista que a primeira conta com a obrigatoriedade da pesquisa em seus currículos – não que esteja escrito formalmente em algum documento, mas, constitui um dos três pilares (ensino, pesquisa e extensão) da educação universitária -; já segunda, uma vez que é faculdade, não apresenta esse critério para existir enquanto centro de formação superior. Entretanto, ambas estão aptas a formar assistentes sociais e, seguindo uma inferência lógica simples, a probabilidade de estarem formando perfis distintos de profissionais para o mercado é real e crescente, especialmente quando resgatado o dado do aumento significativo dos profissionais formados pelo ensino a distância.

Retomando a realidade do REUNI, faz-se agora um recorte à nível de Alagoas para então analisar os impactos trazidos desse momento até os dias atuais para os projetos de

formação profissional que convivem num mesmo estado, desde aqueles bem envolvidos com a lógica mercantilista da educação no modo de produção capitalista àqueles que remam contra a maré neoliberal, como tem sido o caso ainda dos projetos implementados nas instituições presenciais, em especial as públicas.

Sobre a interiorização e a sua relevância em contexto alagoano, pode-se considerar as palavras abaixo extraídas do Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Alagoas, que carrega em seu subtítulo uma frase pertinente, no entanto, um pouco perigosa que é “uma expansão necessária”, pois, ao analisar as consequências a médio/longo prazo da interiorização passa-se a questionar a quais demandas e a quem exatamente tal necessidade estaria respondendo.

Importante considerar na análise do contexto de interiorização os determinantes históricos, principalmente no que diz respeito à estrutura econômica do estado de Alagoas para os anos 2000, uma vez que não diferenciava-se em muito daquela referente aos anos 1990, com exceção do setor agrícola que pelo fato de recuar a produção sucroalcooleira em território alagoano trouxe impacto significativo na produção que veio após a segunda metade da década de 1990, entretanto, a estagnação relativa do seio econômico no estado em fins da década de 1990 e início dos anos 2000 acabou por não possibilitar consideráveis mudanças na estrutura econômica até aproximadamente o ano de 2009 (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS, 2014).

Acerca desse processo de interiorização cabe compreender a visão da Universidade em relação a isso.

É certo que os novos paradigmas impostos pelas incertezas, rupturas e dinâmicas conjunturais, tanto quanto o ambiente de fortes limitações econômicas, sociais e políticas, vêm exigir novos padrões institucionais e, particularmente, educacionais, em seus vários níveis, desde a pré-escola, até o pós-doutorado. No plano universitário, parecem exigir novos procedimentos, entre os quais:

- Recomposição do pensamento e da prática participativa, viva, tanto no plano interno quanto externo, permitindo a construção coletiva e democrática de seu novo papel e o fortalecimento da instituição junto à sociedade, enquanto importante agente de seu desenvolvimento.
- **Projeto acadêmico-administrativo inovador, flexível** e apropriado que permita acompanhar a fronteira do conhecimento, considerar a pluralidade dos saberes e a inter (trans?) disciplinaridade, mas também e, sobretudo, a inclusão social através da formação cidadã e de competência e das respostas curriculares e gestórias referentes aos novos desafios e exigências quanto à qualidade, inovação, conhecimento compartilhado e ação em escala real. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2005, p. 2-3, grifo nosso).

O fato de a interiorização da Universidade ocorrer no estado de Alagoas não permite concluir que a mesma aconteceria de toda forma, somente pelo fato de esta ser uma tendência nacional. Na verdade, o processo de interiorização representou desafios não somente para a Universidade em si e para o curso de Serviço Social – pensando numa escala menor -, mas, sobretudo, apresentou impactos e desafios postos ao próprio estado de Alagoas mediante sua condição frente aos índices concretos tabulados por organismos que despendem energia em pesquisá-los. Para tanto, o texto que trata do processo de interiorização diz o seguinte.

A UFAL enquanto instituição federal, encontra-se diante de um desafio particular: exercer plenamente a sua importância estadual – tornar-se efetivamente “de Alagoas” – e definir sua missão social, exprimindo-se enquanto importante agente de desenvolvimento, em seu contexto periférico, de grandes limitações e precariedades, de grandes contrastes e contradições. Este desafio é evidenciado por indicadores sociais e econômicos desfavoráveis que fazem de Alagoas o Estado com menor desenvolvimento social (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2005, p. 4).

O processo de interiorização da UFAL representou ganhos significativos para o estado de Alagoas não por acaso, uma vez que esta apresenta-se como uma das maiores instituições federais do estado de Alagoas. Para se constituir necessária realmente a interiorização e legitimá-la, há que se considerar a justificativa apontada no Projeto de Interiorização da UFAL. Ao referir-se aos espaços físicos da Universidade, a citação abaixo salienta.

Ainda se encontra espacialmente restrita aos Centros e Unidades Acadêmicas situados nos municípios de Maceió, Rio Largo e Viçosa. Tal concentração espacial tem significado a restrição, por um lado, de seu papel enquanto um dos mais importantes instrumentos de desenvolvimento local e estadual; e por outro, a restrição do acesso ao ensino superior de uma parcela significativa de estudantes pobres e interioranos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2005, p. 4).

Fica evidente, tomando por base o elemento *restrição* apontado na citação acima, que a interiorização estava ali para atender a uma demanda real caracterizada pelo elevado índice de estudantes que saíam do ensino médio, sem perspectiva de acesso aos cursos de ensino superior na UFAL, uma vez que se encontravam na parcela pobre da sociedade e com baixa ou nenhuma capacidade de deslocar-se ou residir em Maceió. Ao mesmo tempo em que a UFAL precisava confirmar o seu papel enquanto instrumento de desenvolvimento estadual e regional (Ibidem).

À época, a cidade de Palmeira dos Índios (onde localiza-se desde então o curso de

Serviço Social e Psicologia) dispunha de duas instituições de ensino superior públicas e duas de natureza privada, quais sejam: Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/AL) – atualmente Instituto Federal de Alagoas (IFAL); Fundação Universidade Estadual de Alagoas (FUNESA) – atualmente Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC) e a Faculdade São Tomás de Aquino (FACESTA). Atualmente o município conta com outras faculdades de caráter ainda mais flexível, com oferta de cursos superiores em modalidades variadas, à exemplo os cursos de extensão universitária<sup>23</sup>.

Ao retomar o perfil de formação pretendido para o curso de Serviço Social implantado no contexto de interiorização, vem à tona a preocupação e necessidade de problematizar até que ponto tal perfil tem conseguido se estabelecer através dos egressos do curso de Serviço Social ao considerar as lutas travadas cotidianamente pela categoria profissional a fim de manter assegurados os princípios norteadores da formação e prática profissional estabelecidos pela mesma nas Diretrizes Curriculares construídas pela própria, mesmo que alteradas pelo Ministério da Educação. O projeto de interiorização preconiza o seguinte perfil de formação para os/as assistentes sociais:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2005, p. 25).

Ao pensar e problematizar o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social em Palmeira dos Índios, importa salientar que em um primeiro momento foram seguidas as exigências que integravam um projeto mais global, ou seja, os requisitos apontados pelo Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Alagoas – esta, participante do Programa de Expansão da Educação Superior Pública do MEC (2004-2006) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2008). Para mais detalhes de como se constitui o Projeto de

---

<sup>23</sup> Não entraremos na discussão acerca da problemática da expansão dos cursos de extensão universitária que têm caracterizado a cena contemporânea do ensino superior, mas, importa registrar a mesma uma vez que o próprio curso de Serviço Social acaba sofrendo consequências significativas no que diz respeito a implementação do mesmo nessa modalidade precarizada de ensino.

Interiorização, vale observar o fragmento abaixo.

Trata-se do processo de implantação de uma proposta acadêmico-pedagógica de configuração inovadora, de um modelo experimental que objetiva, segundo enunciado por seus idealizadores, promover mudanças em relação ao padrão tradicional de ensino superior em termos de estrutura, flexibilidade curricular, gestão, mobilidade discente-docente. É inaugurado, então um conceito de estruturação modular, nivelada, com a definição de *troncos de conhecimento*, na construção dos projetos pedagógicos dos 16 (dezesesseis) cursos criados, os quais se agrupam em *eixos temáticos*, conforme classes de cursos que guardam entre si identidades, atividades e formações disciplinares comuns (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2008, p. 5).

Ainda alinhado ao trecho supracitado, a ideia de troncos se materializou – até o ano de 2018 - para o curso de Serviço Social em Palmeira dos Índios, o eixo no qual o curso está inserido é o Eixo das Humanidades, juntamente com o curso de Psicologia. A deliberação por implantar os cursos de Serviço Social e Psicologia na cidade de Palmeira dos Índios não se deu aleatoriamente, esta contou com uma pesquisa junto aos segmentos sociais que, por sua vez, interessavam-se na interiorização da Universidade. Tal pesquisa deu-se através de amostragem, representativa em doze dos trinta e sete municípios que circundam Arapiraca. Nessa pesquisa, buscou-se identificar os desejos e vocações do local, por meio de entrevistas diretas (aplicação de questionário) apontando a lista de cursos existentes na UFAL, bem como sugestão para novos cursos e as demandas locais. O público alvo das entrevistas foi o de alunos concluintes do ensino médio – matriculados nas escolas públicas e privadas dos municípios – e os representantes do poder público municipal, bem como, do magistério da rede estadual e municipal. Além destes, os representantes do ramo empresarial do comércio, serviços, indústrias e da sociedade civil em geral, foram contemplados (Ibidem).

Já o projeto pedagógico do curso de Graduação em Serviço Social para a Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, pertencente ao Campus Arapiraca, apresenta um perfil de formação profissional que desperta ainda mais a intriga em questionar até que ponto se tem conseguido alcançar com êxito tais objetivos. Obviamente que tais objetivos de perfil profissional, inegavelmente, ainda são melhor alcançados na instância das Universidades Públicas e algumas presenciais do que nos âmbitos de formação com a modalidade ainda mais precarizada. Cabe observar abaixo o perfil preconizado pelo Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da UFAL – Campus Arapiraca/Pólo Palmeira dos Índios.

Profissional com formação intelectual e cultural generalista crítica, referenciada no conhecimento das ciências sociais e da teoria social de Marx, habilitado teórica, metodológica e politicamente para atuar nas múltiplas expressões da questão social, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho, e competência para analisar, decifrar e responder as demandas sócio-históricas dos usuários dos serviços sociais. Profissional comprometido com o projeto ético-político profissional balizado pelos valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social, pelas atribuições particulares e privativas do(a) assistente social, conforme regulamenta a Lei no 8.662 de 7 de junho de 1993, assim como pelas orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2007, p. 3).

Um ano após a criação do Curso de Serviço Social na Unidade Educacional da UFAL em Palmeira dos Índios, foi possível fazer um primeiro momento de revisão curricular, uma vez que já foi aqui salientado que no ano anterior o Projeto Pedagógico para o curso seguiu um direcionamento mais global. Entretanto, ainda por ser um curso muito jovem, o processo de revisão deu-se de forma tímida e simples, mais precisamente no mês de setembro de 2007 (ocasião em que completava-se um ano da existência do curso). Nesse sentido, somente em novembro de 2008 apresentou-se a versão do Projeto Pedagógico do Curso, onde foram acrescentadas retificações, críticas, novas ideias e sugestões que puderam ser construídas ao longo de três meses de muito estudo, reflexão e debate no seio do Colegiado (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2008).

Como referência e subsídio para análise geral, foram consultados o Parecer CNE/CES nº 492/2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, como também o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFAL/Campus A. C. Simões (Maceió), em vigor desde março de 2007 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2008, p. 6).

Após dez anos de revisão do Projeto Pedagógico do Curso que implementa o Curso de Serviço Social na Unidade de Palmeira dos Índios, a dinâmica da realidade demanda um novo momento e posicionamento, com mudanças conjunturais que possibilitam um novo repensar, não somente das diretrizes curriculares do curso em questão, mas refere-se a um novo momento vivenciado pela própria Universidade, mais precisamente dos Campus e Unidades de Ensino frutos da interiorização. Um dos dados importantes que implicam na entrada de discentes para o curso de Serviço Social altera-se mediante a realidade presente, pois, inicialmente eram ofertadas 40 vagas anuais, entretanto, atualmente – desde 2008.1, através

de acordo REUNI – a oferta expandiu-se para 50 vagas anuais. Acerca da necessidade despontada pela realidade, cabe pontuar os dados abaixo.

A presente versão do PPC de Serviço Social ofertado pela Unidade Educacional de Palmeira dos Índios é parte dessa experiência e resulta da revisão curricular requisitada pelas demandas postas à formação profissional na conjuntura que se descortina. Após o primeiro decênio de existência do Curso, tal revisão foi protagonizada pelo seu Núcleo de Docente Estruturante (NDE) no ano de 2017, em seus vários encontros e reuniões, preservando conteúdos críticos do Projeto até então em voga, mas também incorporando complementações e sugestões inéditas propostas pelo seu Colegiado e pelos docentes que efetivamente integram o Curso. O intuito é (re)afirmar a formação profissional crítica, propositiva e socialmente referenciada, levando sempre em consideração as particularidades da região em que estamos inseridos, as orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), as prescrições do MEC e as normativas da UFAL (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018, p. 12).

O novo currículo para o curso de Serviço Social na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios já apresenta a retirada do chamado *tronco inicial* a partir da entrada 2018.1, fazendo com que os dois currículos convivam até que as turmas anteriores concluam o curso.

Os desafios impostos pelo contexto até o presente momento explanado colocam a realidade em contraposição ao que a categoria profissional se empenha historicamente em defender e manter enquanto ideário de formação profissional. O que o projeto pedagógico do curso de graduação em Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios pretende não se constitui incoerente com a direção teórico-metodológica assumida nas últimas décadas pela profissão, entretanto, choca-se diretamente com o cenário da educação superior em nível nacional no presente momento histórico. Tal choque dá-se pelo fato de vivenciar-se tempos difíceis, de acirradas ofensivas neoliberais e estruturadas artimanhas e estratégias do capital para explorar o lucro continuamente do campo da educação, uma vez que esta caiu – assim como as demais políticas sociais – na *rede* mercadológica.

Importante salientar uma análise ocorrida no ano de 2009 – quando se completava trinta anos do III CBAS – no que toca a consolidação do Serviço Social brasileiro e a consolidação de sua *práxis* no campo da elaboração teórico-intelectual que muito significa para a categoria profissional. Esta dimensão da produção teórica respaldada na tradição marxista clássica, tendo suas raízes fincadas na universidade, contando assim com o crescimento da pesquisa – pós-graduação – e sua interlocução com as diversas áreas do conhecimento (ABRAMIDES; CABRAL, 2009). As autoras acrescentam que a profissão,

Aprofunda suas bases ético-políticas, que deságuam na década de 1990 na construção do projeto ético-político da profissão de ruptura com o conservadorismo e tem no **Código de Ética, nas Diretrizes Curriculares e na nova Lei de Regulamentação da Profissão**, seus instrumentos constitutivos, referência para a formação e o exercício profissional (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 737, grifos nossos).

Os destaques realizados na citação acima conferem ratificação ao projeto de formação profissional pretendido pela categoria, ou seja, uma formação pensada pelo coletivo, uma vez que este mesmo coletivo constrói historicamente seu projeto ético-político e os instrumentos supramencionados.

No que diz respeito ao debate que envolve a questão da dimensão investigativa e a produção do conhecimento na esfera do Serviço Social, bem como, a própria literatura que vem sendo produzida acerca da formação profissional – tendo a formação como objeto de pesquisa - Lewgoy, Maciel e Reidel fazem uma constatação interessante sobre o acréscimo e decréscimo nas produções que discutem a temática da formação profissional do início dos anos 2000 ao ano de 2010. Cabe salientar, portanto, que este movimento de queda e aumento na produção que envolve a formação como objeto de pesquisa não se deu ao acaso e é, portanto, reflexo da preocupação que se instala de 2010 para cá acerca do que se refere ao perfil preconizado pelas IES ofertantes do curso de graduação em Serviço Social.

[...] há um **crescimento da produção do conhecimento sobre a formação**, acompanhando o **movimento da produção em Serviço Social em geral**. Em 2006, a produção sobre formação reduziu, mas, no último ENPES (2010), houve um aumento significativo. O tema da formação também perpassou vários eixos, tendo maior concentração de trabalhos no eixo que vincula formação, Serviço Social, fundamentos, trabalho e ou exercício profissional, cujos dados confirmam o caminho e a relevância deste estudo (2013, p. 106).

Os dados trazidos pela citação acima servem não somente para constatar empiricamente o que a categoria tem produzido em maior ou menor quantidade, estes não estão colocados apenas no sentido de quantificar a produção, mas, sobretudo, apontam para uma realidade por vezes camuflada pelas contradições constantes no seio social. Estes devem servir de gatilho para a preocupação que se instala no seio da categoria ao problematizar o perfil de profissional que tem sido formado para o mercado de trabalho.

A discussão sobre a *produção do conhecimento* no âmbito do Serviço Social mereceu atenção nas três décadas, embora com significativo declínio na década 2000-09. Esse aspecto revela a convicção dos assistentes sociais sobre a produção do conhecimento enquanto atribuição relevante para o Serviço Social, além da atribuição mais destacada no campo da intervenção social (SILVA, 2009, p. 616, grifos da autora).

Ao passo que o objeto de análise e reflexão posto até o presente momento demonstra a relevância que a dimensão investigativa possui historicamente para a formação em Serviço Social, também sinaliza que o declínio nas produções literárias acerca do debate da produção de conhecimento é um dado significativo. Destarte, a realidade ultrapassa o caráter demonstrativo e convoca os pesquisadores, as organizações que formam a categoria profissional, as Unidades de Formação, docentes e discentes, bem como, os/as profissionais a unirem seus esforços em tornar o objeto do presente estudo componente dos debates, dando assim visibilidade e retomando a instiga em não somente discutir acerca mas, sobretudo, produzir literatura que endosse a importância da dimensão investigativa da formação à prática profissional do/a assistente social.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da presente análise permitiu compreender a dimensão investigativa no processo formativo do/a assistente social em Alagoas sob a ótica histórico-crítica, tendo como mediação para o trajeto traçado, a universalidade da formação profissional (em nível de Brasil) e as particularidades da mesma (para a região do recorte do estudo). Para tanto, foi importante para reflexão e exposição norteá-la considerando o contexto social, político e econômico exposto nacionalmente, assim como, as particularidades alagoanas no sentido de compreender o processo de criação e consolidação dos cursos de Serviço Social no estado.

A dinamicidade dos movimentos da profissão desde seus autoquestionamentos, provenientes das demandas da realidade e do modo de produção vigente, corroboraram para o debate teórico-metodológico que historicamente colocou-se de maneira enfática em cada período histórico. No caso da busca pela superação das bases tradicionais, o debate seguiu-se no sentido de assumir novos posicionamentos e refuncionalizar o perfil profissional do/a assistente social em resposta às necessidades que a dinâmica social apresentava para o profissional dito pronto para o mercado.

Foi imprescindível compreender a contribuição da dimensão investigativa na formação profissional e a relação que se estabelece entre esta e a construção do perfil profissional do/a assistente social no processo formativo, a partir das indagações e problematizações ao passo que os estudos aprofundaram-se e foi possível identificar diferentes direções e concepções de pesquisa que permearam o ensino superior e a formação em Serviço Social no Brasil e em Alagoas no decorrer das décadas de 1970, 1980, 1990 e os anos 2000.

Foi possível perceber como cada momento histórico refuncionalizou a prática profissional, a partir das demandas do capitalismo para a profissão. A readaptação da profissão buscou sintonizar a formação e os métodos utilizados no exercício prático às necessidades provenientes da classe que domina e do próprio Estado.

Compreender a dimensão investigativa e a produção de conhecimento nas Ciências Sociais em um primeiro momento foi de suma importância para que a realidade no campo da formação profissional em Serviço Social fosse desvelada. O debate se fez relevante para contemplar o problema de pesquisa, bem como, compreender a contribuição da dimensão investigativa na formação profissional do/a assistente social. Com as aproximações históricas realizadas no processo de estudo, notou-se que as concepções de dimensão investigativa fizeram parte do âmbito da formação superior em Serviço Social e impactaram cada momento histórico à sua maneira.

A história das Ciências Sociais e da apropriação do Serviço Social deste campo do conhecimento demonstra o processo não linear percorrido pela profissão ao aproximar-se em um primeiro momento de fontes e matrizes teóricas que inicialmente apresentavam caráter conservador e somente após décadas de amadurecimento da categoria profissional é que se assume uma matriz teórica de teor histórico-crítico como referencial teórico-metodológico para a formação e prática dos/as profissionais. A história também demonstrou as mediações utilizadas pela formação profissional no sentido de compreender o movimento da sociedade, dispondo de instrumentos que pudessem responder às necessidades objetivas e exigências do modo de produção capitalista.

Dados os elementos conjunturais e compreendida a natureza contraditória da sociedade, as transformações pelas quais a mesma passou historicamente e em especial os marcos das décadas de 1970, 1980, 1990 e anos 2000 expressaram o projeto restaurador da ordem capitalista no qual embasou-se em três suportes: flexibilização do campo da produção – o que inclui as relações de trabalho -; a desregulamentação das relações na área do comércio e dos circuitos financeiros; assim como, a onda de privatização de tudo o que é público. Tudo isso no cenário maior que se denomina neoliberalismo.

No decorrer das investigações percebeu-se que a realidade da década de 1970, em especial, apontava para um cenário de ampliação dos espaços de produção de conhecimento e que possibilitava também a diversificação das temáticas a serem estudadas, refletidas, problematizadas e socializadas, e entre estas estava a própria produção de conhecimento como objeto de debate.

A trajetória histórica do Serviço Social atestou para o esforço que a categoria fez em aproximar-se das Ciências Sociais como forma de repensar o seu direcionamento teórico-metodológico, afastando-se da influência da doutrina social da Igreja e com intuito de legitimar sua prática no campo da institucionalização da profissão.

Polêmicas e inquietações se colocaram no seio da formação profissional em Serviço Social no que tocava ao tradicionalismo e serviram de fomento para o processo de revisão da profissão em diferentes âmbitos.

A proposta curricular de 1982 que trouxe a disciplina de pesquisa incluída como matéria básica, garantiu sua inserção no âmbito da graduação. A década de 1990, por sua vez, trouxe novos desafios e um deles diretamente relacionado à construção das Diretrizes Curriculares em 1996, uma vez que esta possuía caráter ratificador e aprofundador do que se tinha como direção social e dos próprios fundamentos do Currículo Mínimo pensado em 1982.

Foi fundamental refletir acerca da contribuição da pós-graduação para o maior fomento à prática investigativa, cumprindo seu papel de formar e qualificar pesquisadores docentes e discentes, fazendo a interlocução com os profissionais no campo prático e as demandas sociais que lhes chegam.

No decorrer das aproximações sucessivas com o objeto do estudo pode ser notada que a relação do Serviço Social com a sua própria dimensão investigativa deu-se em função de um processo histórico de amadurecimento intelectual e provenientes das demandas societárias, o qual vai preparando a profissão e revelando a sua capacidade em gerir conhecimentos e acrescentar a cada dia subsídios teórico-metodológicos, estes em consonância com a sua natureza, bem como, com as exigências societárias. Outro elemento que pode ser percebido foi o da pesquisa científica ter se tornado historicamente um recurso importante no conhecimento da realidade social, em especial das manifestações da questão social, corroborando nesse sentido para a intervenção qualificada do/a assistente social, o que prova mais uma vez que a dimensão investigativa possui lugar e razão na história do Serviço Social.

Historicamente o capital tem realizado exigências aos profissionais absorvidos pelo mercado de trabalho – essencialmente competitivo -, e o/a assistente social não está isento/a destas. Ao passo que o modelo de sociedade impõe os ditames nos quais o Serviço Social está inserido, em estruturas institucionais que, por vezes, são também inflexíveis ao ponto de tornar a prática profissional algo mecânico, sem reflexão da realidade na qual se intervém. Nesse sentido, a dimensão investigativa é chave mediadora desde a formação até a prática profissional.

O currículo do curso de graduação em Serviço Social, desde o início e institucionalização da profissão no Brasil, incumbia-se de responder às demandas do capital, que serviam de reprodução da classe trabalhadora, ou seja, desde a instauração a profissão esteve conectada com a realidade e a historicidade, uma vez que se situa na sociabilidade burguesa e suas exigências. Ao passo que ocorre o desenvolvimento da sociedade capitalista, a profissão tomou novas formas, uma delas foi a formatação da composição do corpo profissional – não mais tendo que necessariamente ser composto pelas moças devotadas ao apostolado social e membros da burguesia -, assim como ocorre a mercantilização da formação técnica especializada em Serviço Social, uma vez que esta paulatinamente foi se transformando num componente de Força de Trabalho que se enquadra na divisão social-técnica do trabalho.

Assim como em nível nacional, a formação do Serviço Social em Alagoas estava vinculada às necessidades econômicas, sociais, políticas e, portanto, históricas do contexto

vivenciado e às particularidades regionais. No estado de Alagoas o contexto da década de 1950 apontava para uma formação – ainda com bases doutrinária e confessional – que buscava aportes teórico-metodológicos nas Ciências Sociais, apesar de ainda acontecer dentro dos muros da Escola Padre Anchieta, a problematização já reclamava espaço.

Os estudos e reflexões em documentos históricos demonstraram que o contexto no qual esteve inserido o Serviço Social a partir da década de 1950 deixou claro as finalidades profissionais exigidas, uma vez que estava explícito o quanto a profissão empenhou-se em responder ao desenvolvimento do capitalismo mundial, ressaltando as particularidades regionais nos países sul-americanos, aderindo também influências advindas da Europa e Estados Unidos da América. Tudo isso em acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, bem como, com o fomento das lutas sociais.

A organização da categoria e o fomento da produção acadêmica em busca de um novo referencial teórico-metodológico, que não apenas fosse algo demandado por mera exigência do regime se constituía necessidade da própria profissão de repensar-se em termos teórico-práticos. Justamente por entrar nas Universidades e se apropriar das Ciências Sociais, o Serviço Social teve implicações em sua formação, uma vez que a doutrina social da Igreja não mais contemplava a intervenção na realidade que se constituía a partir das exigências de um profissional mais técnico, mais sistemático. Claramente o contexto no qual a profissão estava inserido e seus posicionamentos apontavam para a resposta que a categoria profissional e a própria formação davam às exigências para a modernização da profissão.

Os documentos da Escola de Serviço Social Padre Anchieta, investigados no decorrer do processo de pesquisa, apontaram que a década de 1970, em especial em seu início, marca o fomento de um processo importantíssimo para a profissão no estado de Alagoas, uma vez que possuía o objetivo de integrar o curso de Serviço Social à Universidade Federal de Alagoas, haja vista que o mesmo já funcionava na Escola Pe. Anchieta desde a década de 1950 e que o processo não se deu livre de tensões.

Foi se colocando cada vez mais claro a preocupação da profissão para o contexto alagoano, uma vez que não estava somente dando respostas ao mercado, mas, estava para além deste fim. O maior interesse da mesma consistia em preparar cientificamente profissionais que fossem capazes de responder as exigências de um projeto profissional gestado coletivamente e que não estivesse deslocado do contexto histórico.

O contexto brasileiro e latino-americano apontou para mudanças necessárias e que deram respostas imediatas às necessidades do modo de produção capitalista e a ordem do mesmo à nível internacional. Nesse sentido, todos os setores da sociedade passaram também

pelas mudanças à contragosto ou não. A Universidade, portanto, não foi isenta dessa conjuntura, a mesma passou pela reforma proveniente do período ditatorial.

Foi importante conhecer mais de perto o processo de Renovação crítica ocorrido no seio da profissão, para então perceber os nexos causais desta com a dimensão investigativa na profissão. A Renovação crítica ocorrida no âmbito do Serviço Social brasileiro apresentou-se enquanto marco divisor de águas para a profissão, uma vez que desencadeou um processo de modificações desde a formação profissional até o exercício prático do/a assistente social. A mesma desempenhou papel fundamental no sentido de instigar o autoquestionamento da profissão, de problematizar as bases teórico-metodológicas e os projetos profissionais – tradicional e modernizador – até então instituídos na história do Serviço Social, contribuindo assim para as revisões curriculares datadas a partir da década de 1990.

Os documentos utilizados como fonte de investigação para compreender a realidade do curso de Serviço Social em Alagoas foram de extrema importância no processo de análises. O Acervo Documental da Faculdade de Serviço Social da UFAL contribuiu bastante no sentido de fornecer informações específicas e consistentes dos primeiros Projetos Pedagógicos do Curso até o atual, contando ainda com Trabalhos de Conclusão de Curso de alunos que discutiam o processo de inserção do curso de Serviço Social na UFAL no pós-saída da Escola Pe. Anchieta. Outros importantes documentos analisados dizem respeito ao Projeto de Interiorização e os Projeto Pedagógicos de Curso pós-interiorização, incluindo o atual Projeto da Unidade de Ensino da UFAL de Palmeira dos Índios.

O presente trabalho também pode contribuir para a análise do contexto econômico e político nacional, com olhar especial para o estado de Alagoas e suas implicações no processo de renovação do Serviço Social. A análise também considerou a importante passagem dos governos militares à nova constituição e seu primado democrático. Tudo o que a reflexão apontou esteve alinhado ao desenvolvimento pelo qual o país passava no contexto da década de 1980, bem como, o acirramento da crise econômico-social à época. Assim como as mudanças no cenário político e econômico atingiam diretamente a conjuntura nacional, o Serviço Social foi implicado e é nesse sentido que se deu a reflexão, buscando entender as mudanças e respostas dadas pela profissão nesse contexto de renovação crítica, o que inclui a revisão do currículo no Brasil.

Apesar de considerado o contexto nacional, os últimos itens da pesquisa refletiram acerca das mudanças ocorridas no estado de Alagoas nas décadas de 1980, 1990 e anos 2000, mudanças estas que afetaram indireta e diretamente o curso de Serviço Social, mais precisamente na Universidade Federal de Alagoas. As mudanças ocorridas demonstraram-se

estruturais/departamentais até as mudanças curriculares.

O contexto econômico, político e social no qual o país estava imerso na década de 1990 foi extremamente relevante para a compreensão da profissão nessa mesma década. Foi realizada análise e reflexão acerca das mudanças ocorridas na década, que se apresentavam desde a alavancagem do processo de privatização das empresas nacionais; a abertura econômica para capitais estrangeiros até a desresponsabilização do Estado mediante a sociedade, através da minimização dos gastos públicos governamentais na área social.

A discussão também corroborou para a compreensão de como tais impactos políticos, econômicos e sociais afetaram o Serviço Social e contribuíram em alguma medida para as mudanças ocorridas no interior da profissão, como por exemplo, as respostas na direção da consolidação da renovação crítica, através da criação do projeto ético-político, o que inclui a revisão curricular no país e nas diversas regiões.

A análise e reflexão dos anos 2000 debruçou-se sobre o contexto econômico e político do país, considerando em especial as modificações provocadas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e sequenciando-se com o governo Lula (PT). Elementos como a consolidação do neoliberalismo; a implementação da contrarreforma do Estado e suas nefastas consequências para o campo das políticas sociais – nesse caso, com olhar especial para a política de educação -, foram importantíssimos para o fomento do debate.

Ao pautar cada elemento que fora importante para o contexto, coube refletir como tais impactaram o Serviço Social e a constante devolutiva em respostas na direção da renovação crítica, que não deixou de fora características de suma relevância tais como a revisão curricular nacionalmente. O contexto de Alagoas foi a todo o momento objeto de análise na presente pesquisa, e nesse sentido foi preciso perceber que mudanças significativas surgiram para modificar os rumos da academia, em particular pode-se citar o processo de interiorização da Universidade pública e tudo o que veio junto desta como consequências positivas e negativas.

Longe de esgotar o debate do presente objeto de pesquisa, bem como, reconhecendo que o trabalho está aberto à contribuições e possíveis alterações é que salienta-se a necessidade de examinar cuidadosamente a realidade contemporânea e o fato da pauta de formação em Serviço Social - mais precisamente a partir da segunda década do século XXI - ter se reatualizado a cada novo dado sinalizado e que a mesma vem para, muito mais que apenas demonstrá-los, convocar a todos os pesquisadores, organizações da categoria profissional, Unidades de Formação, docentes, discentes e profissionais a seguir empenhando seus esforços em tornar esse objeto de estudo ainda mais acessível nos debates e dar a este a

visibilidade necessária nos dias atuais.

Destarte, encerra-se a presente sistematização de pesquisa provocando novos questionamentos, desdobramentos do processo de investigação, estes, julgados essenciais para o amadurecimento em momentos posteriores de reflexão acerca do dado objeto de pesquisa. Considerando o contexto atual e as condições nas quais a dimensão investigativa tem se efetivado nos cursos de graduação em Serviço Social – nas Universidades e Centros de Formação/Faculdades -, cabe provocar questões envoltas nos impactos que a precarização do ensino superior tem causado para a formação de assistentes sociais, pensando não somente no trabalho docente, mas, sobretudo, na formação de acadêmicos em Serviço Social que, em uma expressiva parcela de vezes, não tem desenvolvido a competência intelectual por meio da dimensão investigativa e, conseqüentemente, produzido perfis profissionais diversos do preconizado pelo projeto profissional hegemônico e defendido pela categoria organizada.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. O significado do papel político do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS – 1979. In: **Serviço Social & Sociedade: O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista**. São Paulo, out./dez. 2009, n. 100, p. 728-739.
- ABREU, M. M. A formação profissional e o fortalecimento do Serviço Social como área de conhecimento: estratégias e desafios da ABEPSS no biênio 2007-2008. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n. 22, jul./dez., 2011, p. 67-80.
- AGAPITO, A. P. F. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul./dez., 2016, p. 123-140.
- ALMEIDA, V. M. S. et al. **O assistente social em busca do espaço institucional**. 1985, 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL.
- ALVES, L. et al.. **Produção do conhecimento e Serviço Social: avanços históricos e os desafios na atualidade**. Repositório - Universidade Federal de Santa Catarina, 2017, p. 1-9.
- ARAÚJO; G. S.; MACIEL, A. L. S.; SEIMETZ, G. R. A produção de conhecimento sobre formação em Serviço Social: historicidade, configuração e contribuição. In: **Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015, p. 1-8.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **O protagonismo da ABEPSS no passado e no presente: 30 anos de lutas**. Institucional - Documentos. Brasília, 2009.  
Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/files/O-protagonismo-da-ABEPSS-no-passado-e-no-presente.pdf>>.  
Acesso em: 12/12/2014.
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996, p. 1-28.  
Disponível em:  
<[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)>.  
Acesso em: 10 de abril de 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. **Carta aberta**. Recife, ago. 1994, p. 1-2.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL. **Cadernos ABESS 1: o processo da formação profissional do assistente social**. São Paulo: Cortez, n. 1, 1986, p. 1-87.  
Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/revista-temporalis/edicoes-antiores/o-processo-de-formacao-do-assistente-social-caderno-abess-n1-cortez-sao-paulo-1986-10.%20Acesso%20em:%2001%20mar.%202017>>.

Acesso em: 25 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_. O processo de avaliação da formação profissional do assistente social. In: **Relatório oficina de trabalho ABESS/Nordeste**. Fortaleza, ago. 1994, p. 11-51.

AVILA, E.; AVILA, L.; GUINSKY, B. O Serviço Social e o atual projeto de formação profissional. In: **XVI Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão - Aprender e Empreender na Educação e na Ciência**, Volume 3, 2012, Santa Maria - RS: Centro Universitário Franciscano, 2012, p. 1-10.

ÁVILA, J. D. **Da tradição na província à sua superação**: a crítica literária nos jornais de Alagoas (décadas de 60, 70 e 80). 2009, 101 f. Tese de Doutorado em Letras e Linguística: Literatura - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL, 2009.

BALDIOTI, C. M. O. **A produção do conhecimento no Serviço Social e sua relação com o exercício profissional**: uma análise das dissertações de mestrado em serviço social da universidade federal de juiz de fora. Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Mestrado em Serviço Social. Juiz de Fora, 2013.

BAPTISTA, M. V. O que particulariza a investigação na prática profissional do assistente social? In: \_\_\_\_\_. **A investigação em Serviço Social**. São Paulo: Viras, 2006, p. 28-34.  
BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. In: **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, abr.-jun., 2015, p. 361-390.

BARRA, A. S. B. Marxismo e a produção do conhecimento. In: **Revista Urutágua** – revista acadêmica multidisciplinar – nº 11 – Dez./Jan./Fev./Mar. 2007 – Quadrimestral – Maringá/PR, P. 1-6.

BARROCO, M. L. S. A dimensão Ético-política do ensino e da pesquisa em Serviço Social. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano. 10, n. 19, 2010, p. 161-170.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 79, ano XXV, São Paulo: Cortez, 2004.

BRAGA, M. S. et al. **Realidade brasileira x Formação Profissional**: uma introdução ao novo currículo de Serviço Social. 1988, 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL.

BRAVO, M. I. S. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social & Sociedade**: O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista. São Paulo, out./dez. 2009, n. 100, p. 679-708.

BRAZ, M. O III CBAS de 1979: a virada e o seu legado às novas gerações. In: **Serviço Social & Sociedade**: O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista. São Paulo, out./dez. 2009, n. 100, p. 709-719.

BRITO, D. G. F.; FERREIRA, S. I. T.; MIRANDA, D. S. M. A formação profissional do assistente social no Brasil: um estudo de suas tendências históricas. In: **XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação** – Universidade do Vale do Paraíba, 2011, p. 1-7.

CARVALHO, A. M. P. O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. In: **Cadernos ABESS 1: o processo da formação profissional do assistente social**. São Paulo: Cortez, n. 1, out. 1986, p. 1-87.

Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/revista-temporalis/edicoes-antiores/o-processo-de-formacao-do-assistente-social-caderno-abess-n1-cortez-sao-paulo-1986-10.%20Acesso%20em:%2001%20mar.%202017>>.

Acesso em: 25 de abril de 2018.

CASTRO, M. M. C.; TOLEDO, S. N. A reforma curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. In: **LIBERTAS**, Revista da Faculdade de Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, v. 11, n. 2, 2012, p. 1-25.

CHAGAS, B. R. F. Positivismo e marxismo: o debate sobre a neutralidade científica e a construção do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social em Revista**, v. 17, n. 2, Jan./Jun., Londrina, 2015, p. 169-186.

CHAVES, H. L. A.; OLIVEIRA, E. M. A. P. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizadores nos códigos de ética da profissão. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, jan./abr. 2017, n. 128, p. 143-163.

COSTA, E. F. S. et al., Ensino Superior do Serviço Social em Alagoas. In: AMARAL, M. V. B.; SOUZA, R. M. (Org.). **60 anos do Serviço Social em Alagoas: marcos e marcas históricas da formação profissional**. Maceió: Edufal, 2017. p. 45-74.

COUTO, B. R. **Direito social e a assistência social na sociedade brasileira**. São Paulo: Cortez, 2014, p.141-161.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS. **Alagoas contemporânea: economia e políticas públicas em perspectiva**. Maceió: FAPEAL, 2014.

FONSECA, C. C. A formação em Serviço Social: conteúdos programáticos e suas tendências teórico-metodológicas. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez, 2016, p. 183-204.

GOMES, G. C. G.. **Serviço Social como área do conhecimento: a relação da pesquisa, da pós-graduação e da organização política com as lutas sociais no Brasil**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas: Para além da crise global: experiências e antecipações concretas. 2015, p. 1-12.

GUEDES, O.; SECON, M. A. Serviço Social e a construção de projetos profissionais. In: **I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2015, p. 1-11.

GUERRA, Y. D. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS-UNB, Brasília, 2009, p. 1-19.

\_\_\_\_\_. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n. 22, jul/dez, 2011, p. 125-158.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. – 8ª ed. – São Paulo: Cortez, 2007, p. 159-208.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. – 35ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

KUNZLER, R. B.; PRATES, J. C. **A direção da formação e a produção da pós-graduação em Serviço Social no Brasil e a importância dos grupos e núcleos de pesquisa na constituição desse processo**. Rio Grande do Sul, 2015, p. 1-24.

LEWGOY, A. M. B.; MACIEL, A. L. S. O projeto de formação em Serviço Social: análise da sua trajetória histórica no período de 1996 a 2016. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez, 2016, p. 23-49.

LEWGOY, A. M. B.; MACIEL, A. L. S.; REIDEL, T. A formação em Serviço Social no Brasil: contexto, conformação e produção do conhecimento na última década. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 13, n. 25, jan./jun., 2013, p. 91-111.

LIMA, I. R.; TORRES, M. A. Formação profissional do Serviço Social na UFAL: do currículo mínimo às diretrizes curriculares. In: AMARAL, M. V. B.; SOUZA, R. M. (Org.). **60 anos do Serviço Social em Alagoas: marcos e marcas históricas da formação profissional**. Maceió: Edufal, 2017. p. 109-146.

MARTINS, C. B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**. v. 14, n. 1, 2000, p. 41-60.

MATIAS, T. S. C.; NÓBRREGA, M. B.; SILVA, A. X. Pesquisa e conhecimento da realidade no Serviço Social. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 35, jan./jun., 2018, p. 105-118.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. In: **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., 2013, p. 17-27.

PAULO NETTO, J.. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8ª ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. – 16ª ed.

– São Paulo: Cortez, 2011, p. 53-67.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, abr. 1996, n. 50, ano XVII, p. 87-131.

\_\_\_\_\_. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In: **Serviço Social & Sociedade: O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista**. São Paulo, out./dez. 2009, n. 100, p. 650-678.

ROSÁRIO, F. J. P (Org.). **Desenvolvimento e mercados no Nordeste do Brasil: estudos e ensaios**. Maceió: EDUFAL, 2015, p. 78-89.

SANTOS, J. S. Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro. – São Paulo: Cortez, 2007 – Coleção: questões da nossa época.

SANTOS NETO, A. B. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015, p. 243-263.

SILVA, J. F. S. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. In: **Revista Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 6, n. 2, jul./dez., 2007, p. 282-297.

SILVA, M. O. S. Trinta anos da revista Serviço Social & Sociedade. In: **Serviço Social & Sociedade: O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista**. São Paulo, out./dez. 2009, n. 100, p. 599-649.

SIMIONATO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS-UNB, Brasília, 2009, p. 1-24.

TAVARES, M. A. **A pesquisa em serviço social: a propósito do método**. Temporalis: Revista da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – ano 10, n.19 (jan/jun. 2010). Semestral. Resumo em português e inglês. Brasília: ABEPSS, 2010.

TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013, p. 29-65.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Maceió, ago. 1993, p. 1-33.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Alagoas: uma expansão necessária**. Comissão de Estudos Sobre a Interiorização da Universidade Federal de Alagoas, dezembro, 2005, p. 1-33.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Universidade Federal de Alagoas / Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, 2007, p. 1-22.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Universidade Federal de Alagoas / Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, 2008, p. 5-7.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social.** Universidade Federal de Alagoas / Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, 2018, p. 9-15.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social.** Universidade Federal de Alagoas / Campus A. C. Simões - Maceió, 1993, p. 1-9.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social.** Universidade Federal de Alagoas / Campus A. C. Simões - Maceió, 2007, p. 1-100.

XAVIER, A. R. **Positivismo e marxismo: uma indicação de análise.** 2014, p. 1-11.

Disponível

em:

<[http://www.academia.edu/28943534/POSITIVISMO\\_E\\_MARXISMO\\_Uma\\_Indica%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_An%C3%A1lise](http://www.academia.edu/28943534/POSITIVISMO_E_MARXISMO_Uma_Indica%C3%A7%C3%A3o_de_An%C3%A1lise)>.

Acesso em: 10 de setembro de 2018.